São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Terça-feira, 26 de abril de 2022 | Edição N º 537

datamercantil.com.br

Indústria de máquinas agrícolas deve crescer 5% no ano, apesar da falta de peças

A pandemia da Covid-19 provocou a escassez de componentes importados para a fabricação de máquinas agrícolas no país e a guerra no Leste Europeu fez com que indústrias suspendessem as exportações para Rússia e Belarus. Apesar desses fatores, a previsão do setor é que as vendas cresçam 5% neste ano.

Com as feiras agrícolas já realizadas no início deste ano batendo recordes de faturamento, fabricantes de colheitadeiras, tratores e pulverizadores apostam no planejamento e gestão do agricultor brasileiro para superar as dificuldades do ano.

Problemas logísticos que já faziam parte da rotina do setor ficaram mais evidentes com a guerra, como congestionamento de portos, falta de contêineres, atrasos de navios, fretes pressionados e alterações de rotas aéreas.

Na John Deere, o cenário de abastecimento e produção "segue muito desafiador", segundo Marcelo Lopes, diretor de vendas da marca no país.

Diretor de vendas da Valtra, Alexandre Vinicius de Assis disse que o fornecimento de máquinas permanece instável, impactado pela escassez de matéria-prima nos últimos dois anos em decorrência da pandemia. Ele afirmou ainda que a marca tem feito um trabalho contínuo junto aos fornecedores para equalizar a situação.

"Temos a perspectiva de que, no decorrer do segundo semestre, tenhamos esse cenário mais equilibrado. Por isso também alertamos para a importância de o produtor programar o investimento em tecnologia, fazendo um bom planejamento para a aquisição de máquinas e não aguarde o momento do plantio ou da colheita."

Sobre os impactos da guerra, Assis afirmou que há preocupação com aumento de custos de produção e disponibilidade de insumos, especialmente diesel e fertilizantes.

Na Case, o vice-presidente Christian Gonzalez disse que a guerra complicou ainda mais um cenário que já era complicado.

"O problema da guerra vai impactar mais o meu cliente, principalmente a agricultura, as usinas. Há a questão de fertilizantes", disse. "A gente está sofrendo mas por outros motivos, Covid, falta de mão de obra externa, excesso de demanda."

A preocupação de Eduardo Kerbauy, diretor de Mercado Brasil da New Holland Agriculture, é que Rússia e Ucrânia são grandes produtores globais de paládio e gás neônio, matérias-primas usadas em semicondutores.

Marcelo Toledo/Folhapress

Economia

Reajuste do INSS fica menor com desconto do Imposto de Renda

Página - 03

Construção eleva nível de alerta sobre juros e prevê impacto no emprego

Página - 03

Exportações de soja batem recorde no 1º trimestre

Pág - 05

Aumento de taxas de frete sobrecarrega importadores de grãos

Pág - 05

Política

Candidatura de Moro à Câmara é dor de cabeça para rivais em SP

Página - 04

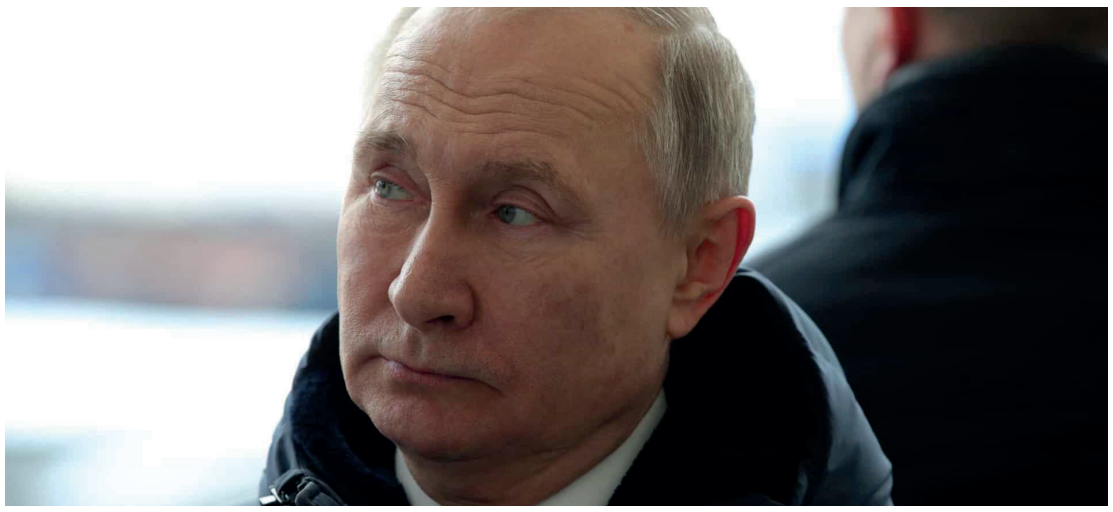
Bolsonaro diz que indulto a Daniel Silveira é constitucional e será cumprido

Página - 04

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

No Mundo

Rússia faz alerta aos EUA sobre envio de armas após visita de secretários a Kiev



A Rússia fez um novo alerta sobre o fornecimento de armas do Ocidente para a Ucrânia. Por meio de uma nota diplomática e uma entrevista de seu embaixador em Washington, Moscou afirmou que grandes envios de armamento estão inflamando o conflito.

Em paralelo, os EUA anunciaram um novo pacote de ajuda militar a Kiev, elevando o total desde o início da guerra a US$ 3,7 bilhões. A informação foi confirmada pouco depois de uma visita dos secretários de Estado e Defesa, Antony Blinken e Lloyd Austin, ao presidente ucraniano, Volodimir Zelenski.

O encontro, o de mais alto nível de representantes americanos à Ucrânia desde o início da invasão russa, há dois meses, só foi confirmado pela Casa Branca depois que os dois chegaram à Polônia –auxiliares de Zelenski, porém, já tinham confirmado a reunião.

O embaixador Anatoli Antonov, que serve em Washington desde 2017, criticou o envio de armas sem citar a visita. "O que os americanos estão fazendo é jogar gasolina no fogo. Vejo uma tentativa de dobrar apostas, agravar a situação, ver mais perdas", disse ao canal de TV Rússia 24. Ele acrescentou que não teve resposta à nota diplomática que enviou.

"Enfatizamos que é inaceitável que os EUA despejem armas na Ucrânia e exigimos o fim dessa prática."

Blinken e Austin se reuniram com Zelenski por três horas, mais que o dobro do tempo previsto, segundo autoridades americanas. "Em termos de objetivos de guerra, a Rússia falhou, e a Ucrânia teve sucesso", disse o secretário de Estado em uma entrevista já na Polônia, após deixar Kiev de trem, usando uma retórica típica da guerra de narrativas que se desenrola no Leste Europeu.

Folhapress

Explosão em refinaria ilegal de petróleo na Nigéria deixa mais de cem mortos

Pelo menos cem pessoas morreram numa explosão em uma refinaria de petróleo clandestina no sul da Nigéria, uma área devastada por décadas de vandalismo e exploração ilegal de hidrocarbonetos.

"O incêndio ocorreu em uma instalação ilegal e afetou mais de cem pessoas", disse o comissário estatal para recursos petrolíferos, Goodluck Opiah.

Testemunhas relatam que local da explosão está repleto de veículos e tambores carbonizados, usados para transportar o petróleo roubado.

Uma investigação foi aberta para determinar o que causou a explosão de sexta-feira, disse à AFP o chefe da Agência Nacional de Detecção e Resposta à Transferência de Petróleo (Nosdra), Idris Musa.

"As investigações estão em andamento e o incêndio que começou após a explosão foi parcialmente controlado", disse ele.

Essa é a última de uma longa série de incidentes neste país, o maior produtor de petróleo da África, onde esse tipo de acidente é frequente.

Folhapress

Apoiadores de Macron comemoram com alívio e Daft Punk na França

Assim que a projeção de vitória de Emmanuel Macron apareceu no telão, os militantes que se reuniam no Campo de Marte, com a Torre Eiffel ao fundo, comemoraram com muitos gritos e bandeiras da França e da União Europeia.

Num palco, a equipe de Macron fez de "One More Time" (mais uma vez, em inglês), o maior sucesso do duo francês Daft Punk, também o seu tema da vitória.

"Estávamos bastante apreensivos", diz Luiz de Oliveira, 56, vice-presidente de uma empresa de TI, ao lado da mulher, Céline, 44, professora de francês.

"Sou da geração que viveu o fim da ditadura no Brasil. Para a gente, a perspectiva de ver um partido da extrema direita ganhar porque as pessoas não querem votar é triste", diz ele.

"Não queremos a extrema direita na França e vamos derrubar Bolsonaro no Brasil", afirma Céline.

"Enquanto movimentos antidemocráticos prosperavam na Hungria, na Polônia, mesmo nos EUA, a França teve Macron. E acho que ele conseguiu executar bastante coisa mesmo num cenário desfavorável", diz Luiz, que vive em Paris há 20 anos, que agora se preocupa com as eleições legislativas marcadas para junho, que podem se tornar a verdadeira pedra no sapato de Macron.

"Tem uma grande parte da população aqui que se comporta como filho de papai, quer sempre mais. Acho que essa crise social ainda vai permanecer muitos anos", opina Luiz.

"Ao fim dos cinco anos de François Hollande [2012-2017], a França estava muito mal. E agora, mesmo com os 'coletes amarelos' e a pandemia, Macron conseguiu nos conduzir bem. Claro que nosso débito explodiu, mas foi para garantir o bem-estar das pessoas durante a pandemia. Agora o resultado está aí", comemora Céline, segurando cartazes de apoio ao presidente reeleito.

Alexandra Moraes/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Reajuste do INSS fica menor com desconto do Imposto de Renda

O aposentado Livino Ribeiro, 67, reclama que seu benefício do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) teve um reajuste menor do que os 10,16% anunciados pelo governo. Segundo Ribeiro, ao comparar o valor final do benefício, após o desconto do Imposto de Renda, o reajuste foi de 10,06%.

O reajuste anual dos benefícios do INSS considera a inflação do ano anterior, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e é aplicado sobre o valor bruto do benefício, ou seja, antes dos descontos. Segurados que recebem aposentadorias, pensões e outros benefícios acima do salário mínimo tiveram a renda reajustada pelo índice exato de inflação, de 10,16%.

Para aposentados e pensionistas que tiveram o benefício concedido a partir de fevereiro de 2021, o primeiro reajuste foi proporcional, conforme o mês de início do pagamento.

Segundo o INSS, a diferença no pagamento de Ribeiro não se refere a um erro no reajuste, mas ocorre devido ao Imposto de Renda que é descontado do benefício. O órgão informa que os segurados da Previdência que recebem acima do salário mínimo tiveram os benefícios reajustados em 10,16%, conforme o INPC, assim como foi feito com o aposentado Livino Ribeiro. "O motivo do valor líquido ser menor é que houve desconto de R$ 3,99, referente ao Imposto de Renda", informa.

O extrato de pagamento da aposentadoria, que pode ser consultado pelo site gov.br/meuinss ou aplicativo de celular Meu INSS, mostra os valores descontados do benefício. O extrato também pode ser solicitado pelo telefone 135.

É importante prestar atenção nas faixas de tributação antes de pedir uma revisão ao INSS. A correção mais recente feita na tabela usada para calcular o desconto do Imposto de Renda é de 2015. Sem o reajuste na tabela, cada vez que o valor da aposentadoria sobe, mesmo que não haja um aumento real no poder de compra, mais contribuintes acabam pagando mais IR.

Isabela Lobato/Folhapress

Construção eleva nível de alerta sobre juros e prevê impacto no emprego

A construção civil elevou o nível de alerta em relação à pressão dos juros. A preocupação se soma ao preço dos insumos, como ferro e aço, segundo levantamento que a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) .

No primeiro trimestre, quase 27% dos empresários afirmaram que o principal problema enfrentado é o juro. É o maior patamar desde o segundo trimestre de 2017, quando 28% reclamavam da taxa.

"Além dos problemas que já tínhamos, como preço dos insumos e alta carga tributária, agora agregou o aumento dos juros que tem tirado a capacidade de compra dos adquirentes. Isto certamente impactará no emprego futuro", diz José Carlos Martins, presidente da CBIC.

Nos últimos meses, o setor também vem relatando dificuldade para encontrar mão de obra qualificada. Levantamento realizado em fevereiro apontou quase 90% das empresas com dificuldade no recrutamento. Em outubro do ano passado, eram 77%.

Apesar das queixas, o nível de atividade do setor no primeiro trimestre de 2022 foi o melhor para o período nos últimos dez anos.

Na comparação mensal, em março, a construção registrou o maior nível de atividade desde outubro do ano passado, ultrapassando o patamar de 50 pontos, o que indica avanço.

Joana Cunha/Folhapress

Acordo de acionistas pode pôr em xeque controle diluído na Eletrobras

Caso o ministro Paulo Guedes (Economia) consiga emplacar a sua primeira privatização, vendendo o controle da Eletrobras à iniciativa privada, os acionistas da maior empresa de energia elétrica do país passarão a ser sócios de uma corporation, expressão em inglês para as empresas cujo controle é pulverizado.

Resultado do processo de capitalização, em análise no TCU (Tribunal de Contas da União), a mudança marcaria a saída do controle da companhia das mãos da União, hoje responsável pela maioria das indicações para o conselho de administração.

Especialistas ouvidos pela reportagem divergem sobre os principais efeitos da mudança na estrutura societária da estatal responsável por gerar um terço da energia do país, dona de 56 mil quilômetros de linhas de transmissão, equivalentes a 40% do total existente no sistema elétrico nacional.

O consenso entre esses especialistas é que, do ponto de vista da gestão, a empresa certamente ganhará agilidade para poder se tornar mais eficiente, cortando custos, já que estará livre das limitações impostas pela legislação que regula as compras via licitações. Ou das leis trabalhistas com maiores garantias do funcionalismo público.

Para alguns, no entanto, não é possível descartar -tampouco criticar a priori- que ocorra com a Eletrobras privatizada um processo semelhante ao que ocorreu com a Vale, que depois da privatização passou a ser controlada por meio de um acordo de grandes acionistas, com participação da União via fundos de pensão de estatais e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), por intermédio da Valepar.

A Valepar nasceu de um acordo de acionistas envolvendo Bradesco, Mitsui e os fundos de pensão da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Petrobras e Cesp (Companhia Energética do Estado de São Paulo), tendo sido formalmente extinta em agosto de 2017.

No caso da Eletrobras, a mudança ainda não está garantida. O controle da empresa poderá mudar caso o governo federal consiga o aval do TCU para realizar a capitalização da companhia, vendendo ações na B3, a Bolsa brasileira sediada em São Paulo, e na Bolsa de Nova York.

Luiz Antônio Cintra/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Política

Candidatura de Moro à Câmara é dor de cabeça para rivais em SP

Se confirmar a pré-candidatura a deputado federal, Sergio Moro (União) pode ameaçar em São Paulo a eleição de pré-candidatos alinhados ao discurso lava-jatista e anticorrupção do ex-juiz.

Moro caminha para uma pré-candidatura à Câmara dos Deputados, após ter sido barrado pelo partido de Luciano Bivar (PE) na disputa pelo Palácio do Planalto. O próprio Bivar foi lançado como nome da legenda à Presidência e tenta compor chapa com a senadora Simone Tebet (MDB).

Além disso, a União Brasil estuda lançar para o Senado o nome do presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Milton Leite. Com isso, restaria a Moro concorrer a uma vaga como deputado federal, como a legenda deixou claro desde que o ex-ministro migrou do Podemos no fim de março.

Na União Brasil (resultado da fusão de PSL e DEM), Moro é visto com potencial para ser um dos mais votados em São Paulo, ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e de Guilherme Boulos (PSOL), coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Internamente, o partido calcula que o ex-juiz tem potencial para puxar em torno de cinco deputados. Sem Moro, a União faria de 10 a 12 deputados em São Paulo. Com o ex-juiz, chegaria a 17.

A legenda quer que sejam beneficiados os candidatos de meio de chapa –aqueles que receberiam entre 60 mil e 70 mil votos, abaixo do quociente eleitoral do estado, que deve ser de 270 mil a 300 mil.

Os chamados puxadores de voto ajudam na eleição de colegas de partido porque, no atual sistema, a distribuição das 513 cadeiras de deputado federal não se dá simplesmente seguindo a lista dos mais votados. É levado em conta o total de votos dados a todos os candidatos do partido.

Ou seja, legendas que reúnam muitos candidatos bem votados, ou puxadores de voto, tendem a eleger mais parlamentares, mesmo que alguns deles tenham recebido menos votos do que concorrentes de outras siglas que, no conjunto de seus candidatos, tenham obtido menos votos.

Danielle Brant e Renato Machado/Folhapress

Bolsonaro diz que indulto a Daniel Silveira é constitucional e será cumprido

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse que o decreto de perdão ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) é constitucional e será cumprido. "O decreto da graça é constitucional e será cumprido", disse o presidente em Ribeirão Preto.

Na mesma fala, sem citar o STF (Supremo Tribunal Federal), Bolsonaro voltou a dizer que só Deus o tira da cadeira de presidente da República. E cobrou coerência, sem citar nomes.

Na manhã desta segunda, o presidente participa da abertura da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), que voltou a ter edição presencial após dois anos de interrupção devido à pandemia da Covid-19.

O deputado bolsonarista foi condenado na quarta-feira (20) pelo STF a 8 anos e 9 meses de prisão, em regime inicialmente fechado por ataques feitos a integrantes da corte.

Além da imposição de pena, os magistrados também votaram para cassar o mandato do parlamentar, suspender os direitos políticos (o que o torna inelegível) e determinar o pagamento de multa de cerca de R$ 192 mil.

O caso é desdobramento dos chamados atos antidemocráticos, inquérito que colocou sob a mira do tribunal alguns dos principais aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL).

No dia seguinte ao da decisão da corte, Bolsonaro concedeu indulto ao deputado. O perdão concedido pelo mandatário, neste formato individual, é considerado raro, o que deixa os efeitos jurídicos do decreto incertos e gera divergências nas análises de especialistas. Marcelo Toledo/Folhapress

Candidatos a deputado do PT travam disputa por recursos para campanha

Candidatos a deputado federal pelo PT travam internamente uma disputa pelo quinhão do fundo eleitoral a que terão direito na eleição.

O caixa do partido terá R$ 486 milhões deste recurso, que é dinheiro público, para gastar em todas as campanhas.

No caso dos deputados federais, deve haver dois critérios. Os atuais detentores de mandato que buscarem a reeleição devem ter direito a uma cota maior. A expectativa é que o valor fique entre R$ 1,5 milhão e R$ 2 milhões para suas campanhas. Já os novatos receberiam menos do que isso.

Deve haver também uma exceção para petistas sem mandato, mas com grande potencial de votos para a Câmara, como ex-prefeitos, governadores e senadores, que receberiam a cota maior.

Internamente, esse critério vem sendo apelidada por alguns de "regra Suplicy", em referência ao atual vereador paulistano e ex-senador, que deve ser um dos puxadores de voto do PT para deputado federal em São Paulo.

Secretária de Finanças da legenda, Gleide Andrade diz que os números mencionados são por ora apenas especulação, e que a decisão sobre a partilha do bolo será do diretório nacional, em reunião no final de maio.

Ela confirma, no entanto, que atuais deputados receberão tratamento diferenciado. "A prioridade zero da campanha é eleger o Lula. A seguinte é manter e ampliar nossa bancada federal. O fundo segue essa orientação", afirma.

Segundo ela, há um entendimento de que os atuais deputados são os responsáveis pelo atual tamanho do fundo eleitoral, o segundo maior entre os partidos, atrás apenas do destinado à União Brasil.

"Temos o entendimento que esse fundo que recebemos é decorrência direta do tamanho da nossa bancada. Isso será levado em conta como critério de distribuição", diz.

Entre candidatos, há reclamações também sobre um possível conflito de interesses envolvendo a própria secretária, que pretende disputar mandato de deputada federal por Minas Gerais.

Fábio Zanini/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Por Covid em embalagem, China volta a reter carne do Brasil

A detecção de traços do vírus SARS-Cov-2 em embalagens levou as autoridades do porto de Xangai a travar a liberação de um carregamento de carne bovina do Brasil, em meio à rígida quarentena em vigor atualmente na metrópole chinesa. O vírus foi encontrado numa embalagem externa, e não nos produtos brasileiros. A decisão anunciada no dia 15 pela aduana chinesa aplica-se somente a essa carga específica, e não significa a suspensão dos estabelecimentos de origem — neste caso das empresas Marfrig, JBS e Naturafrig.

Mas indica um aumento adicional no controle sanitário sobre os alimentos que a China importa, indo além do extremo rigor que já vinha sendo aplicado desde o início da pandemia. Depois de vários meses sem registro de ocorrências desse tipo, desde o início do ano ao menos quatorze carregamentos brasileiros de carnes — bovina, suína e de aves — foram suspensos por conterem traços do vírus causador da Covid-19. Vários outros países foram atingidos com punições semelhantes pelo mesmo motivo.

No ano passado o Brasil sofreu três meses de embargo às exportações de carne bovina para a China devido a dois casos atípicos do mal da vaca louca. Embora a suspensão não tenha tido ligação com o coronavírus, segundo fontes ligadas às negociações os problemas do Brasil no controle da pandemia contribuíram para a demora na autorização dos chineses para a retomada das exportações do produto.

Hoje o rigor das inspeções é um obstáculo a mais para os exportadores, que têm enfrentado grandes atrasos em virtude da quarentena no porto de Xangai, o maior do mundo. Embora o porto continue operando — dentro de um cordão sanitário que o isolou do resto da cidade — o descarregamento foi seriamente afetado devido às restrições logísticas causadas pela pandemia, como a drástica redução de caminhões para escoar as mercadorias. O resultado é um congestionamento monstro de navios nas proximidades de Xangai e contêineres se empilhando no porto.

BizNews

Exportações de soja batem recorde no 1º trimestre

Vendas externas devem somar US$ 56 bilhões este ano, quase 20% a mais do que em 2021; embarques da soja em grãos aumentam 36% só nos primeiros três meses do ano

As exportações de soja, carro-chefe do agronegócio brasileiro, baterem recorde no acumulado de janeiro a março deste ano. As vendas externas de soja em grãos chegaram a 21 milhões de toneladas no trimestre, 36% a mais do que no mesmo período do ano passado. Os embarques de farelo de soja cresceram 42%, alcançando 4,5 milhões de toneladas, o óleo de soja registrou um incremento de 127% (480 mil toneladas). As informações são da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia.

Até o final do ano, devem ser exportados 77,2 milhões de soja em grãos, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), além de 18,3 milhões de toneladas de farelo de soja e 1,6 milhões de toneladas de óleo de soja. As estimativas para o processamento de soja seguem em 48 milhões de toneladas. As exportações devem atingir 56 bilhões de dólares em 2022, quase 20% a mais em relação ao ano passado, segundo a entidade.

BizNews

Aumento de taxas de frete sobrecarrega importadores de grãos

A guerra na Ucrânia abalou o comércio global de grãos de US$ 120 bilhões à medida que as entregas da região produtora do Mar Negro se tornam cada vez mais complicadas

A guerra na Ucrânia pressionará ainda mais os países importadores de grãos da África e da Ásia, já que um número reduzido de navios para entrega de cargas aumenta o custo do frete, de acordo com o chefe da Câmara Internacional de Navegação.

Cerca de 80 a 100 navios, principalmente graneleiros, não conseguem deixar as águas ucranianas há quase dois meses devido a minas submarinas e bloqueios militares, disse o presidente da organização, Esben Poulsson, em entrevista.

As taxas de frete a granel estão aumentando à medida que armadores e afretadores precificam o fato de que os navios ficarão presos por períodos mais longos.

Os fluxos comerciais de grãos estão passando por mudanças significativas, disse ele, e a distância que os navios terão que percorrer para levar remessas das Américas aos clientes é maior que as viagens partindo do Mar Negro.

"Isso terá repercussões para os países mais pobres da África, que mal podem pagar grandes quantias a mais por seus grãos", disse Poulsson.

A guerra na Ucrânia abalou o comércio global de grãos de US$ 120 bilhões à medida que as entregas da região produtora do Mar Negro se tornam cada vez mais complicadas. Alternativas estão surgindo, com produtores nas Américas enviando cargas para clientes na África e no Sudeste Asiático, alguns pela primeira vez em anos.

A China está aumentando as compras de milho dos EUA, enquanto o Brasil está enviando trigo para lugares como Turquia, África do Sul e Sudão.

Um aumento nas taxas de frete pode aumentar ainda mais os custos dos alimentos, gerando mais pressão inflacionária para consumidores e agravando a crise global da fome. Um índice das Nações Unidas de preços dos alimentos já está em nível recorde, e o impacto é sentido mais nos países pobres, onde os mantimentos representam uma grande parte dos orçamentos dos consumidores.

"As taxas de frete permanecerão altas e podem subir um pouco mais", disse Poulsson, cuja organização representa armadores e operadores que cobrem cerca de 80% do comércio mercantil mundial. "Mas será volátil porque as coisas podem mudar."

BizNews

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

MEZ 6 Energia S.A.

CNPJ/MF nº 40.215.276/0001-01

ERRATA

As Demonstrações Financeiras desta Companhia, veiculadas na edição de 23/04/2022

onde se lê:

6. Ativo de Contrato:

Saldos em 2020	Adições	Remuneração	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2021
-	21.593.554	642.701	337.781	6.185.076	1.089.473	**29.848.584**

	2020	2019
Circulante	-	
Não circulante	29.848.584	-
	29.848.584	-

12. Receita operacional líquida:	2021
Receita de construção	29.181.536
Remuneração dos Ativos de Contrato	667.048
	29.848.584
(-) PIS sobre Receita - diferido	(194.016)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(895.458)
	(1.089.473)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**28.759.111**

13. Custo de construção:	2021
Pessoal	142
Material	39
Serviços de terceiros	4.410
Juros capitalizados	338
Adiantamento a fornecedores	16.738
Tributos	26
Outros	240
	21.933

leia-se:

6. Ativo de Contrato:

Saldos em 2020	Adições	Remuneração	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2021
-	21.594	644	337	6.185	1.089	**29.849**

	2021
Circulante	-
Não circulante	29.849
	29.849

12. Receita operacional líquida:	2021
Receita de construção	29.182
Remuneração dos Ativos de Contrato	667
	29.849
(-) PIS sobre Receita - diferido	(194)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(895)
	(1.089)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**28.760**

13. Custo de construção:	2021
Pessoal	142
Material	39
Serviços de terceiros	21.148
Tributos	26
Outros	578
	21.933

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/ME nº 62.310.644/0001-33 – NIRE 35.300.052.421

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas desta Companhia a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2022, às 10h00, na sede social à Rua Cel. Sezefredo Fagundes, 7.901 – Tucuruvi, na cidade de São Paulo, Capital, CEP 02306-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas, e do Relatório da Administração, todos relativos ao exercício social findo em 31/12/2021; **(ii)** Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2021; **(iii)** Correção Monetária do Capital Social; **(iv)** Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e **(v)** Outros assuntos de interesse social. SP, 20/04/2022. ***A Diretoria***. (21, 23 e 26/04/2022)

VRE D2 S.A.

CNPJ/MF nº 17.825.402/0001-28

Balanço Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares)*

Ativo	**2021**	**2020**	**Passivo e Patrimônio Líquido**	**2021**	**2020**
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	280	1.759	Fornecedores	2	14
Tributos a recuperar	249	251	Obrigações tributárias	1	1
Outros créditos	2.958	1.473	Contas a pagar	71	3.322
Total do ativo circulante	**3.487**	**3.483**	Dividendos a pagar	410	–
			Total do passivo circulante	**484**	**3.337**
Não Circulante			**Não Circulante**		
Propriedade para investimento	4.753	4.335	Provisão para perda com investimento	511	1061
Investimentos	7.718	19.724	**Total do passivo não circulante**	**511**	**1.061**
Partes relacionadas	2	2	**Patrimônio líquido**		
Total do ativo não circulante	**12.473**	**24.061**	Capital Social	13.231	22.731
			Reservas de Lucros	1.734	415
			Total do patrimônio líquido	**14.965**	**23.146**
Total do Ativo	**15.960**	**27.544**	**Total do Passivo**	**15.960**	**27.544**

Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares)*

Resultado	**2021**	**2020**		**2021**	**2020**
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Resultado financeiro	47	95
Despesas administrativas	(470)	(887)	**(=) Resultado antes das provisões tributárias**	**1.728**	**(35)**
Despesas tributárias	(2)	(4)	**(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores**	**1.728**	**(35)**
Outras despesas	(77)	(178)			
Resultado de equivalência patrimonial	2.230	939			
	1.681	**(130)**	**(=) Resultado do exercício**	**1.728**	**(35)**

A Diretoria | **André Ferreira Felcar** – Contador CRC SP 289.252/O-7

VRE D3 S.A.

CNPJ/MF nº 17.901.699/0001-63

Balanço Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares)*

Ativo	**2021**	**2020**	**Passivo e Patrimônio Líquido**	**2021**	**2020**
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.827	3.533	Fornecedores	–	15
Tributos a recuperar	172	169	Obrigações trabalhistas e tributárias	1	2
Outros créditos	2	1.293	Contas a pagar	12.533	2.495
Partes relacionadas	257	–	Sócios a pagar	4.481	3.099
Total do ativo circulante	**2.258**	**4.995**	Partes relacionadas	2	2
			Total do passivo circulante	**17.017**	**5.613**
Não Circulante			**Não Circulante**		
Investimentos	47.959	54.030	**Total do passivo não circulante**	**–**	**–**
Intangivel	–	–	**Patrimônio líquido**		
Total do ativo não circulante	**47.959**	**54.030**	Capital Social	15.331	43.531
			Reservas de Lucros	17.869	9.881
			Total do patrimônio líquido	**33.200**	**53.412**
Total do Ativo	**50.217**	**59.025**	**Total do Passivo**	**50.217**	**59.025**

Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares)*

Resultado	**2021**	**2020**		**2021**	**2020**
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Resultado financeiro	39	56
Despesas administrativas	(620)	(882)	**(=) Resultado antes das provisões tributárias**	**18.869**	**13.050**
Despesas tributárias	(2)	(3)	**(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores**	**18.869**	**13.050**
Resultado de equivalência patrimonial	19.452	13.879			
	18.830	**12.994**	**(=) Resultado do exercício**	**18.869**	**13.050**

A Diretoria | **André Ferreira Felcar** – Contador CRC SP 289.252/O-7

Petróleo fecha em queda acima de 3%, com endurecimento de medidas contra covid na China

Os contratos do petróleo fecharam em queda nesta segunda-feira, 25, nos níveis mais baixos das últimas duas semanas. O endurecimento de medidas restritivas para conter o avanço da covid-19 na China, especialmente em Pequim, pesaram sobre o sentimento dos operadores nesta sessão. O avanço do dólar também pressionou os ativos da commodity.

O petróleo WTI para junho fechou em queda de 3,46% (US$ 3,53), a US$ 98,54 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), enquanto o Brent para o mês caiu 3,76% (US$ 3,99), a US$ 102,16 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

Devido à política de zero-covid na China, o governo da capital, Pequim, restringiu a movimentação de seus cidadãos.

Isto é Dinheiro

Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 23.670.693/0001-25 – NIRE 35.300.484.592

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Reunião Digital: Acesso pelo Link: https://teams.microsoft.com/_#/l/meetup-join/19:meeting_MTU3NjdjZjUtYmNiNS00NDdjLTg5ZTctNzc0NGQ0ZjBhMGI2@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22,%22Oid%22:%22fdfbbe54-7b66-4e8e-8085-c505f07009cb%22%7D&anon=true&deeplinkId=59a787db-3786-4c0b-bdc3-8a30bbe29737**.** Ficam convocados os acionistas da **Clínicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **02 de maio de 2022**, às **10 horas**, em 1ª (primeira) convocação, por meio de videoconferência, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), e do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia**: **(i)** as contas da administração, o relatório anual da administração consubstanciado nas demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** a proposta da administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e **(iii)** a eleição ou reeleição, conforme aplicável, dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico), e-mail patricia.passos@opty.com.br com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência à data de realização da Assembleia: **(a)** documento de identidade; **(b)** atos societários que comprovem a representação legal; e **(c)** instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: **(a)** contrato ou estatuto social; **(b)** ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos anteriores ao horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, **(a)** todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, **(b)** orientações sobre o seu envio à Companhia, **(c)** indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e **(d)** orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim: **(a)** comunicar o recebimento do boletim de voto à distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou **(b)** informar sobre a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Por fim, lembramos que os acionistas minoritários vinculados ao Acordo de Acionistas Minoritários da Companhia celebrado em 15.05.2021 deverão observar as disposições relacionadas ao Voto em Bloco, devidamente descritas nas Cláusulas 3.1 e seguintes de referido Acordo. Desta forma, considera-se convocada nesta data a Reunião Prévia, que deverá ser realizada em até 2 (duas) horas antes do horário da Assembleia, na qual os Acionistas Minoritários deverão apresentar voto, dissidência e/ou protesto por escrito, de modo a estabelecer a orientação de voto do Bloco de Acionistas Minoritários. Após o encerramento da Reunião Prévia, deverá ser lavrada a ata com a orientação de voto adotada pelos Acionistas Minoritários, que será entregue pelo Sr. Ruy Cunha ao presidente ou secretário da Assembleia. Isto posto, a Companhia informa que, nos termos do § 8º do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, não serão computados os votos proferidos na Assembleia que estejam em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas, notadamente com relação à dinâmica do Voto em Bloco. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social a Companhia. São Paulo, 23 de abril de 2022.

Fernando Henrique de Aldemundo Pereira *– Presidente do Conselho de Administração*

(23, 26 e 27/04/2022)

Kairós Administração de Imóveis e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 14.806.697/0001-05

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

	2021	2020
Ativo	**18.947.295,36**	**18.311.558,36**
Ativo circulante	**320.276,45**	**351.420,56**
Disponibilidades	318.667,85	348.536,39
Direitos realizáveis a curto prazo	1.608,60	2.884,17
Ativo não circulante	**18.627.018,91**	**17.960.137,80**
Ativo realizável a longo prazo	**64.899,67**	**66.581,25**
Investimentos	17.608.645,94	17.106.368,89
Imobilizado	953.473,30	787.187,66
Passivo	**18.947.295,36**	**18.311.558,36**
Passivo circulante	**6.847.008,23**	**6.380.647,64**
Fornecedores	38.209,42	30.480,90
Obrigações trabalhistas	9.246,68	28.427,56
Obrigações tributárias	26.343,81	27.554,55
Contas a pagar	6.773.208,32	6.294.184,63
Passivo não circulante	**50.000,00**	**50.000,00**
Empréstimos e financiamentos	50.000,00	50.000,00
Patrimônio líquido	**12.050.287,13**	**11.880.910,72**
Capital	12.669.540,00	12.669.540,00
Lucros ou prejuízos acumulados	(619.252,87)	(788.629,28)

Demonstração do Resultado

Receitas Alugueis e Arrendamentos	**2021**	**2020**
	1.017.352,47	**835.359,75**
(=) Receita bruta	1.017.352,47	835.359,75
Impostos s/vendas e serviços	37.133,36	30.490,62
(=) Receita liquida	980.219,11	804.869,13
Compras	–	(1.119,42)
Custos dos produtos vendidos	–	(2.197,17)
Materiais consumidos	–	(1.604,61)
(=)Lucro bruto	(980.219,11)	(799.947,93)
Despesas trabalhistas	(65.279,56)	(149.066,31)
Encargos sociais	(27.926,20)	(55.263,80)
	2021	**2020**
Despesas gerais	(467.258,85)	(558.098,58)
Despesas gerais com vendas	(111,98)	(293,38)
Despesas financeiras	(3.631,96)	(5.113,14)
Despesas operacionais tributarias	(84.335,94)	(97.201,51)
Ganhos com aplicações financeiras	7.281,67	6.719,13
Juros e descontos obtidos	141,76	53,62
Alienação de imobilizado	–	2.645,21
Resultado não operacional	7.423,43	9.417,96
(=)Lucro (prejuízo) operacional bruto	339.098,05	(55.670,83)
(=)Lucro antes do IRPJ e CSLL	339.098,05	(55.670,83)
Provisões p/ IRPJ	(58.674,74)	(47.643,13)
Provisões p/ CSLL	(29.762,90)	(24.967,96)
(=)Lucro (prejuízo) operacional liquido	250.660,41	(128.281,92)

Wemerson Paneguini – Diretor CPF: 828.847.659-72 **Marcelo Galvão** Contador CPF: 047.139.878-08 CRC: 149292

VR Loteamento S.A.

CNPJ/MF nº 25.186.838/0001-42

Balanço Patrimonial – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares)*

Ativo	**2021**	**2020**	**Passivo e Patrimônio Líquido**	**2021**	**2020**
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.334	835	Obrigações trabalhistas e tributárias	1	1
Tributos a recuperar	20	18	Sócios a pagar	513	3.001
Total do ativo circulante	**1.354**	**853**	Partes relacionadas	–	8
			Total do passivo circulante	**514**	**3.010**
			Não Circulante		
Não Circulante			Contas a pagar	12.450	8.700
Investimentos	21.007	20.405	**Total do passivo não circulante**	**12.450**	**8.700**
Total do ativo não circulante	**21.007**	**20.405**	**Patrimônio líquido**		
			Capital Social	5.229	5.229
			Reservas de Lucros	4.168	4.319
			Total do patrimônio líquido	**9.397**	**9.548**
Total do Ativo	**22.361**	**21.258**	**Total do Passivo**	**22.361**	**21.258**

Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares)*

Resultado	**2021**	**2020**		**2021**	**2020**
(+/-) Despesas e receitas operacionais			(+/-) Resultado financeiro	26	23
Despesas administrativas	(315)	(130)	**(=) Resultado antes das provisões tributárias**	**2.161**	**3.079**
Despesas tributárias	(1)	(1)	**(=) Resultado Antes da Participação dos Sócios Não Controladores**	**2.161**	**3.079**
Resultado de equivalência patrimonial	2.451	3.187			
	2.135	**3.056**	**(=) Resultado do exercício**	**2.161**	**3.079**

A Diretoria | **André Ferreira Felcar** – Contador CRC SP 289.252/O-7

Dólar abranda alta após saltar 3% e encostar em R$4,95

O dólar amenizou a alta frente ao real na tarde desta segunda-feira, depois de mais cedo subir 2,99% e bater 4,95 reais, máxima em mais de um mês.

A melhora nos índices em Wall Street, com Dow Jones e Nasdaq voltando a território positivo, ajudou a reduzir a demanda pela moeda dos EUA, descomprimindo as cotações no Brasil.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

MEZ 3 ENERGIA S.A.

CNPJ: 31.231.893/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.825	7.516
Tributos e contribuições a compensar		113	-
Outros ativos circulantes		1.118	204
Total do ativo circulante		**6.056**	**7.720**
Não circulante			
Ativo de contrato	6	43.365	5.833
Total do ativo não circulante		**43.365**	**5.833**
Total do ativo		**49.421**	**13.553**
Passivo	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Fornecedores	7	1.841	114
Empréstimos e financiamentos	8	28.325	14
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		69	40
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	3.590	2.550
Outros passivos circulantes		18	26
Total do passivo circulante		**33.843**	**2.744**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	-	7.500
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.287	173
Pis e cofins diferidos	10	1.583	213
Total do passivo não circulante		**2.870**	**7.886**
Patrimônio líquido			
Capital social	11	5.844	1.356
Reserva de lucros		6.864	1.567
		12.708	**2.923**
Total do passivo e patrimônio líquido		**49.421**	**13.553**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aumento de capital		1.356	-	-	-	1.356
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.567	1.567
Reserva legal		-	78	-	(78)	-
Reserva lucros a realizar		-	-	1.489	(1.489)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**1.356**	**78**	**1.489**	**-**	**2.923**
Aumento de capital	11	4.488	-	-	-	4.488
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.297	5.297
Reserva legal	11	-	265	-	(265)	-
Reserva lucros a realizar	11	-	-	5.032	(5.032)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**5.844**	**343**	**6.521**	**-**	**12.708**

Demonstração de Resultado

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	13	**36.161**	**5.620**
Custo operacionais	14	(29.576)	(3.872)
Lucro bruto		**6.585**	**1.748**
Administrativas e gerais		(44)	-
Despesas operacionais		**(44)**	**-**
Resultado operacional		**6.541**	**1.748**
Receita financeira		4	-
Despesa financeira		(10)	(8)
		(6)	**(8)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**6.535**	**1.740**
Imposto de renda e CSLL corrente		(124)	-
Imposto de renda e CSLL diferido	10	(1.114)	(173)
Lucro líquido do exercício		**5.297**	**1.567**

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**5.297**	**1.567**
Outros resultados abrangentes	**–**	**-**
Total do resultado abrangente do exercício	**5.297**	**1.567**

Demonstração do valor adicionado

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Receita de Construção	34.696	5.740
Remuneração dos ativos de contrato	2.835	93
Receita Operacional	**37.531**	**5.833**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção		
Pessoal	(109)	(1)
Material	(1.697)	(244)
Serviços de terceiros	(8.294)	(1.872)
Máquinas e Equipamentos	(16.649)	–
Juros Capitalizados	(1.156)	(12)
Adiantamento a fornecedores	(910)	(659)
Terrenos	–	(1.000)
Intangível	(106)	–
Outros	(655)	(84)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(44)**	**–**
	(29.620)	**(3.872)**
Valor adicionado bruto	**7.911**	**1.961**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**7.911**	**1.961**
Valor adicionado total a distribuir	**7.915**	**1.961**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.611	386
	2.611	**386**
Remuneração de capitais de terceiros		
Outras	7	8
	7	**8**
Remuneração de capitais próprios		
Lucro atribuído aos acionistas controladores	5.297	1.567
	5.297	**1.567**
Valor adicionado total distribuído	**7.915**	**1.961**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**5.297**	**1.567**
Encargos de empréstimos e financiamentos	**8**	1.973	14
Remuneração dos ativos de contrato	**6**	(2.835)	(93)
Receita de construção	**6**	(5.121)	(1.869)
PIS e COFINS diferidos	**10**	1.370	213
IRPJ e CSLL diferidos	**10**	1.114	173
		1.798	**5**
Aumento nos ativos			
Impostos a recuperar		(113)	–
Adições Ativo de contrato		(29.576)	(3.872)
Outros créditos		(913)	(202)
		(30.602)	**(4.074)**
Aumento nos passivos			
Fornecedores	**7**	1.727	114
Obrigações sociais e trabalhistas		29	40
Outras obrigações		(9)	27
		1.747	**181**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(27.057)**	**(3.888)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	**11**	4.488	1.355
Adiantamento para futuro aumento de capital	**9**	1.040	2.550
Captação de empréstimos	**8**	20.000	7.500
Amortização do principal e juros		(1.162)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**24.366**	**11.405**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(2.691)**	**7.517**
Caixa e equivalentes no início do exercício	**5**	7.516	1
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**5**	4.825	7.516
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(2.691)**	**7.517**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A MEZ 3 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2018 e está estabelecida na Rua 72, 325 – Quadra C14, Lote 10/13 Sala 112 – Jd Goiás – Goiania – GO. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 24/2018 - ANEEL, datado de 20 de setembro 2018, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: SE 230/138 kV Rio Claro 2 e seccionameto da LT 230 kV Rondonópolis – Rio Verde. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de Construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 4.988 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

• **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) -** Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) -** Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) -** O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda fucional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão. (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 15 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. **2.5 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: ***Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **(i) *Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos,com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7 Impairment de ativos não financeiros**: O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15. A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*. **2.8 Ativo de contrato e reconhecimento de receita:** A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura. Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa. Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato . Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho. **(a) Reconhecimento e mensuração de receita:** As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: • **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente. • **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato. • **Passo 3:** Determinar o preço da transação. • **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato. • **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo: (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção. (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 10,32 % ao ano. (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. **2.9 Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11 Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **2.12 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.13 Encargos setoriais:** ***a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Companhia de Pesquisa Energética (EPE):*** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. ***b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)***: Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. ***c. Ministério de Minas e Energia (MME):*** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras: • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

>>>Continuação...

• Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **4.1 IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2):** Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2021. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis. **4.2 IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis. **4.3 IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado:** Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis.

5. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e bancos	52	5
Aplicações financeiras em CDB	4.773	7.511
	4.825	**7.516**

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas de 94% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Banco Itaú	59	7.511
Banco XP	4.714	-
	4.773	**7.511**

6. Ativo de contrato: Refere-se ao ativo de contrato a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

Saldos em 2020	Adições	Remuneração	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2021
5.833	28.420	2.732	1.156	3.854	1.370	**43.365**

	31/12/2021	**31/12/2020**
Circulante	-	-
Não circulante	43.365	5.833
	43.365	**5.833**

* As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as Companhias de lucro presumido.

	31/12/2021
Implementação de infraestrutura	
Receita de Construção	34.696
Custo de Construção	29.576
Margem	**5.120**
Margem de construção	**14,15%**
Remuneração dos ativos da concessão	**2.835**
Taxa de desconto dos ativos contratuais	**10,72%**

7. Fornecedores	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Materiais	1.654	-
Serviços	187	114
	1.841	**114**

(i) Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de materiais e serviços para a obra.

8. Financiamentos: a. Composição

Instituições Financeiras	**Moeda**	**Vencimento**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Banco Itaú - CCB	BRL	16/12/2022	7.248	7.514
Banco Itaú - ABC	BRL	23/05/2022	21.077	-
			28.325	**7.514**

b. Movimentação 2021

Instituições Financeiras	**Saldos em 31/12/2020**	**Adições**	**Juros**	**Amortização de juros**	**Amortização de principal**	**Saldos em 31/12/2021**
Banco Itaú - CCB	7.514	–	594	(53)	(807)	7.248
Banco Itaú - ABC	–	20.000	1.379	(302)	–	21.077
	7.514	20.000	1.973	(355)	(807)	28.325

***CCB Banco Itaú**:* A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,50%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *covenants*. ***CCB Banco ABC**:* A Companhia celebrou junto ao Banco ABC o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,75%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *covenants.* Os vencimentos das parcelas de circulante são os seguintes:

2022	28.325
	28.325

9. Adiantamento para futuro aumento de capital: Os valores mencionados abaixo, são referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital e serão integralizados no exercício seguinte. Estes valores encontram-se classificados como instrumentos de dívida no passivo circulante pois não atende o critério de fixo por fixo. Em 29 de outubro de 2021 a Companhia recebeu aporte no montante de R$ 3.375 do acionista MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., como transação de AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital). Em 01 de outubro de 2021 a Companhia recebeu aporte no montante de R$ 215 do acionista Marcelo Macedo da Fonseca, como transação de AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital).

10. Impostos correntes e diferidos

	Nota	**Passivo não circulante 31/12/2021**	**Passivo não circulante 31/12/2020**
Pis e Cofins	10.1	1.583	213
Imposto de renda e Contribuição social	10.2	1.287	173
		2.870	**386**

10.1 Pis e Cofins diferido: Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2021	**31/12/2020**
Saldo em 31/12/2020	**213**	**-**
Receita de construção	34.696	5.740
Receita de Remuneração do ativo contratual	2.835	93
Base de cálculo	**37.531**	**5.833**
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
PIS e COFINS diferidos	**1.370**	**213**
Saldo em 31/12/2021	**1.583**	**213**

10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados , de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32/IAS 32. A base de calculo do limposto de renda e da contribuição social diferidos, se refere ao montante acumulado de ativo de contrato em 31 de dezembro de 2021 sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

Composição:	**Passivo não circulante em 31/12/2021**	**Resultado em 31/12/2021**
Saldo em 31/12/2020	**173**	
Base de cálculo IRPJ	2.893	2.893
Aliquota IRPJ	25%	25%
Ajuste Exercício Anterior	-	-
IRPJ diferido	**723**	**723**
Base de cálculo CSLL	4.339	4.339
Aliquota CSLL	9%	9%
CSLL diferido	**391**	**391**
Saldo em 31/12/2021	**1.287**	**1.114**

10.2 Imposto de renda e contribuição correntes: A base de calculo do imposto de renda e da contribuição social correntes, se refere as receitas financeiras acumuladas em 31 de dezembro de 2021, sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

	31/12/2021		
	IRPJ	**CSLL**	**Total**
Receitas Financeiras	425	425	
Alíquotas utilizadas para o Cálculo	25%	9%	
Total de IR e CS Corrente		**86**	
	38		**124**

11. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R$ 5.843.697, dividido em 5.843.697 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2021			**31/12/2020**		
	Quantidade de ações	**R$ mil**	**% do capital social**	**Quantidade de ações**	**R$ mil**	**% do capital social**
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	5.303.208	5.303	90,75%			
Marcelo Macedo da Fonseca	350.622	351	6,00%			
MEZ Energia e Participações Ltda.	-	-	-	1.084.958	1.085	80,00%
Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.	189.867	190	3,25%	271.239	271	20,00%
	5.843.697	**5.844**	**100,00%**	**1.356.197**	**1.356**	**100,00%**

Em 18 de março de 2021, a sócia Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A., transferiu o montante de R$81, para Marcelo Macedo da Fonseca. Em 20 de julho de 2021, houve a integralização de Capital no montante de R$4.218, efetuado pela sócia MEZ Energia e Participações Ltda. Em 24 de março de 2021, houve um aporte de Capital no montante de R$269, efetuado pelo Sócio Marcelo Macedo da Fonseca. Em 05 de julho de 2021, a sócia MEZ Energia e Participações Ltda, transferiu sua participação no montante de R$5.303, para a Sócia MEZ T1 Trasmissora e Participações S.A.. **b. Destinação do lucro:** A destinação do lucro da Companhia,conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

	31/12/2021
(=) Lucro do exercício	5.297
(-) Constituição da reserva Legal	(265)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	(5.032)
	-

Reserva Legal: A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo desta reserva é de R$ 265. **Reserva de lucros a realizar:** O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76. Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante desta reserva é de R$ 5.032. **12. Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possui saldo com partes relacionadas. A Remuneração da Alta administração é paga pela MEZ Energia e Participações Ltda e cobrado daas investidas conforme regras de rateio da resolução normativa 699 da ANEEL. A Companhia efetuou o pagamento de R$ 31 a titulo de remuneração da Alta administração no exercício de 2021.

13. Receita operacional líquida	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita de construção	34.696	5.740
Remuneração dos ativos de contrato	2.835	93
	37.531	**5.833**
(-) PIS sobre Receita - diferido	(244)	(38)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(1.126)	(175)
	(1.370)	**(213)**
Receita operacional líquida	**36.161**	**5.620**

14. Custo de construção

Custo de construção	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Pessoal	109	1
Material	1.697	244
Serviços de terceiros	8.294	1.872
Máquinas e Equipamentos	16.649	-
Juros Capitalizados	1.156	12
Terrenos	-	1.000
Intangível	106	-
Outros	1.565	743
	29.576	**3.872**

15 Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. **a. Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (iv) Risco de crédito. (i) Risco de mercado. (ii) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. ***(i) Riscos de crédito:*** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • **Contas a receber - Ativo de Contrato** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ***(ii) Risco de mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:* A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. • **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário provável (*)**	**-25% Cenário A**	**-50% Cenário B**
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	4.773	Queda da taxa CDI	211	158	105
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**-25%**	**-50%**
CDI %			4,42%	3,32%	2,21%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 4,42% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário provável (*)**	**25% Cenário A**	**50% Cenário B**
Passivos Financeiros					
CCB	28.325	Aum. da taxa CDI	1.252	1.565	1.878
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**25%**	**50%**
CDI %			4,42%	5,53%	6,63%

• **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. ***(iii) Riscos operacionais:*** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhiarial. • **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). • **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **b. Categorias de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. ***Classificações contábeis e valores justos:*** No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • **Contas a receber -** Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2021. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **c. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Nível	**Nota**	**31/12/2021 Valor contábil**	**31/12/2021 Valor justo**	**31/12/2020 Valor contábil**	**31/12/2020 Valor justo**
Ativos Financeiros						
Valor justo através do resultado:						
Caixas e equivalentes de caixa	2	5	4.825	4.825	7.516	7.516
Passivos Financeiros						
Custo amortizado:						
Fornecedores	–	7	1.841	1.841	114	114
Empréstimos e financiamentos	-	8	28.325	26.909	7.514	7.514

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

16. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

* Os valores abaixo referentes a valor segurado e valor do prêmio estão apresentados em Reais.

Descrição da garantia	
Seguradora:	Pottencial Seguradora S.A.
Apólice:	'03069201899077502340690 00
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R$ 3.207.300,00
Valor do prêmio*:	R$ 77.110,00
Período de vigência:	21/09/2018 a 23/02/2023
Seguradora:	Pottencial Seguradora S.A.
Apólice:	'03069201899077502340690 00
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Responsabilidade civil
Valor segurado*:	R$ 3.207.300,00
Valor do prêmio*:	R$ 77.110,00
Período de vigência:	21/09/2018 a 23/02/2023

17. Compromissos assumidos: •Contrato de EPC - Em 20 de Agosto de 2020 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 3 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC). O valor total do contrato é de R$ 7.525.

Diretoria

Marcos Ernesto Zarzur

Contador

Pablo Fernandes da Silva - CRC: 1SP 292416/O-3

CEO

Mauricio Zarzur

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **MEZ 3 Energia S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 3 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 3 Energia S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

>>>Continuação...

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia . Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador - CRC 1SP235639/O-0

Crilimóveis Empreendimentos Imobiliários S/A

CNPJ/MF nº 13.741.033/0001-34

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em Cumprimento à Lei 11638/07, Art. 3º temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social referente ao período de 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Liquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de Dezembro de 2021. ***A Diretoria***

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em Reais – R$)*

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Circulante	**30.947.221**	**34.177.829**	**Circulante**	**50.916**	**52.410**
Caixa/Bancos	293.182	1.157.518	Fornecedores	50.916	50.916
Aplicação Financeira	3.805.963	6.167.717	Obrigações Tributárias	–	1.494
Estoques	26.783.060	26.783.060	**Não Circulante**	**–**	**–**
Imposto de Renda a Recuperar	65.016	69.534	**Exigível a Longo Prazo**	**–**	**–**
Não Circulante	**3.035.388**	**2.080.344**	**Patrimônio Líquido**	**33.931.693**	**36.205.763**
Exigível a Longo Prazo	**3.035.388**	**2.080.344**	Capital Social	27.643.275	11.100.002
Outros Creditos	3.035.388	2.080.344	Reserva Legal	1.798.785	1.562.488
			Reserva de Lucro	4.489.634	23.543.273
Total do Ativo	**33.982.608**	**36.258.172**	**Total do Passivo**	**33.982.608**	**36.258.172**

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais – R$)*

Receita	2021	2020
Receita de Vendas	5.806.234	5.845.826
Impostos	(213.804)	(213.606)
Receitas Operacional Líquida	**5.592.429**	**5.632.219**
Despesas e Receitas	**(202.546)**	**(402.606)**
Despesas Administrativas	(316.462)	(542.534)
Despesas Financeiras	(12.933)	(1.207)
Receitas Financeiras	126.849	141.135
Lucro antes da CSLL e do IRPJ	**5.389.883**	**5.229.613**
Provisão para Contribuição Social	(182.105)	(190.372)
Provisão para Imposto de Renda	(481.848)	(504.810)
Lucro Liquido do Exercício	**4.725.930**	**4.534.431**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais – R$)*

	Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**11.100.002**	**–**	**26.715.330**	**–**	**37.815.332**
Resultado do Exercício	–	–	–	4.534.431	4.534.431
Constituição de Reserva Legal	–	1.562.488	(1.562.488)	–	–
Constituição de Reserva de Lucro	–	–	4.534.431	(4.534.431)	–
Distribuição de Dividendos	–	–	(6.144.000)	–	(6.144.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**11.100.002**	**1.562.488**	**23.543.273**	**–**	**36.205.763**
Resultado do Exercicio	–	–	–	4.725.930	4.725.930
Constituição de Reserva Legal	–	236.297	(236.297)	–	–
Constituição de Reserva de Lucro	–	–	4.725.930	(4.725.930)	–
Aumento de Capital Social	16.543.273	–	(16.543.273)	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	(7.000.000)	–	(7.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**27.643.275**	**1.798.785**	**4.489.634**	**–**	**33.931.693**

Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo das Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro *(Em Reais – R$)*

	2021	2020
Fluxo de Caixa Atividades Operacionais		
Lucro Exercicio	4.725.930	4.534.431
Aplicação Financeira	2.361.754	(22.824)
Imposto de Renda a Recuperar	4.518	101.868
Obrigações Tributárias	(1.494)	(20.470)
(=) Caixa Líquido Operacional	**7.090.708**	**4.593.006**
Fluxo de Caixa Atividades de Investimentos		
Outros Creditos	(955.044)	2.209.475
(=) Caixa Líquido de Investimento	**(955.044)**	**2.209.475**
Fluxo de Caixa Atividades de Financiamentos		
(=) Caixa Líquido de Financiamento	**–**	**–**
Capital Social	16.543.273	
Reserva Legal	236.297	1.562.488
Reserva de Lucro	(23.779.569)	(7.706.488)
Redução Líquida de Caixa	**(864.336)**	**658.481**
Caixa Equivalentes ao Inicio do Período		
Disponibilidades	1.157.518	499.037
Caixa Equivalentes ao Final do Período		
Disponibilidades	**293.182**	**1.157.518**

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro

1. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das S.A., 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis. 2. Sumário das principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1. Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2. Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas. 3. O Capital Social é de R$ 27.643.274,68 representadas por 27.643.275 ações totalmente integralizadas.

Rebeca da Silva Rodrigues dos Santos
Diretora

Mozes Agamenon Mellado de Queiroz
Contador – CRC nº 1SP 224.966/O-6

VR Editora S.A.

CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80 – NIRE 35.300.418.450

Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06 de abril de 2022

Data, hora e local: 06 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Via das Magnólias, 327, Sala 1, CEP 06713-270, Jardim Colibri, Cidade de Cotia, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da VR Editora S.A., conforme assinaturas apostas em livro próprio. **Composição da mesa:** Presidente: Sra. Sevani de Matos Oliveira; Secretário: Sr. Cristiano Vander Rodrigues. **Convocação e Publicações:** Dispensadas as formalidades de convocação em virtude do comparecimento da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. Igualmente, dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o art. 133, § 4º da Lei 6.404/76, esclarecendo-se que foram publicados os documentos mencionados nos incisos I e II do citado artigo no dia 31 de março de 2022 no jornal Data Mercantil, página 15 e em versão digital, no jornal Data Mercantil, página 13. **Ordem do Dia: (a)** exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(b)** destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e **(c)** outros assuntos de interesse social. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos dos Presentes: (a)** com abstenção dos legalmente impedidos, conforme artigo 134, § 1º, da Lei nº 6.404/76, foram aprovados o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(b)** aprovada a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor total de R$403.999,00 (quatrocentos e três mil, novecentos e noventa e nove reais), e a declaração de dividendos à razão de R$10,66664 (dez reais e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e quatro centésimos de milésimos de centavos), por ação, que serão pagos aos acionistas conforme disponibilidade de caixa da Companhia, até o dia 31 de dezembro de 2022; e **(c)** fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação sem os nomes dos acionistas presentes, de acordo com o previsto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, suspendendo a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e em conforme, vai assinada por todos os acionistas presentes. Presidente da Mesa: Sevani de Matos Oliveira; Secretário: Cristiano Vander Rodrigues. Acionistas presentes: Maria Celeste Ferreira Alves *p.p. Cristiano Vander Rodrigues;* Maria Nazareth Ferreira Alves *p.p. Cristiano Vander Rodrigues,* e Maria Inês Redoni *p.p. Cristiano Vander Rodrigues.* Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. Sevani Matos de Oliveira – Presidente; Cristiano Vander Rodrigues – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 201.863/22-4 em 19/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ezze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

A Diretoria da Ezze Seguros S.A, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGE, que realizar-se-á no dia 05 de Maio de 2022, às 16h30min, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, com a seguinte ordem do dia: (A) alterar a designação dos cargos da Diretoria, alterando, por conseguinte, os Artigos 16.º, 17.º e 18.º do Estatuto Social; (B) Eleição de executivos para compor a Diretoria; (C) Composição da Diretoria, em decorrência da eleição de novos Diretores; (D) Distribuição de funções e responsabilidades aos Diretores para representação da Companhia perante a SUSEP; (E) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. São Paulo/SP, 25/04/2022. **A Diretoria.** (26, 27 e 28/04/2022)

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 09:00, do dia 30 de abril de 2022, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, n. 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://us02web.zoom.us/j/81177105286?pwd=alRBNGUrd2VPck5SS2tFakZZekZ4UT09, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **b.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76.

São Paulo, 21 de abril de 2022. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor.

Tergos S.A.

CNPJ/ME nº 21.389.427/0001-01

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 27 de maio de 2022, às 15 horas na Sede da Tergos S.A., Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2.242, 2º andar, sala 278, Butantã, São Paulo, SP, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração da Companhia e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Em Assembleia Geral Extraordinária: Destituição e delegação das funções de administração da Sociedade. Os documentos encontram-se na sede para consulta.

São Paulo, 25 de abril de 2022. **A Diretoria** (26, 27 e 28/04/2022)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5013
Dólar (EUA) - 4,8818
Franco (Suíça) - 5,0942
Iene (Japão) - 0,03824
Libra (Inglaterra) - 6,2004
Peso (Argentina) - 0,04257
Peso (Chile) - 0,005725
Peso (México) - 0,2411
Peso (Uruguai) - 0,1219
Yuan (China) - 0,7443
Rublo (Rússia) - 0,06734
Euro (Unidade Monetária

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 4,8812 / R$ 4,8818 **
Câmbio livre mercado - R$ 4,8760 / R$ 4,8780 *
Turismo - R$ 4,9600 / R$ 5,0700

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 1,49%

OURO BM&F
R$ 294,500

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,35%
Pontos: 110.684
Volume financeiro: R$ 26,286 bilhões
Maiores altas: Cogna Educação ON (3,57%), Cemig PN (2,87%), Petz ON (2,85%)
Maiores baixas: BRF ON (-3,65%), Companhia Siderúrgica Nacional ON (-2,64%), Grupo Soma ON (-2,56%)

S&P 500 (Nova York): 0,57%
Dow Jones (Nova York): 0,70%
Nasdaq (Nova York): 1,29%
CAC 40 (Paris): -2,01%
Dax 30 (Frankfurt): -1,54%
Financial 100 (Londres): -1,88%

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

MEZ 2 ENERGIA S.A.

CNPJ: 36.243.890/0001-00

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.548	19.895
Outros ativos circulantes		2.192	-
Total do ativo circulante		**14.740**	**19.895**
Ativo de contrato	5	18.414	6.700
Total do passivo não circulante		**18.414**	**6.700**
Total do ativo		**33.154**	**26.595**
Passivo	**Nota**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Circulante			
Fornecedores	6	344	635
Empréstimos e financiamentos	7	20.530	252
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		44	108
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.500
Outros passivos circulantes		27	19
Total do passivo circulante		**20.945**	**3.514**
Empréstimos e financiamentos	7	-	20.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	546	199
Pis e cofins diferidos	8	672	245
Total do passivo não circulante		**1.218**	**20.444**
Patrimônio líquido			
Capital social	9	2.700	200
Reserva de lucros		8.291	2.437
		10.991	**2.637**
Total do passivo e patrimônio líquido		**33.154**	**26.595**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 04 de fevereiro de 2020		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro do exercício		-	-	-	2.437	2.437
Aumento de capital		200	-	-	-	200
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**200**	**-**	**-**	**2.437**	**2.637**
Lucro do exercício		-	-	-	5.854	5.854
Aumento de capital	**9**	2.500	-	-	-	2.500
Reserva legal		-	414	-	(414)	-
Reserva lucros a realizar		-	-	7.877	(7.877)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**2.700**	**414**	**7.877**	**-**	**10.991**

Demonstração de Resultado

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	11	**11.287**	**6.455**
Custo operacionais	12	(4.918)	(3.815)
Lucro bruto		**6.369**	**2.640**
Administrativas e gerais		(63)	-
Despesas operacionais		**(63)**	**-**
Resultado operacional		**6.306**	**2.640**
Receita financeira		173	-
Despesa financeira		(11)	(4)
		162	**(4)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**6.468**	**2.636**
Imposto de renda e CSLL corrente		(266)	-
Imposto de renda e CSLL diferido	8	(348)	(199)
Lucro do exercício,		**5.854**	**2.437**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	**5.854**	**2.437**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Total do resultado abrangente do exercício	**5.854**	**2.437**

Demonstração do valor adicionado

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita de Construção	9.274	6.599
Remuneração dos ativos de contrato	2.441	101
Receita Operacional	**11.715**	**6.700**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção		
Pessoal	(38)	(2)
Material	(11)	(15)
Serviços de terceiros	(1.625)	(2.197)
Juros capitalizados	(2.352)	(451)
Adiantamento a fornecedores	(891)	(1.120)
Outros	(2)	(30)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(63)**	**-**
	(4.982)	**(3.815)**
Valor adicionado bruto	**6.733**	**2.885**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**6.733**	**2.885**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	173	-
Valor adicionado total a distribuir	**6.906**	**2.885**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.043	444
	1.043	**444**
Remuneração de capitais de terceiros		
Outras	9	4
	9	**4**
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do Exercício	5.854	2.437
	5.854	**2.437**
Valor adicionado total distribuído	**6.906**	**2.885**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		**5.854**	**2.437**
Encargos de empréstimos e financiamentos	7	1.504	252
Remuneração dos ativos de contrato	5	(2.442)	(102)
Receita de construção	5	(4.292)	(2.784)
PIS e COFINS diferidos	8	428	245
IRPJ e CSLL diferidos	8	348	199
		1.400	**247**
Redução nos ativos			
Adições Ativo de Contrato	5	(4.981)	(3.815)
Outros créditos		(2.194)	-
		(7.175)	**(3.815)**
Aumento nos passivos			
Fornecedores	6	(291)	635
Obrigações sociais e trabalhistas		(64)	108
Adiantamento para Futuro aumento de Capital		-	2.500
Outras obrigações		9	20
		(346)	**3.263**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(6.121)**	**(305)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	9	-	200
Captação de Empréstimos	7	-	20.000
Amortização do principal e juros	7	(1.226)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**(1.226)**	**20.200**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(7.347)**	**19.895**
Caixa e equivalentes no início do exercício		19.895	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício		12.548	19.895
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(7.347)**	**19.895**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1; Contexto Operacional: A MEZ 2 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ Energia e Participações Ltda, é uma sociedade Limitada, constituída em 04 de fevereiro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, 1753 – 13° Andar – Indianápolis – São Paulo – SP. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1 Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 02/2020 - ANEEL, datado de 20 de março 2020, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • SE Olindina (Novos Pátios 230 kV e 69kV) e Seccionamento das LTs 230 kV Cícero Dantas – Catu C1/C2 na SE Olindina. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de Construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 5.380 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) -** Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) -** Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) -** O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Ministério de Minas e Energia (MME) -** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **Capital Circulante Líquido – CCL:** A Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2021, capital circulante liquido negativo de R$6.205. O principal fator deste cenário se deu em virtude da captação de empréstimo ponte (CCB de curto prazo) em 30 de Setembro de 2020, para ser empregado na construção da subestação. Em decorrência deste contexto, para o ano de 2022, a Administração da Entidade está realizando o próximo passo de seu Project Finance, o alongamento das dívidas provenientes de capital de terceiros. Tal alongamento conta com a contratação de empréstimo de longo prazo de recursos do FNDE (Fundo nacional de desenvolvimento da educação), durante o exercício de 2022. A Administração da entidade, seguindo o seu Project Finance, entende que possui liquidez satisfatória, e com a concretização do alongamento da dívida e a iminente entrada em operação, espera suprir a liquidez com recursos. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").e de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 06 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda fucional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.5 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: ***Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **(i)** ***Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7 Impairment de ativos não financeiros**: O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15. A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*. **2.8 Ativo de contrato:** A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura. Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devecumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa. Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato . Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho. **(a) Reconhecimento e mensuração de receita:** As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: • **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente. • **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato. • **Passo 3:** Determinar o preço da transação. • **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato. • **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo: **(i)** Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção. **(ii)** Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 10,32 % ao ano. **(iii)** Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. **2.9 Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11 Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **2.12 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.13 Encargos setoriais:** ***a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Companhia de Pesquisa Energética (EPE):*** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. ***b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)***: Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. ***c. Ministério de Minas e Energia (MME):*** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas e mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou a partir de 1° janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras: • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **3.1 IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.:** Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto. **3.2 IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.**

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

>>>Continuação...

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Caixa e bancos	52	8
Aplicações financeiras em CDB	12.496	19.887
	12.548	**19.895**

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 65% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Banco Itaú	42	9.843
Banco ABC	-	10.044
Banco XP	12.454	-
	12.496	**19.887**

5. Ativo Contratual: Refere-se ao ativo contratual a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

Saldos em 2020	**Adições**	**Remuneração**	**Juros capitalizados**	**Margem de construção**	**PIS/COFINS**	**Saldos em 2021**
6.700	2.628	2.352	2.352	3.954	428	**18.414**

	31/12/2021	**31/12/2020**
Circulante	-	-
Não circulante	18.414	6.700
	18.414	**6.700**

Implementação de infraestrutura	**31/12/2021**
Receita de Construção	9.273
Custo de Construção	4.918
Margem	**4.355**
Margem de construção	**42,90%**
Remuneração dos ativos da concessão	**2.441**
Taxa de desconto dos ativos contratuais	**8,31%**

6. Fornecedores

	31/12/2021	**31/12/2020**
Serviços	344	635
	344	**635**

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços para a obra.

7. Financiamentos: a. Composição

Instituições Financeiras	**Moeda**	**Taxa de juros a.a.**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Banco ABC Brasil - CCB	BRL	Taxa = 3,10% por 360 dias (TR 100% DI-OVER-CETIP)	20.530	20.252
			20.530	**20.252**

b Movimentação 2021

Instituições Financeiras	**Saldos em 31/12/2020**	**Custo de Captação**	**Juros**	**Amortização de juros**	**Saldos em 31/12/2021**
Banco ABC Brasil - CCB	20.252	(17)	1.504	(1.208)	20.530
	20.252	**(17)**	**1.504**	**(1.208)**	**20.530**

CCB Banco ABC: A Companhia celebrou junto ao Banco ABC o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,10%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *covenants*. Os vencimentos das parcelas de circulante e não circulantes são os seguintes:

2022	20.530
	20.530

8. Impostos correntes e diferidos	**Nota**	**Passivo**
Não Circulante		
Pis e Cofins	8.1	672
Imposto de renda e Contribuição social	8.2	545
		1.217

8.1 Pis e Cofins diferido: Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a remuneração do ativo contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2021	**31/12/2020**
Saldo em 31/12/2020	**245**	**-**
Receita de construção	9.274	6.598
Receita de Remuneração do ativo contratual	2.441	101
Base de cálculo	**11.715**	**6.700**
Alíquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
PIS e COFINS diferido	**427**	**245**
Ajuste Exercício Anterior	-	-
Saldo em 31/12/2021	**672**	**245**

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados , de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. A base de calculo do limposto de renda e da contribuição social diferidos, se refere ao montante acumulado de ativo de contrato em 31 de dezembro de 2021 sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

Composição	**Passivo não circulante 31/12/2021**	**Resultado 31/12/2021**
Saldo em 31/12/2020	**199**	**-**
Base de cálculo IRPJ	903	903
Aliquota IRPJ	25%	25%
IRPJ diferido	**226**	**226**
Ajuste Exercício Anterior	-	-
IRPJ diferido	**226**	**129**
Base de cálculo CSLL	1.355	1.355
Aliquota CSLL	9%	9%
CSLL diferido	**122**	**122**
Ajuste Exercício Anterior	-	-
CSLL diferida	**122**	**70**
IRPJ e CSLL diferidos	**546**	**348**

8.3 Imposto de renda e contribuição correntes: A base de calculo do limposto de renda e da contribuição social correntes, se refere as receitas financeiras acumuladas em 31 de dezembro de 2021, sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

	31/12/2021		
	IRPJ	**CSLL**	**Total**
Receitas Financeiras	786	786	
Alíquotas utilizadas para o Cálculo	25%	9%	
Total de IR e CS Corrente	**188**	**78**	**266**

9. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R$ 2.700.000, dividido em 2.700.000 quotas ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2021			**31/12/2020**		
	Quantidade de ações	**R$ mil**	**% do capital social**	**Quantidade de ações**	**R$ mil**	**% do capital social**
MEZ Energia e Participações Ltda				200.000	200	100,00%
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	2.700.000	2.700	100,00%			
	2.700.000	**2.700**	**100,00%**	**200.000**	**200**	**100,00%**

Em 01 de maio de 2021, houve a integralização de Capital no montante de R$2.500, efetuado pela sócia MEZ Energia e Participações Ltda.
Em 05 de julho de 2021, a sócia MEZ Energia e Participações Ltda, transferiu sua participação no monetante de R$2.700, para a Sócia MEZ T1 Trasmissora e Participações S.A..

10. Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possui saldo com partes relacionadas. A Remuneração da Alta administração é paga pela MEZ Energia e Participações Ltda e cobrado das investidas conforme regras de rateio da resolução normativa 699 da ANEEL. A Companhia efetuou o pagamento de R$ 33 a titulo de remuneração da Alta administração no exercício de 2021.

11. Receita operacional líquida	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receita de construção	9.273	6.598
Remuneração dos ativos de contrato	2.441	101
	11.714	**6.699**
(-) PIS sobre Receita - diferido	(76)	(44)
(-) COFINS sobre Receita diferido	(351)	(201)
	(427)	**(245)**
Receita operacional líquida	**11.287**	**6.454**
12. Custo de construção		
Pessoal	38	2
Material	11	15
Serviços de terceiros	4.868	3.768
Outros	1	30
	4.918	**3.815**

13. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. **a. Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **(iv)** Risco de crédito. **(i)** Risco de mercado. **(ii)** Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. ***(i) Riscos de crédito:*** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • **Contas a receber - Ativo de Contrato** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ***(i) Risco de mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:* A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. • **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário provável (*)**	**-25% Cenário A**	**-50% Cenário B**
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	12.496	Queda da taxa CDI	552	414	276
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**-25%**	**-50%**
CDI %			4,42%	3,32%	2,21%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 1,90% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 4,42% e 50%, respectivamente.

Operação	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário provável (*)**	**25% Cenário A**	**50% Cenário B**
Passivos Financeiros					
CCB	20.530	Aumento da taxa CDI	907	1.134	1.361
Referência para ativo financeiros			**Cenário provável**	**25%**	**50%**
CDI %			4,42%	5,53%	6,63%

• **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. ***(ii) Riscos operacionais:*** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhiarial. • **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). • **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **b. Categorias de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. **Ativos Financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **c. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31/12/2021			
	Nível	**Nota**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos Financeiros				
Valor justo através do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa	2	4	12.548	12.548
Passivos Financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores		6	344	344
Empréstimos e financiamentos		7	20.530	19.504

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **14. Compromissos assumidos: • Contrato de EPC -** Em 05 de Janeiro de 2021 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 1 Energia Ltda, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do contrato é de R$ 7.530.

Diretor
Marcos Ernesto Zarzur
Contador
Pablo Fernandes da Silva - CRC: 1SP 292416/O-3
CEO
Mauricio Zarzur

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **MEZ 2 Energia Ltda.** São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 2 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 2 Energia S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** : A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador - CRC 1SP235639/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

MEZ 5 Energia S.A.

CNPJ/MF nº 40.215.231/0001-37

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	5	56.156	Fornecedores	9	15.748
Contas a receber	6	388	Empréstimos e financiamentos	10	101.893
Outros ativos circulantes	7	1.696	Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		1.027
Total Ativo do Circulante		**58.240**	Outros passivos circulantes		287
			Total do Passivo Circulante		**118.955**
Não Circulante			**Não Circulante**		
Ativo de Contrato	8	139.040	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	4.265
Intangível		48	PIS e COFINS diferidos	11	5.246
Total do Ativo Não Circulante		**139.088**	Outros passivos não circulantes		30
			Total do Passivo Não Circulante		**9.541**
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	12	19.051
			Adiantamento para futuro aumento de capital		20.800
			Reserva de lucros		28.981
					68.832
Total do Ativo		**197.328**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**197.328**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o período de 28 de janeiro até 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Reserva de Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldos em 28 de janeiro de 2021		–	–	–	–	–	–
Aumento de capital	12	19.051	–	–	–	–	19.051
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	28.981	28.981
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	20.800	–	–	–	20.800
Reserva Legal	12	–	–	1.449	–	(1.449)	–
Reserva lucros a realizar	12	–	–	–	27.532	(27.532)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**19.051**	**20.800**	**1.449**	**27.532**	**–**	**68.832**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultados para o período de 28 de janeiro até 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2021
Receita Líquida	14	**138.234**
Custo operacionais	15	(102.280)
Lucro Bruto		**35.954**
Administrativas e gerais		(1.375)
Despesas Operacionais		**(1.375)**
Resultado Operacional		**34.579**
Despesa financeira		(110)
		(110)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**34.469**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.223)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(4.265)
Lucro do período		**28.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o período de 28 de janeiro até 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**28.981**
Outros resultados abrangentes	**–**
Total do resultado abrangente do exercício	**28.981**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o período de 28 de janeiro até 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício		**28.981**
Encargos de empréstimos e financiamentos	10	3.631
Remuneração do Ativo de Contrato	8	(5.081)
Receita de construção	8	(36.186)
Receita de Operação e Manutenção	8	(178)
PIS e COFINS diferidos	11	5.246
IRPJ e CSLL diferidos	11	4.265
		678
Aumento nos ativos		
Contas a receber	6	(388)
Ativo de Contrato		(97.595)
Outros créditos		(1.743)
		(99.726)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	9	15.748
Obrigações sociais e trabalhistas		1.027
Outras obrigações		317
		17.092
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(81.956)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	12	19.051
Adiantamento para futuro aumento de capital		20.800
Captação de Empréstimos	10	150.000
Amortização do principal e juros	10	(51.739)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**138.112**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**56.156**
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	–
Caixa e equivalentes no fim do exercício	5	56.156
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**56.156**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado para o período de 28 de janeiro até 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de Reais)*

	31/12/2021
Receitas	
Receita de Construção	138.465
Remuneração dos Ativos de Contrato	5.081
Receita de operação e manutenção	178
Receita Operacional	**143.724**
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo de construção	
Máquinas e equipamentos	(25.511)
Pessoal	(373)
Material	(304)
Serviços de terceiros	(18.237)
Juros capitalizados	(1.698)
Adiantamento a fornecedores	(52.460)
Seguros	(292)
Tributos	(619)
Depósitos judiciais	(1.978)
Software	(54)
Servidões	(436)
Outros	(317)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(549)
	(102.828)
Valor adicionado bruto	**40.896**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**40.896**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**40.896**
Distribuição do Valor Adicionado	
Pessoal	
Remuneração direta	502
Benefícios	98
FGTS	66
	666
Impostos, taxas e contribuições	
Federais	11.224
	11.224
Remuneração de capitais de terceiros	
Aluguéis	11
Outras	14
	25
Remuneração de capitais próprios	
Lucro do exercício	28.981
	28.981
Valor Adicionado Total Distribuído	**40.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto Operacional – A MEZ 5 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., é uma sociedade Anônima de Capital Fechado, constituída em 29 de dezembro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, s/n, Anexo Altura do n 1753 – 5º Andar – Sala 1 Parte – Indianápolis – São Paulo-SP. A Companhia não possui saldos comparativos, pois iniciou suas operações no exercício de 2021. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 3/2021 – ANEEL, datado de 31 de março 2021, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • – LT 230 kV Porto Alegre 1 – Porto Alegre 9 C1; • – LT 230 kV Capivari do Sul – Osório 3 C1; • – LT 230kV Guaíba 3 – Pólo Petroquímico C1; • – SE Guaíba 3 – Compensador Estático; • – SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 1; • – SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 2; • – SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 3; • – SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 4; • – SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 5; • – Módulo de Interligação de Barras em 230kV da SE Porto Alegre 4. Atualmente a Companhia encontra-se parcialmente em operação. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 52.982 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da Concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE):** Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D):** Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT):** O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Ministério de Minas e Energia (MME):** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **Capital Circulante Líquido – CCL:** A Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2021 capital circulante líquido negativo no montante de R$60.715. O principal fator deste cenário se deu em virtude da captação de empréstimo ponte (nota promissória de curto prazo) em abril de 2021 para ser empregado na construção da linha de transmissão com o intuito de antecipação do cronograma das obras, visando a antecipação da entrada em operação. Em decorrência deste contexto, para o ano de 2022, a Administração da Entidade está realizando o próximo passo do seu Project Finance, o alongamento das dívidas provenientes de capital de terceiros. Tal alongamento conta com a contratação de debêntures de longo prazo, durante o exercício de 2022. A Administração da Entidade, seguindo o seu project finance, entende que possui liquidez satisfatória, e com a concretização do alongamento da dívida e a iminente entrada antecipada em operação, espera suprir a liquidez com recursos após a entrada completa em operação.

2. Base de preparação – **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda fucional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6, e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: ***Instrumentos financeiros*:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: ***Ativos financeiros*:** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tantono modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros,quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **(i) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos,com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15. A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment.* **2.8. Ativo de contrato e reconhecimento de receita:** A CompanhiaCompanhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura. Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da CompanhiaCompanhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a CompanhiaCompanhia passe a ter direito incondicional à caixa. Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a CompanhiaCompanhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela CompanhiaCompanhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato . Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho. **(a) Reconhecimento e mensuração de receita:** As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: • **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente. • **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato. • **Passo 3:** Determinar o preço da transação. • **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato. • **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. A CompanhiaCompanhia reconhece receita conforme descrito abaixo: (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da CompanhiaCompanhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção. (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a CompanhiaCompanhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 10,32 % ao ano. (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da CompanhiaCompanhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **2.12. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

… continuação

MEZ 5 Energia S.A.

ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.13. Encargos setoriais.** ***a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Companhia Companhia de Pesquisa Energética (EPE):*** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. ***b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):*** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. ***c. Ministério de Minas e Energia (MME)*** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

3. Mudanças nas principais políticas contábeis – A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras: • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas – Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **4.1. IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** Especificação de quais custos uma CompanhiaCompanhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis. **4.2. IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado.** Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2021**
Caixa e bancos	58
Aplicações financeiras em CDB	56.098
	56.156

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	**31/12/2021**
Banco Itaú	1.147
XP Investimentos	54.951
	56.098

6. Contas a Receber	**31/12/2020**
Concessionárias e permissionárias	388
	388

Os Valores a receber, referem-se as operações de nossa subestação SE Porto Alegre 4, que encontra-se parcialmente em operação.

7. Outros ativos circulantes	**31/12/2021**
Adiantamento a fornecedores	15
Seguros e Aluguéis	1.681
	1.696
Desmembramento	
Ativo circulante	1.696
Passivo não circulante	-
	1.696

8. Ativo de Contrato – Refere-se ao ativo contratual a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

Saldos em 2020	**Adições**	**Remu-neração**	**Faturamento RAP**	**Receita O&M**	**Juros capitalizados**	**Margem de construção**	**PIS/ COFINS**	**Saldos em 2021**
–	100.582	4.896	(4.684)	178	1.698	31.131	5.239	**139.040**
							31/12/2021	**31/12/2020**
Circulante							–	–
Não circulante							139.040	–
							139.040	**–**

* As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as Companhias de lucro presumido.

	31/12/2021
Implementação de infraestrutura	
Receita de Construção	138.465
Custo de Construção	102.280
Margem	**36.185**
Margem de construção	**20,00%**
Remuneração dos ativos da concessão	**5.081**
Taxa de desconto dos ativos contratuais	**7,40%**

9. Fornecedores	**31/12/2021**
Materiais	11.970
Serviços	3.778
	15.748

10. Financiamentos – a. Composição

Instituições Financeiras	**Moeda**	**Vencimento**	**Taxa de juros a.a.**	**31/12/2021**
			Taxa = 100% CDI + 2,85%	
Banco Itaú – NP	BRL	27/04/2022	252 D.U.	101.893
				101.893

b. Movimentação 2021

Instituiçãoes Financeiras	**Saldos em 31/12/2020**	**Adições**	**Custo de capta-ção**	**Juros**	**Amortização de juros**	**Amortização de principal**	**Saldos em 31/12/2021**
Banco Itaú – LOAN 4131	–	50.000	–	1.713	(1.713)	(50.000)	–
Banco Itaú – NP	–	100.000	(25)	1.918	–	–	101.893
	–	**150.000**	(25)	**3.631**	(1.713)	(50.000)	**101.893**

***Banco Itaú 4131*:** A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo 4131 "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 2,80%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *Covenants.* Este financiamento foi quitado em 20 de dezembro de 2021. ***NP Banco Itaú*:** A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú uma NP de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 2,85%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *Covenants*. Os vencimentos das parcelas d circulante são os seguintes:

2022	**101.893**
	101.893

11. Impostos diferidos	**Nota**	**Passivo Não Circulante**
Pis e Cofins	11.1	5.246
Imposto de renda e Contrib. social	11.2	4.265
		9.511

11.1. Pis e Cofins diferidos: Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2021
Receita de construção	138.465
Receita de Remuneração do ativo Contratual	5.081
Receita de operação e manutenção	178
Base de cálculo	**143.724**
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%
PIS e COFINS diferido	**5.246**

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados , de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12 São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Composição	**Resultado 31/12/2021**	**Passivo Não Circulante 31/12/2021**
Base de cálculo IRPJ	11.078	11.078
Aliquota IRPJ	25%	0
IRPJ diferido	**2.770**	**2.770**
Base de cálculo CSLL	16.617	16.617
Aliquota CSLL	9%	9%
CSLL diferido	**1.496**	**1.496**
	4.265	**4.265**

11.3. Imposto de renda e contribuição social correntes: A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes, se refere a recuperação da RAP (Receita Anual Permitida) durante o período provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

	IRPJ	**CSLL**	**Total**
Receita operacional	4.684	4.684	
Aliquota aplicada sobre a receita	8%	12%	
Presunção IR e CS	2.063	2.063	
Aliquota utilizadas para o cálculo	25%	9%	
	903	**320**	**1.223**

12. Patrimônio líquido – a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R$ 19.051.453, dividido em 19.051.453 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	Quantidade de ações	**R$ mil**	**31/12/2021 % do capital social**
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	14.288.590	14.288	75,00%
MEZ Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	4.762.863	4.763	25,00%
	19.051.453	**19.051**	**100,00%**

b. Destinação do lucro: A destinação do lucro da Companhia, conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

	31/12/2021
(=) Lucro do exercício	28.981
(-) Constituição da reserva Legal	(1.449)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar	(27.532)

Reserva Legal: A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo desta reserva é de R$ 1.449. **Reserva de lucros a realizar:** O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76. Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante desta reserva é de R$ 27.532.

13. Transações com partes relacionadas – Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possui saldo com partes relacionadas ou remuneração da administração. A Remuneração da Alta Administração é paga pela MEZ Energia e Participações Ltda. e cobrado das investidas conforme regras de rateio da Resolução Normativa 699 da ANEEL. A Compahia efetuou o pagamento de R$328 a título de remuneração da Alta administração no exercício de 2021.

14. Receita operacional líquida	**31/12/2021**
Receita de construção	138.465
Receita de operação e manutenção	178
Remuneração dos Ativos de Contrato	5.081
	143.724
(-) PIS sobre Receita – Corrente	(34)
(-) COFINS sobre Receita – corrente	(156)
(-) PIS sobre Receita – diferido	(934)
(-) COFINS sobre Receita – diferido	(4.312)
(-) Encargos regulatórios	(54)
	(5.490)
Receita Operacional Líquida	**138.234**

15. Custo de construção	**31/12/2021**
Máquinas e equipamentos	77.971
Pessoal	373
Material	304
Serviços de terceiros	19.935
Seguros	292
Tributos	619
Depósitos judiciais	1.978
Software	54
Servidões	436
Outros	866
	102.828

16. Instrumentos financeiros – Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. **a. Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (iv) Risco de crédito. (v) Risco de mercado. (vi) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco – o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. ***(i) Riscos de crédito*:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa:** Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • **Contas a receber – Ativo de Contrato:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia – CCG e ii) Carta de Fiança Bancária – CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ***(ii) Risco de mercado*:** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros – refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável – aplicações financeiras*: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. • **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário provável (*)**	**-25% Cenário A**	**-50% Cenário B**
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	56.098	Queda da taxa CDI	2.480	1.860	1.240
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**-25%**	**-50%**
CDI %			4,42%	3,32%	2,21%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 4,42% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	**Exposição (R$ mil)**	**Risco**	**Cenário provável (*)**	**25% Cenário A**	**50% Cenário B**
Passivos Financeiros					
NP	101.893	Aumento da taxa CDI	4.504	5.630	6.756
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**25%**	**50%**
CDI %			4,42%	5,53%	6,63%

• **Risco de inflação** – A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. ***(iii) Riscos operacionais*:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento CompanhiaCompanhiarial. • **Risco técnico:** A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). • **Riscos regulatórios:** A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia – MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • **Risco de seguros:** A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras CompanhiaCompanhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **b. Categorias de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. **Ativos Financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **c. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Nível	**Nota**	**31/12/2021 Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos Financeiros				
Valor justo através do resultado:				
Caixas e equivalentes de caixa	2	5	56.156	56.156
Passivos Financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	–	9	15.748	15.748
Empréstimos e financiamentos	–	10	101.893	96.798

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • **Nível 1:** Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

17. Seguros – A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

	Descrição da garantia
Seguradora:	BMG Seguros S.A.
Apólice:	01741202100010775003159 1
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R$ 45.100.600,00
Valor do prêmio*:	R$ 1.751.707,30
Período de vigência:	05/03/2021 a 29/06/2026
Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Apólice:	046692021100103510006651
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R$ 10.000.000,00
Valor do prêmio*:	R$ 29.252,93
Período de vigência:	13/07/2021 a 14/08/2023
Seguradora:	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Apólice:	046692021100103510006651
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Riscos de engenharia
Valor segurado*:	R$ 113.519.221,00
Valor do prêmio*:	R$ 106.604,91
Período de vigência:	13/07/2021 a 14/08/2023

18. Compromissos assumidos – • **Contrato de EPC:** Em 23 de Agosto de 2021 a MEZ Contruções Ltda. e a MEZ 5 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), a projeção de custos para o projeto é de R$ 90.211.

Mauricio Zarzur	**Marcos Ernesto Zarzur**	**Pablo Fernandes da Silva**
CEO	CFO	Contador – CRC 1SP 292.416/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da
MEZ 5 Energia S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 5 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o periodo de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 5 Energia S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o periodo de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do periodo de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual:** Veja as notas explicativas 2.8 e 6 das demonstrações financeiras. **Assunto:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta o saldo de ativo contratual no montante de R$ 139.041 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de contratual. A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui entre outros elementos, a determinação de custos e consequentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

… continuação

MEZ 5 Energia S.A.

da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP. Devido à relevância do saldo do ativo contratual e ao grau de julgamento para a determinação da margem de lucratividade de construção da infraestrutura de transmissão, de operação e manutenção e para a determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, a mensuração do ativo contratual foi considerada significativa para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual; • Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado; • Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação no momento inicial, da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para a mensuração do ativo contratual incluindo avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas, especificamente a margem de lucratividade da receita de construção e de operação e manutenção, assim como, a taxa de desconto; • Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo contratual, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao periodo de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente o periodo de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do periodo de 28 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP 014.428/O-6
Fabian Junqueira
Contador – CRC 1SP 235.639/O-0

Pan Participações S.A.

CNPJ/ME nº 45.776.565/0001-01

Ata de Assembleia Geral para Constituição de Sociedade Anônima realizada em 19 de janeiro de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias de janeiro de 2022, às 10h00, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Artur de Azevedo, nº 1.767, sala 73, Pinheiros, CEP: 05404-014. **2. Convocação:** dispensada a convocação, tendo em vista o comparecimento dos subscritores representando 100% (cem por cento) do capital social. **3. Presença:** presente os subscritores representando a totalidade do capital social da Companhia (conforme abaixo definida), considerados fundadores, nos termos do artigo 88 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), conforme listados abaixo: (a) **Petrus Assef Nunes**, brasileiro, solteiro, nascido em 16 de maio de 1981, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.126.496-4 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 220.540.398-29, residente e domiciliado na Alameda Tietê, nº 597, Depto. 10, Cerqueira César, CEP: 01417-020, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (b) **Pax Comex e Consult Ltda.**, sociedade empresária limitada, com Sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Artur de Azevedo, nº 1.767, conjunto 75, Pinheiros, CEP: 05404-014, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob N.I.R.E. 35.229.946.371 e inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.620.193/0001-25, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por seu administrador, Sr. **Petrus Assef Nunes**, acima qualificado. **4. Quórum de Instalação:** a assembleia foi instalada em primeira convocação com a presença dos subscritores representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme lista de presença que segue como **Anexo I** à presente ata. **5. Mesa:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. **Petrus Assef Nunes**, acima qualificado. **6. Ordem do dia:** deliberar sobre: (i) constituição de Sociedade por Ações de capital fechado; (ii) subscrição e integralização das ações representativas do capital social da Companhia; (iii) aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iv) eleição da Diretoria; e (v) outros assuntos de interesse da Companhia. **7. Deliberações tomadas por unanimidade de votos dos fundadores:** 7.1 Constituição e Denominação Social. Os fundadores resolvem constituir uma Sociedade por Ações de capital fechado, a qual reger-se-á pelos termos da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais vigentes sob a denominação social de "**Pan Participações S.A.**" ("Companhia"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Artur de Azevedo, nº 1.767, sala 73, Pinheiros, CEP: 05404-014. 7.2 Capital Social. O capital social da Companhia será de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos fundadores, em conformidade com o boletim de subscrição que segue como **Anexo II** à presente ata ("Boletim de Subscrição"). 7.3 Integralização. O capital social da Companhia foi totalmente integralizado pelos fundadores, nos termos do artigo 80 da Lei nº 6.404/76 e dos respectivos Boletins de Subscrição, mediante depósito de moeda corrente nacional em conta corrente bancária (conforme comprovantes de depósitos, que seguem como **Anexo III** a esta ata). 7.4 Estatuto Social. O projeto de estatuto social da Companhia ("Estatuto Social") foi lido e aprovado por todos os presentes, na forma do **Anexo IV** a esta ata. 7.5 Eleição da Diretoria. Os acionistas deixam consignado que o Sr. **Petrus Assef Nunes**, acima qualificado, exercerá a Diretoria da Companhia, nos termos do Estatuto Social ora em aprovação, cujo termo de posse e desimpedimento segue como **Anexo V** à presenta Ata. 7.5.1 O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, nos termos do Estatuto Social, expirando, extraordinariamente, o primeiro mandato na data da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2025, que deverá realizar-se até 30 de abril de 2026. 7.5.2 O administrador, ora eleito, declara que não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos da pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por qualquer crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e firmaram os respectivos termos de posse no livro próprio, ficando, a partir desta data, investidos nos respectivos cargos. 7.6 Remuneração da Diretoria. A remuneração global da Diretoria poderá ser definida pelos acionistas em Assembleia Geral. 7.7 Publicações. Os acionistas definiram que as publicações dos atos da Companhia, nos moldes do disposto no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, serão realizadas no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e em periódico local de grande circulação. 7.8 Ata em Forma de Sumário. Os acionistas aprovaram ainda a lavratura da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, em livro próprio, para fins do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 7.9 Conselho Fiscal. Não tendo havido solicitação, de qualquer dos subscritores, o Conselho Fiscal não será instalado neste exercício. **8. Declaração de Constituição:** em vista das deliberações acima, o Presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a Companhia. **9. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a assembleia e foi lavrada a presente ata, redigida na forma sumária prevista pelo artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76, que lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas. *Confere com a original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 19 de janeiro de 2022. Mesa: **Petrus Assef Nunes** – Presidente e Secretário. Subscritores**: Petrus Assef Nunes; Pax Comex e Consult Ltda.** P. Petrus Assef Nunes. Membro da Diretoria: **Petrus Assef Nunes.** Visto do Advogado: **Vitória Natali Tarasco,** OAB/SP nº 461.799. **Anexo IV à Ata da Assembleia Geral para Constituição da Pan Participações S.A, realizada em 19 de janeiro de 2022. "Estatuto Social da Pan Participações S.A." Capítulo I – Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º.** A Companhia girará sob a denominação de **Pan Participações S.A.** ("Companhia"), e será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). **Artigo 2º.** A Companhia terá sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Artur de Azevedo, nº 1.767, sala 73, Pinheiros, CEP: 05404-014, podendo criar ou extinguir filiais, agências, escritórios ou sucursais em qualquer localidade do território nacional e no exterior, a critério da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social. Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto social (a) a atividade de participação em outras sociedades empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia ou acionista, no País ou no exterior; (b) o planejamento, coordenação e organização técnica, financeira e administrativa de bens e negócios em geral; (c) administração de imóveis próprios e de terceiros; (d) a compra e venda de imóveis próprios; e (e) atividades de fomento mercantil convencional e assessoria administrativa e financeira. **Capítulo III – Capital Social e Ações. Artigo 5º**. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Em caso de aumento do capital, os acionistas, na forma da lei, terão preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do número de ações que possuírem. **Parágrafo 2º.** A Companhia pode emitir certificados e títulos múltiplos de ações. **Parágrafo 3º.** O direito de preferência à subscrição de novas ações deve ser exercido no prazo fixado pela Assembleia Geral, o qual não pode ser inferior a 30 (trinta) dias, a partir da primeira publicação, no Diário Oficial do Estado, do respectivo Aviso aos Acionistas. **Parágrafo 4º.** A Companhia pode emitir ações preferenciais sem guardar proporção com demais espécies e/ou classes de ações já existentes, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas. **Parágrafo 5º.** A Companhia pode emitir debêntures conversíveis ou não em ações, de acordo com os termos a serem aprovados no momento da respectiva emissão. **Artigo 6º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia, sendo que cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo IV – Diretoria. Artigo 7º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 1 (um) e no máximo 4 (quatro) membros, todos residentes no país, acionistas ou não, a serem eleitos pelos Acionistas em Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição. **Parágrafo 1º.** No caso de impedimento, ausência, destituição ou vacância de qualquer Diretor, os Acionistas deverão se reunir imediatamente para proceder à eleição do Diretor substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. **Parágrafo 2º.** Cabe à Assembleia Geral de Acionistas fixar a remuneração anual individual dos diretores, observado o disposto neste Estatuto Social. **Parágrafo 3º.** A gestão da Diretoria independe de caução ou de qualquer outra garantia. **Artigo 8º.** A representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele e perante terceiros, poderá ser representada: (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente; (b) pelo Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) Diretor sem designação específica; ou (c) por 2 (dois) procuradores da Companhia em conjunto, desde que investidos de poderes específicos. **Parágrafo único.** A convocação e a presidência das reuniões da Diretoria competirão ao Diretor Presidente, e, na sua falta, ao Diretor sem designação específica. **Artigo 9º.** Compete à Diretoria: (a) dar cumprimento às deliberações da Assembleia Geral; (b) praticar todos os atos de administração, tendo os mais amplos e gerais poderes, podendo assinar contratos, assumir obrigações, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar, avalizar títulos de emissão da Companhia, abrir e encerrar contas bancárias, efetuar saques e movimentação bancária, assinar, enfim, todos os papéis de interesse social, inclusive cheques e escrituras; e (c) constituir mandatários para representar a Companhia em atos ou operações com terceiros e perante órgãos públicos, estatais e paraestatais, devendo os instrumentos especificar os atos e operações que poderão praticar e observando-se que os mandatos serão sempre por tempo limitado, salvo os "ad judicia". **Artigo 10º.** A Diretoria, sempre que houver necessidade, reunir-se-á por convocação escrita de qualquer dos Diretores. **Artigo 11º.** As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de seus membros no exercício do cargo, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate. **Artigo 12º.** Em toda reunião será elaborada uma ata, que deverá ser transcrita no livro próprio e assinada pelos presentes. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 13º.** O Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não da Companhia, eleitos pela Assembleia Geral, funcionará nos exercícios sociais em que for instalado por solicitação dos acionistas, na forma da lei. **Artigo 14º.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá os poderes e atribuições que lhe são fixados em lei. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terão a remuneração que lhes for estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger, observando, a esse respeito, o que dispuser a lei. **Parágrafo 2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e consignadas no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal. **Capítulo VI – Assembleia Geral. Artigo 15º.** A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia, tendo os poderes e as atribuições que a lei lhe confere. **Artigo 16º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses que se seguirem ao término do exercício social e extraordinariamente quando convocada na forma da lei. **Artigo 17º.** A Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor ou por qualquer acionista no caso de os administradores retardarem por mais de 60 (sessenta) dias a convocação nos casos previstos em lei ou no Estatuto. **Parágrafo 1º.** Poderão participar da Assembleia os acionistas pessoalmente ou seus representantes legais, observadas as prescrições contidas no parágrafo 1º do artigo 126, da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 2º.** Ao lançar sua assinatura no Livro de Presenças comprovará o interessado a sua condição de acionista. **Artigo 18º.** Para qualquer deliberação da Assembleia Geral será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria absoluta dos presentes com direito a voto, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei nº 6.404/76 que exijam quórum qualificado de aprovação.**Parágrafo Único.** As seguintes matérias deverão ser aprovadas por acionistas representando 51% (cinquenta e um por cento) das ações da Companhia: (a) Assunção de obrigações em nome da Companhia de valores superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações, de forma agregada; (b) Alteração da remuneração dos administradores; (c) Aumento do capital social da Companhia, com ou sem emissão de novas ações; (d) Aprovação do orçamento anual da Companhia; (e) Venda de ativos de valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações de venda de ativos, de forma agregada; (f) Celebração de parcerias ou sociedades que envolvam ações ou quotas ou valores aportados pela empresa acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais); (g) Contratação de financiamentos ou dívida conversível em ações; (h) Declarar ou pagar quaisquer dividendos; (i) Alterar o número de administradores ou diretores da Companhia; e (j) Alterar o controle da Companhia ou liquidar ou dissolver a Companhia. **Artigo 19º.** A contar da data da primeira publicação convocando a Assembleia Geral e até a realização desta, ficam suspensas as transferências de ações. **Artigo 20º.** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas no artigo 122 da Lei nº 6.404/76, fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento. **Capítulo VII – Exercício Social e Lucros. Artigo 21º.** O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará celebrar com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras em conformidade com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 1º.** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral, observado o disposto nos artigos 193 a 205 da Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, em função dos quais se faculta a distribuição de dividendos conforme deliberado pela Assembleia Geral, observados os termos da lei. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Artigo 22º.** Os lucros líquidos apurados em balanço, depois de deduzidos os 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua aplicação em dividendos, em fundos de reserva ou em outros fins. **Parágrafo Único.** Fica consignado que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, será distribuído como dividendo mínimo obrigatório, salvo deliberação da Assembleia Geral de forma diferente. **Capítulo VIII – Liquidação. Artigo 23º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar a modalidade de liquidação e eleger o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Será liquidante o Diretor da Companhia. **Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias. Artigo 24º.** O presente Estatuto Social poderá ser reformado mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, que se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número. **Artigo 25º.** Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste Estatuto serão solucionados pelos dispositivos da legislação brasileira em vigor, em especial pela Lei nº 6.404/76. **Petrus Assef Nunes** – Presidente e Secretário. Visto do Advogado: **Vitória Natali Tarasco,** OAB/SP nº 461.799. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº NIRE 35.300.589.360 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Moedas Globais: índice DXY do dólar sobe, com menor apetite ao risco no mercado

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, subiu nesta segunda-feira, em um sessão marcada pela aversão ao risco, o que impulsionou a divisa americana, vista como um porto seguro. O mercado renovou preocupações com as restrições da China contra a covid-19, ao mesmo tempo em que cresce a expectativa por um Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) mais "hawkish".

No fim da tarde em Nova York, o dólar caía a 128,02 ienes, o euro recuava a US$ 1,0717 e a libra tinha baixa a US$ 1,2739. O índice DXY avançou 0,53%, a 101,752 pontos.

A capital da China, Pequim, ordenou hoje que os moradores de uma área do distrito de Chaoyang, afetado pela covid-19, não deixem o local e não saiam de suas residências por razões não essenciais, informou a Reuters. Mais adiante, foi reportado sobre testes em outros 11 distritos da capital. Investidores temem que as medidas chinesas para combater a pandemia perturbem ainda mais as cadeias de suprimentos globais, aumentando a inflação, o que intensifica a probabilidade de um Fed mais agressivo.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

MEZ 1 ENERGIA S.A.

CNPJ: 33.950.678/0001-94

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.791	51.534
Tributos e contribuições a compensar		27	27
Outros ativos circulantes		1.911	1.158
Total do ativo circulante		**71.729**	**52.719**
Ativo de contrato	6	195.213	19.816
Total do ativo não circulante		**195.213**	**19.816**
Total do ativo		**266.942**	**72.535**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	7	7.290	198
Empréstimos e financiamentos	8	5.008	20.931
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		916	151
Outros passivos circulantes		28	20
Total do passivo circulante		**13.242**	**21.300**
Empréstimos e financiamentos	8	137.415	39.678
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	5.793	588
Pis e cofins diferidos	9	7.125	723
Total do passivo não circulante		**150.333**	**40.989**
Patrimônio líquido			
Capital social	10	32.500	3.000
Reserva de lucros		70.867	7.246
		103.367	**10.246**
Total do passivo e patrimônio líquido		**266.942**	**72.535**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1**	**-**	**-**	**-**	**1**
Aumento de capital		2.999	-	-	-	2.999
Prejuízo do exercício	-	-	-		7.246	7.246
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**3.000**	**-**	**-**	**7.246**	**10.246**
Lucro líquido do exercício	-	-		-	63.621	63.621
Aumento de capital	**10**	29.500	-	-	-	29.500
Reserva legal		-	3.543	-	(3.543)	-
Reserva lucros a realizar		-	-	67.324	(67.324)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**32.500**	**3.543**	**67.324**	**-**	**103.367**

Demonstração de resultado

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	12	**168.994**	**19.093**
Custo operacionais	13	(98.668)	(11.252)
Lucro bruto		**70.326**	**7.841**
Administrativas e gerais		(75)	-
Despesas operacionais		**(75)**	**-**
Resultado operacional		**70.251**	**7.841**
Receita financeira		1	12
Despesa financeira		(177)	(19)
		(176)	**(7)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**70.075**	**7.834**
Imposto de renda e CSLL corrente		(1.249)	-
Imposto de renda e CSLL diferido	9	(5.205)	(588)
Lucro líquido do exercício		**63.621**	**7.246**

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**63.621**	**7.246**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Total do resultado abrangente do exercício	**63.621**	**7.246**

Demonstração do valor adicionado

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	161.228	19.464
Remuneração dos ativos de contrato	14.168	**352**
Receita Operacional	**175.396**	**19.816**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção		
Máquinas e Equipamentos	(49.879)	(52)
Pessoal	(264)	(158)
Material	(442)	(47)
Serviços de terceiros	(17.565)	(5.695)
Juros capitalizados	(5.350)	(914)
Tributos	(6.083)	(205)
Adiantamento a fornecedores	(9.714)	(3.924)
Depósitos Judiciais	(7.197)	-
Servidões	(1.745)	-
Outros	(429)	(257)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(75)**	**-**
	(98.743)	**(11.252)**
Valor adicionado bruto	**76.653**	**8.564**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**76.653**	**8.564**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1	12
Valor adicionado total a distribuir	**76.654**	**8.576**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	13.025	1.322
	13.025	**1.322**
Remuneração de capitais de terceiros		
Outras	8	8
	8	**8**
Remuneração de capitais próprios		
Lucro do exercício	63.621	7.246
	63.621	**7.246**
Valor adicionado total distribuído	**76.654**	**8.576**

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**63.621**	**7.246**
Encargos de empréstimos e financiamentos	8	8.057	1.294
Remuneração dos ativos de contrato	6	(14.169)	(352)
Receita de construção	6	(62.560)	(8.212)
Pis e cofins diferidos	9	6.402	723
IRPJ E CSLL diferidos	9	5.205	588
		6.556	**1.287**
Aumento nos ativos			
Adições ativo de contrato	6	(98.667)	(11.252)
Impostos a recuperar		-	(27)
Outros créditos		(753)	(1.158)
		(99.420)	**(12.437)**
Aumento nos passivos			
Fornecedores	7	7.092	198
Obrigações sociais e trabalhistas		765	151
Outras obrigações		7	20
		7.864	**369**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(85.000)**	**(10.781)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	10	29.500	2.999
Captação de empréstimos	8	130.000	60.000
Amortização do principal e juros	8	(56.243)	(685)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**103.257**	**62.314**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**18.257**	**51.533**
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	51.534	1
Caixa e equivalentes no fim do exercício	5	69.791	51.534
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**18.257**	**51.533**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A MEZ 1 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ Energia e Participações Ltda, é uma sociedade Limitada, constituída em 17 de junho de 2019 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, 1761 – 13° Andar – Cj 131, 132, 141, 142 – Indianápolis – São Paulo – SP. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1 Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 10/2020 - ANEEL, datado de 20 de março 2020, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • LT 500 kV Sapeaçu – Camaçari IV C1; • LT 230 kV Camaçari IV – Pirajá C1/C2 e SE 230/69 kV Pirajá; e • SE Camaçari II (Novo Pátio 69kV e Transformação 230/69 kV). Atualmente a Companhia encontra-se em fase de Construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 37.063 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) -** Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) -** Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) -** O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Ministério de Minas e Energia (MME) -** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **2.5 Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: ***Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros,quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **(i) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7 Impairment de ativos não financeiros**: O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15. A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*. **2.8 Ativo de contrato e reconhecimento de Receita:** A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura. Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa. Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato . Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho. **(a) Reconhecimento e mensuração de receita:** As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: • **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente. • **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato. • **Passo 3:** Determinar o preço da transação. • **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato. • **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo: (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção. (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 10,32 % ao ano. (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. **2.9 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente****:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11 Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **2.12 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.13 Encargos setoriais:** ***a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Companhia de Pesquisa Energética (EPE):*** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. ***b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)***: Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. ***c. Ministério de Minas e Energia (MME):*** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras: • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **4.1 IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações financeiras. **4.2 IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.** Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	109	24
Aplicações financeiras em CDB	69.682	51.510
	69.791	**51.534**

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 104%

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

>>>Continuação...

do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	140	235
Banco BTG	-	43.302
Banco XP	69.542	-
Banco Safra	-	7.973
	69.682	**51.510**

6. Ativo de Contrato: Refere-se ao ativo contratual a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

	Saldos em 2020	Adições	Remuneração	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS	Saldos em 2021
	19.816	93.318	13.652	5.350	56.675	6.402	195.213
						31/12/2021	**31/12/2020**
Circulante						-	-
Não circulante						195.213	19.816
						195.213	**19.816**

* As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as Companhias de lucro presumido.

Implementação de infraestrutura	31/12/2021
Receita de Construção	161.228
Custo de Construção	98.668
Margem	**62.560**
Margem de construção	**36,60%**
Remuneração dos ativos da concessão	**14.168**
Taxa de desconto dos ativos contratuais	**8,31%**

7. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais	7.063	198
Serviços	165	-
Outros	62	-
	7.290	**198**

8. Financiamentos: a. Composição

Instituições Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú - CCB	BRL	01/07/2022	Taxa = 2,80% por 360 dias (TR 100% DI-OVER-CETIP)	-	50.606
Banco BTG - Debentures	BRL	30/01/2023	CDI + 2,5%	133.249	-
Banco Safra - CCB	BRL	30/10/2023	Taxa = 3,79% por 360 dias + (TR 100% média diária CDI)	9.174	10.004
				142.423	**60.609**

b. Movimentação 2021

Instituições Financeiras	Saldos em 31/12/20	Adições	Custo de captação	Juros	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2021
Banco Itaú - CCB	50.606	-	-	2.400	(3.006)	(50.000)	-
Banco Safra - CCB	10.003	-	-	829	(825)	(833)	9.174
Banco BTG - Debentures	-	130.000	(1.579)	4.828	-	-	133.249
	60.609	**130.000**	**(1.579)**	**8.057**	**(3.831)**	**(50.833)**	**142.423**

CCB Banco Itaú: A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 2,80%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *Covenants.* Este financiamento foi quitado em 29 de novembro de 2021. ***CCB Banco Safra***: A Companhia celebrou junto ao Banco Safra o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,79%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *Covenants*. ***Debêntures Banco BTG:*** A Companhia celebrou junto ao Banco BTG a debeture CVM 476, não Conversível, com taxas de 100% CDI + Spread 2,50%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento temobrigações de comprovação de *Covenants a partir de 2024.*

Os vencimentos das parcelas de circulante e não circulantes são os seguintes:

2022	5.008
2023	137.415
	142.423

9. Impostos diferidos

	Nota	31/12/2021	31/12/2021
Pis e Cofins	9.1	7.125	588
Imposto de renda e Contribuição social	9.2	5.793	723
		12.918	**1.311**

9.1 Pis e Cofins diferidos: Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2021
Saldo em 31/12/2020	**723**
Receita de construção	161.228
Receita de Remuneração do ativo contratual	14.168
Base de cálculo	**175.396**
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%
PIS e COFINS diferidos	**6.402**
Saldo em 31/12/2021	**7.125**

9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12 São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Composição	Resultado 31/12/2021	Passivo Circulante 31/12/2021
Saldo em 31/12/2020	**588**	**588**
Base de cálculo IRPJ	13.520	13.520
Aliquota IRPJ	25%	25%
Ajuste Exercício Anterior	-	-
IRPJ diferido	**3.380**	**3.380**
Base de cálculo CSLL	20.279	20.279
Aliquota CSLL	9%	9%
Ajuste exercício Anterior	-	-
CSLL diferido	**1.825**	**1.825**
Saldo em 31/12/2021	**5.793**	**5.793**

9.3 Imposto de renda e contribuição social correntes: A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social correntes, se refere RAP acumulada em 31 de dezembro de 2021 sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

	31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional	4.884	4.884	
Alíquota aplicada s/a receita	8%	12%	
Presunção IR e CS	2.063	2.063	
Alíquota utilizadas p/o cálculo	25%	9%	
	935	**314**	**1.249**

10 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R$ 13.000.100, dividido em 13.000.100 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Quantidade de quotas	R$ mil	% do capital social	Quantidade de quotas	R$ mil	% do capital social
MEZ Energia e Participações S.A.				2.999.600	3.000	100,00%
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	32.500.000	32.500	100,00%			
	32.500.000	**32.500**	**100,00%**	**2.999.600**	**3.000**	**100,00%**

Em 17 de agosto de 2021, houve um aporte de Capital no montante de R$10.000, efetuado pela Sócia MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. Em 25 de novembro de 2021, houve um aporte de Capital no montante de R$19.500, efetuado pela Sócia MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. **11. Transações com partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possui saldo com partes relacionadas ou remuneração da administração. A Remuneração da Alta Administração é paga pela MEZ Energia e Participações Ltda e cobrado das Investidas conforme regras de rateio da Resolução Normativa 699 da ANEEL. A Companhia efetuou o pagamento de R$229 a título de remuneração da Alta Administração no exercício de 2020.

12. Receita operacional líquida	31/12/2021	31/12/2020
Receita de construção	161.228	19.464
Remuneração dos ativos de contrato	14.168	352
	175.396	**19.816**
(-) PIS sobre Receita - diferido	(1.140)	(129)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(5.262)	(594)
	(6.402)	**(723)**
Receita operacional líquida	**168.994**	**19.093**

13. Custo de construção

Custo de construção	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas e Equipamentos	49.879	52
Pessoal	264	158
Material	442	47
Serviços de terceiros	17.565	5.695
	31/12/2021	**31/12/2020**
Juros capitalizados	5.350	914
Tributos	6.083	205
Adiantamento a fornecedores	9.714	3.924
Depósitos Judiciais	7.197	-
Servidões	1.745	-
Outros	429	257
	98.668	**11.252**

14. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. **a. Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (iv) Risco de crédito. (i) Risco de mercado. (ii) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. ***(i) Riscos de crédito:*** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. **• Contas a receber - Ativo de Contrato** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ***(i) Risco de mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:* A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. **• Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação Ativos Financeiros	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Aplicações financeiras	69.682	Queda da taxa CDI	3.080	2.310	1.540
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**-25%**	**-50%**
CDI %			4,42%	3,32%	2,21%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 4,42% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação Passivos Financeiros	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Empréstimos e Financiamentos	142.423	Aum. da taxa CDI	6.295	7.869	9.443
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**25%**	**50%**
CDI %			4,42%	5,53%	6,63%

• Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. ***(ii) Riscos operacionais:*** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhiarial. **• Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **• Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **• Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **b. Categorias de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. Ativos Financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Passivos Financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **c. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Nível	Nota	31/12/2021 Valo contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Valor justo através do resultado:				
Caixas e equivalentes de caixa	2	5	69.791	69.791
Passivos Financeiros				
Custo amortizado:	-			
Fornecedores	-	7	7.290	7.290
Empréstimos e financiamentos	-	8	142.423	135.302

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: **• Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). **• Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **15. Seguros:** A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Descrição da garantia	
Seguradora:	Swiss Re Corporate Solutions Brasil seguros S.A.
Apólice:	05991202000510775001525700000 0
Tipo:	Executante construtor
Modalidade:	Seguro Garantia
Valor segurado*:	R$ 25.893.000,00
Valor do prêmio*:	R$ 1.019.403,86
Período de vigência:	20/03/2020 a 18/06/2025

Descrição da garantia	
Seguradora:	Berkley International do Brasil Seguros S.A.
Apólice:	1006700042593
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Risco de engenharia
Valor segurado*:	R$ 187.230.361,62
Valor do prêmio*:	R$ 61.365,80
Período de vigência:	01/03/2021 a 31/12/2022

Descrição da garantia	
Seguradora:	Berkley International do Brasil Seguros S.A.
Apólice:	1006700042593
Tipo:	Riscos operacionais
Modalidade:	Risco de engenharia
Valor segurado*:	R$ 187.230.361,62
Valor do prêmio*:	R$ 167.584,92
Período de vigência:	01/03/2021 a 31/12/2022

16. Compromissos assumidos: • Contrato de EPC - Em 30 de Outubro de 2020 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 1 Energia S.A, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), a projeção de custos para o projeto é de R$ 54.906.

Diretoria

Marcos Ernesto Zarzur

Contador

Pablo Fernandes da Silva - CRC: 1SP 292416/O-3

CEO

Mauricio Zarzur

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **MEZ 1 Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 1 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 1 Energia S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual:** Veja as notas explicativas 2.8 e 6 das demonstrações financeiras **Assunto:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 apresenta o saldo de ativo contratual no montante de R$ 195.213 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo contratual. A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui entre outros elementos, a determinação de custos e consequentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP. Devido à relevância do saldo do ativo contratual e ao grau de julgamento para a determinação da margem de lucratividade de construção da infraestrutura de transmissão, de operação e manutenção e para a determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, a mensuração do ativo contratual foi considerada significativa para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual; • Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado; • Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação no momento inicial, da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para a mensuração do ativo contratual incluindo avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas, especificamente a margem de lucratividade da receita de construção e de operação e manutenção, assim como, a taxa de desconto; • Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo contratual, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

>>>Continua...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

>>>Continuação...

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das política contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Fabian Junqueira
Contador - CRC 1SP235639/O-0

NR Participações S.A.

CNPJ/ME nº 35.174.310/0001-07

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Ativo				**Passivo e patrimônio líquido**			
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	**14**	11	Obrigações fiscais		**36**	30
Total do ativo circulante		**14**	**11**	Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar		**11**	9
				Total do passivo circulante		**47**	**39**
Não circulante				**Não circulante**		**-**	**-**
Propriedade para investimento	4	**2.219**	2.253	**Total do passivo não circulante**		**-**	**-**
Outros ativos		**123**	972	**Patrimônio líquido**	**5**		
Total do ativo não circulante		**2.342**	**3.225**	Capital social		**978**	978
				Reserva de lucros		**1.331**	2.219
				Total do patrimônio líquido		**2.309**	**3.197**
Total do ativo		**2.356**	**3.236**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**2.356**	**3.236**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**978**	**4**	**1.369**	**–**	**2.351**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	929	929
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	5 c)	–	46	–	(46)	–
Dividendos propostos	5 b)	–	–	(74)	(9)	(83)
Reserva de capital de giro	5 d)	–	–	874	(874)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**978**	**50**	**2.169**	**–**	**3.197**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	1.114	1.114
Destinação do lucro líquido do exercício:		–	–	–	–	–
Reserva legal	5 c)	–	56	–	(56)	–
Dividendos propostos	5 b)	–	–	(1.991)	(11)	(2.002)
Reserva de capital de giro	5 d)	–	–	1.047	(1.047)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**978**	**106**	**1.225**	**–**	**2.309**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	6	**1.307**	1.062
Custo dos produtos e serviços vendidos		**-**	-
Lucro bruto		**1.307**	1.062
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e Gerais		**(35)**	(37)
Depreciações e Amortizações		**(34)**	-
		(69)	(37)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.238**	1.025
Resultado financeiro		**-**	-
		-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.238**	1.025
Imposto de renda e contribuição social		**(124)**	(96)
Corrente			
Lucro líquido do exercício		**1.114**	929
Quantidade ponderado de ações do capital social		**474**	474
Lucro básico e diluído por ação – R$		**2.350,21**	1.959,95

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.114**	929
Resultado abrangente do exercício	**1.114**	**929**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**1.114**	929
Depreciação e Amortização		**34**	–
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:		**1.148**	929
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber – partes relacionadas		**–**	19
Outros ativos		**849**	(882)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		**124**	97
Caixa gerado nas atividades operacionais		**2.121**	163
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro liquido pagos		**(118)**	(77)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**2.003**	86
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Adições propriedades para investimento		**–**	–
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**–**	–
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Dividendos pagos	5 b)	**(2.000)**	(75)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(2.000)**	(75)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**3**	**11**
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		**11**	–
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		**14**	11

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A NR Participações S.A. ("Companhia") com sede em São Paulo-SP tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis e locação de bens. A constituição desta Companhia, que é de capital fechado decorreu da Cisão Parcial da Unibens Participações S/A, aprovada pelo Instrumento Particular de Protocolo e Justificação, firmado em 31 de agosto de 2019 pela totalidade dos acionistas da Unibens Participações S/A. O Laudo apurou que o Patrimônio Líquido Contábil incorporado por essa Companhia NR Participações S.A. após os efeitos da cisão parcial, conforme Balanço Patrimonial de 31 de agosto de 2019 e o valor correspondente a 100% do seu Capital Social, devidamente registrados nos livros da contabilidade de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é de: (i) Patrimônio Liquido de R$ 2.271.980,78 (dois milhões duzentos e setenta e um mil novecentos e oitenta reais e setenta e oito centavos), já incluído neste valor o (ii) Capital Social subscrito de R$ 977.722,76 (novecentos e setenta e sete mil setecentos e vinte e dois reais e setenta e seis centavos), representado por 474 (quatrocentos e setenta e quatro) ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Aos 26 dias do mês de novembro de 2019, foi realizada uma escritura pública de permuta de ações ordinárias nominativas sem torna ou reposição de qualquer espécie, onde os primeiros permutantes acionistas da companhia RF & N Participações S.A. e os segundos permutantes acionistas da Companhia NR Participações S/A, cederam e transmitiram uns aos outros todos os domínios, posses, direitos e ações ordinárias nominativas que tinham e vinham exercendo. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das principais práticas contábeis – 2.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em analise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **c) Propriedades para investimento:** i) Imóveis acabados: São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade: São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **d) Tributação:** A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60. **e) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. e.1) Ativos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. ii) Empréstimos concedidos e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **f) Passivos financeiros:** São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **g) Arrendamentos – grupo como arrendador:** Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **h) Reconhecimento de receita:** A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas. **i) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **j) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	14	11
Caixa e equivalentes de caixa	**14**	**11**

4. Propriedades para Investimento – De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar o método do valor justo ou o método do custo. Em 2021, a Companhia manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor do custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação é calculada de acordo com a Lei Fiscal em vigor.

	2021	2020
Terrenos	**1.398**	1.398
Edifícios e Construções	**821**	855
Obras em Andamento	**–**	–
Total	**2.219**	**2.253**

A movimentação do custo das propriedades para investimento no período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Terrenos	1.398	**–**	**–**	**–**	**1.398**
Edifícios e Construções	855	**–**	**–**	**–**	**855**
Total	**2.253**	**–**	**–**	**–**	**2.253**
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Terrenos	1.398	–	–	–	1.398
Edifícios e Construções	–	855	–	–	855
Obras em Andamento	855	–	–	855	–
Total	**2.253**	**–**	**–**	**–**	**2.253**

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Edifícios e Construções	–	**(34)**	**–**	**–**	**(34)**
Total	**–**	**(34)**	**–**	**–**	**(34)**
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Edifícios e Construções	–	–	–	–	–
Total	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

*O saldo de adições realizadas no exercício refere-se ao acervo liquido cindido para constituição dessa Companhia, sendo composto por um terreno e um imóvel (galpão comercial) conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2019 aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia Unibens Participações S/A para a constituição desta Companhia "NR Participações S.A", estes ativos foram cindidos do balanço patrimonial da companhia Unibens Participações S/A em decorrência da operação de cisão parcial.

5. Patrimônio Liquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é composto por 474 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia com Versão do Acervo Cindido da Companhia Unibens Participações S/A para a constituição desta Companhia, e consequentemente houve a integralização de seu capital social, no montante de R$978. **b) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.114	929
(-) Reserva Legal	(56)	(46)
Lucro líquido do exercício ajustado	1.058	883
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	11	9
Dividendos propostos	1.991	74
Dividendos de anos anteriores	9	1
(-) Dividendos pagos	(2.000)	(75)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	11	9

Em 2021 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio. **c) Reserva Legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d) Reserva para capital de giro:** Conforme requerido pelo Art. 202, parágrafo 6º da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2021, tivemos um excesso de saldo na reserva de lucros que será deliberado e destinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021.

6. Receita Operacional Liquida

	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Locações e venda de imóveis	1.357	1.102
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(50)	(40)
Receita operacional líquida	1.307	1.062

7. Instrumentos Financeiros – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	14	11
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	–	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	(47)	(39)
	(33)	**(28)**
Curto prazo	(33)	(28)
Longo prazo	–	–
	(33)	**(28)**

8. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

Roberto Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

MM & Santos Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	–	1	Contas a pagar – partes relacionadas		**77**	42
Dividendos a receber	5	**14.419**	2.754	Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	6	**18.511**	3.931
Total do ativo circulante		**14.419**	**2.755**	**Total do passivo circulante**		**18.588**	**3.973**
				Não circulante			
Não circulante				**Total do passivo não circulante**			
Investimento	4	**273.146**	165.462	**Patrimônio líquido**	**6**		
Total do ativo não circulante		**273.146**	**165.462**	Capital social		**120.000**	68.351
				Reserva de lucros		**148.977**	95.893
				Total do patrimônio líquido		**268.977**	**164.244**
Total do ativo		**287.565**	**168.217**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**287.565**	**168.217**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**68.351**	**2.919**	**51.967**	**1.081**	**–**	**124.318**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	43.818	43.818
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6 d)	–	2.191	–	–	(2.191)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	–	–	–	12.326	(12.326)	–
Dividendos propostos	6 c)	–	–	(2.427)	–	(1.465)	(3.892)
Reserva de capital de giro	6 f)	–	–	27.836	–	(27.836)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**68.351**	**5.110**	**77.376**	**13.407**	**–**	**164.244**
Aumento de capital	6 b)	51.649	–	(38.447)	(13.302)		–
Lucro líquido do exercício				–	–	122.062	122.062
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6 d)	–	5.378	–	–	(5.378)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	–	–	(14.578)	29.067	(14.504)	(15)
Dividendos propostos	6 c)	–	–	(12.205)	–	(5.109)	(17.314)
Reserva de capital de giro	6 f)	–	–	97.071	–	(97.071)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**120.000**	**10.488**	**109.217**	**29.272**	**–**	**268.977**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida		**122.097**	**43.860**
Custo dos produtos e serviços vendidos		**–**	–
Lucro bruto		**122.097**	43.860
Receitas (Despesas). Operacionais			
Administrativas e gerais		**(35)**	(42)
		(35)	(42)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**122.062**	**43.818**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		**–**	–
Despesas financeiras		**–**	–
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**122.062**	43.818
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		–	–
Lucro líquido do exercício		**122.062**	43.818
Quantidade ponderado de ações do capital social		**68.351.000**	68.351.000
Lucro básico e diluído por ação – R$		**1,79**	0,64

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**122.062**	43.818
Resultado abrangente do exercício	**122.062**	**43.818**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**122.062**	**43.818**
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência Patrimonial		**(122.097)**	(43.860)
		(35)	(42)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Dividendos recebidos		**2.734**	2.734
		2.734	2.734
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**35**	42
		35	42
Caixa gerado nas atividades operacionais		**2.734**	2.734
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**2.734**	2.734
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**–**	–
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Aporte de Capital		**–**	–
Dividendos pagos		**(2.734)**	(2.734)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(2.734)**	(2.734)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**–**	–
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		**–**	1
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		**–**	1

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – A MM & Santos Participações S/A ("Companhia") com sede em São José do Rio Preto-SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bem próprios. A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que tem como controlada a Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumario das Principais práticas contábeis – 2.1 Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa**: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **c) Tributação:** A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60. **d) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **d.1) Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. ii) Empréstimos concedidos e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **d.2) Passivos financeiros:** São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **e) Reconhecimento de receita:** A receita gerada vem somente de lucros oriundos da participação em outras sociedades, como também juros sobre o capital próprio, bem como o resultado positivo da avaliação dos investimentos pela equivalência patrimonial. **f) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **g) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	–	1
Caixa e equivalentes de caixa	–	1

4. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui uma coligada cujo contexto operacional é resumido a seguir: Facchini Participações S.A. (participação de 27,34% no capital social): sediada na cidade de São Paulo-SP, tem por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. As principais informações da coligada, em 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

	Quantidade de cotas		Participação no capital social (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Facchini Participações S.A.	**2.290.000**	**2.290.000**	**27,34**	**27,34**	**400.000**	250.000	999.070	605.202	**446.588**	160.424

Movimentação dos investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	**2020**	**Equivalência patrimonial**	**Aumento de capital**	**Dividendos aprovados**	**Outros**	**2021**
Facchini Participações S.A.	**165.462**	**122.097**	**–**	**(14.399)**	**(14)**	**273.146**
Controlada	**2019**	**Equivalência patrimonial**	**Aumento de capital**	**Dividendos aprovados**	**Outros**	**2020**
Facchini Participações S.A.	**126.604**	**43.860**	**–**	**(5.002)**	**–**	**165.462**

5. Partes Relacionadas

Saldos Ativos:	2021	2020
Circulante (dividendos a receber):		
Facchini Participações S.A	14.419	2.754

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	122.062	43.818
(-) Reserva Legal	(5.378)	(2.191)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(14.503)	(12.326)
Lucro líquido do exercício ajustado	102.181	29.301
Dividendos mínimos obrigatórios (5%)	5.109	1.465
Dividendos propostos	12.205	2.427
Dividendos de anos anteriores	3.931	2.773
(-) Dividendos pagos	(2.734)	(2.734)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.511	3.931

6. Patrimônio Liquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é composto por 68.351.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) Aumento: Em 30 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$51.649, sendo R$13.202 referente ao saldo da conta "Reserva de incentivos fiscais" e R$38.447 referente a parte da conta "Reserva de retenção de lucros". c) Dividendos: De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir: Em 2021 e em 2020 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio. d) Reserva Legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. e) Reserva de incentivos fiscais: A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Companhia apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, devera tal constituição ocorrer nos períodos subsequentes. Em 31 de dezembro de 2021, a coligada destinou para a reserva de incentivo uma parte do seu lucro, que correspondem aos incentivos fiscais de sua controlada nos seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul – "MS Forte – Indústria", no Estado da Bahia – "Programa Desenvolve" e "SUDENE", no Estado do Pará – "SUDAM" e no Estado de Pernambuco – "PROIND". As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos. (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos. (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. **f) Reserva para capital de giro:** Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2021, tivemos um excesso de saldo na reserva de lucros que será deliberado e destinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021.

7. Instrumentos Financeiros – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	–	1
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	–	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	(18.588)	(3.973)
	(18.588)	(3.972)
Curto prazo	(18.588)	(3.972)
Longo prazo	–	–
	(18.588)	**(3.972)**

8. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021. São José do Rio Preto, 31 de dezembro de 2021.

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Nova York vira e Ibovespa limita perda do dia a 0,35%, aos 110,6 mil pontos

China foi a palavra-chave do dia, com o distanciamento social em grandes cidades do país realimentando dúvidas quanto à demanda e o crescimento global na semana que antecede decisão de política monetária nos Estados Unidos e também no Brasil. Mesmo com a aversão a risco desde o exterior, o Ibovespa fechou acima dos 110 mil pontos, chegando a oscilar pontualmente para o positivo (+0,07%) no melhor momento da tarde. Ao fim, mostrava leve perda de 0,35%, aos 110.684,95 pontos, estendendo a série negativa pela sexta sessão, algo não visto desde janeiro de 2021. Foi o menor nível de fechamento desde 15 de março, então aos 108.959,30 pontos.

Nesta segunda-feira, a referência da B3 oscilou entre mínima de 109.221,87, menor nível intradia desde 16 de março (108.957,59), e máxima de 111.155,01, saindo de abertura a 111.076,85 pontos. O giro ficou em R$ 26,2 bilhões na sessão. Com a perda até aqui de 7,76% em abril – a pior desde março de 2020 (-29,90%), o ponto mais baixo da pandemia -, o Ibovespa limita os ganhos do ano a 5,59%.

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, disse nesta segunda que a economia chinesa lida com "nova, crescente pressão de baixa", devido ao impacto de mudanças "maiores do que o esperado" nos cenários doméstico e internacional, que merece "grande atenção". De acordo com a Xinhua, agência estatal chinesa, o premiê fez as observações durante reunião do Conselho de Estado.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Rovigo Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.360.520/0001-01

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**493**	481	Obrigações fiscais		**1**	–
Estoques	5	**129**	124	Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar		**629**	2.110
Impostos a recuperar		**1**	–	Outras obrigações		**9**	–
Dividendos e JCP a receber		**1.018**	2.636	**Total do passivo circulante**		**639**	2.110
Total do ativo circulante		**1.641**	3.241	**Não circulante**			
Não circulante				**Total do passivo não circulante**		**–**	–
Investimento	6	**48.238**	44.550	**Patrimônio líquido**	8		
Propriedade para investimento	7	**344**	376	Capital social		**35.000**	5.000
Imobilizado		**–**	2	Reserva de lucros		**14.584**	41.059
Total do ativo não circulante		**48.582**	44.928	**Total do patrimônio líquido**		**49.584**	46.059
Total do ativo		**50.223**	48.169	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**50.223**	48.169

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**5.000**	**322**	**39.386**	**–**	**44.708**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	2.848	2.848
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	8 c)	–	142	–	(142)	–
Dividendos propostos	8 d)	–	–	(1.477)	(27)	(1.504)
Reserva de capital de giro	8 e)	–	–	2.686	(2.679)	7
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**5.000**	**464**	**40.595**	**–**	**46.059**
Aumento de capital social	8 b)	30.000	–	(30.000)	–	–
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**4.541**	**4.541**
Destinação do lucro líquido do exercício:		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Reserva legal	8 c)	**–**	**227**	**–**	**(227)**	**–**
Dividendos propostos	8 d)	**–**	**–**	**(973)**	**(43)**	**(1.016)**
Reserva de capital de giro	8 e)	**–**	**–**	**4.271**	**(4.271)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**35.000**	**691**	**13.893**	**–**	**49.584**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	9	**–**	64
Custo dos produtos e serviços vendidos		**–**	(5)
Lucro bruto		**–**	59
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e Gerais	10	**(40)**	(32)
Depreciações e Amortizações	10	**(34)**	(73)
Equivalência		**4.605**	2.890
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		**–**	6
		4.531	2.791
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**4.531**	2.850
Resultado financeiro	11		
Receitas financeiras		**19**	7
Despesas financeiras		**(4)**	(5)
		15	2
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**4.546**	2.852
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		**(5)**	(4)
Lucro líquido do exercício		**4.541**	2.848
Quantidade ponderado de ações do capital social		**2.076**	2.076
Lucro básico e diluído por ação – R$		**2.187,38**	1.371,59

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**4.541**	2.848
Resultado abrangente do exercício	**4.541**	2.848

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**4.541**	2.848
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Imposto de Renda e Contribuição social Corrente e Diferido		**–**	(2)
Equivalência patrimonial		**(4.605)**	(2.890)
Depreciação e amortização		**34**	73
Perda (Ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		**–**	–
		(30)	29
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		**–**	22
Estoques		**(5)**	–
Outros ativos		**(1)**	–
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações fiscais		**6**	5
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		**9**	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**(21)**	56
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(4)**	(5)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais		**(25)**	51
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Recebimento de dividendos		**2.534**	1.312
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**2.534**	(1.312)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Dividendos pagos	8 d)	**(2.497)**	(1.300)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(2.497)**	(1.300)
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa		**12**	63
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		**481**	418
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		**493**	481

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – A Rovigo Participações S.A. ("Sociedade") tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações, investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação de bens e locação de bens. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual.

2. Aspectos Societários – O maior investimento em participação societária está vinculado ao controle acionário da empresa RER Participações S.A.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das principais práticas contábeis – 3.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **c) Estoques:** Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado ao valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **d) Propriedades para investimento: i) Imóveis acabados:** São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. **ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade:** São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **e) Imobilizado:** Está demonstrado ao valor de custo, deduzidos da depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **f) Tributação:** A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60. **g) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **g.1) Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **ii) Empréstimos concedidos e recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **g.2) Passivos financeiros:** São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **h) Reconhecimento de receita:** A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas. Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, como terrenos e outros imóveis para revenda. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. **i) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **j) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	**1**	1
Aplicações financeiras – Renda Fixa (a)	**492**	480
Caixa e equivalentes de caixa	**493**	481

(a) Aplicações financeiras – Renda Fixa: Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Sociedade ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 99% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Estoques

	2021	2020
Imóveis para comercialização	**129**	124

São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

6. Investimentos – Controladora: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade controla ou participa em outras sociedades cujo contexto operacional é resumido a seguir: RER Participações S/A, participação de 30% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura. As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2021 são as seguintes:

	Qt de Cotas	Particip. no Capital Social (%)		Capital Social	Patrimônio Líquido		Lucro do Período	
	2021	2021	2020	2021	2021	2020	2021	2020
RER Participações S/A	7.000.000	30	30	120.000	160.794	148.500	15.349	9.632

Movimentação dos investimentos em controladas avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	Saldo 31/12/2020	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo 31/12/2021
RER Participações S/A	44.550	4.605	(917)	48.238

Controlada	Saldo 31/12/2019	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo 31/12/2020
RER Participações S/A	42.565	2.890	(905)	44.550

7. Propriedades para Investimentos – De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar critério de mensuração a valor justo. A Sociedade manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor de custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada.

	2021	2020
Terrenos	**10**	10
Edifícios e Construções	**334**	366
Total	**344**	376

A movimentação do custo das propriedades para investimento ao longo do período foi como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Terrenos	10	–	–	–	10
Edifícios e Construções	793	–	–	–	793
Total	803	–	–	–	803
	2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**2020**
Terrenos	10	–	–	–	10
Edifícios e Construções	793	–	–	–	793
Total	803	–	–	–	803

A movimentação da depreciação ao longo do período foi como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Edifícios e Construções	(427)	(32)	–	–	(459)
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Edifícios e Construções	(395)	(32)	–	–	(427)

8. Patrimônio Liquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital social subscrito e integralizado é composto por 2.076 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Aumento:** Em 30 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$30.000, referente a conta "Reserva de retenção de lucros". **c) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**4.541**	2.848
(-) Reserva Legal	**(227)**	(142)
Lucro líquido do exercício ajustado	**4.314**	2.706
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	**43**	27
Dividendos adicionais aprovados	**973**	1.477
Saldo de dividendos do ano anterior	**2.110**	1.906
(-) Dividendos pagos no exercício	**(2.497)**	(1.300)
Saldo de dividendos a pagar	**629**	2.110

e) Reserva para capital de giro: Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Sociedade, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

9. Receita Operacional Liquida

	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Mercado interno	**–**	67
(-) Impostos sobre vendas	**–**	(3)
Receita operacional líquida	**–**	64

10. Gastos por Natureza

	2021	2020
Despesas por natureza:		
Despesa de depreciação e amortização	**(34)**	(73)
Despesas tributárias	**(1)**	(1)
Serviços terceiros	**(39)**	(30)
Outras despesas	**–**	(1)
Total	**(74)**	(105)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	**(40)**	(32)
Depreciações e amortizações	**(34)**	(73)
Total	**(74)**	(105)

11. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras:		
Juros Ativos	**–**	1
Receita sobre aplicação financeira	**19**	6
	19	7
Despesas Financeiras:		
Juros Passivos	**–**	(1)
Despesas Bancárias	**(4)**	(4)
	(4)	(5)
Total	**15**	2

12. Instrumentos Financeiros – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	**493**	481
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	**–**	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**(639)**	(2.110)
	(146)	(1.629)
Curto prazo	**(146)**	(1.629)
Longo prazo	**–**	–
	(146)	(1.629)

13. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

Rui Manoel Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Kid Participações S/A

CNPJ/MF nº 03.360.355/0001-80

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**7.997**	6.522	Fornecedores		**1**	15
Contas a receber de clientes	5	**4**	1	Obrigações trabalhistas		**15**	11
Contas a receber – partes relacionadas	9	**131**	108	Antecipações de Clientes		**5**	–
Estoques	6	**6.954**	6.664	Obrigações fiscais		**87**	65
Impostos a recuperar		**7**	6	Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	10	**973**	2.612
Dividendos a receber		**1.375**	3.971	Outras Obrigações		**18.964**	18.813
Outros ativos		**7**	78	**Total do passivo circulante**		**20.045**	21.516
Total do ativo circulante		**16.475**	17.350	**Não circulante**			
Não circulante				**Total do passivo não circulante**		–	–
Contas a receber – partes relacionadas	9	**2.541**	7.800	**Patrimônio líquido**	10		
Investimento	7	**67.771**	57.639	Capital social		**50.000**	15.000
Imobilizado		**74**	–	Reserva de lucros		**23.926**	52.961
Propriedade para investimento	8	**7.657**	7.637	Ajustes de Avaliação Patrimonial		**547**	949
Total do ativo não circulante		**78.043**	73.076	**Total do patrimônio líquido**		**74.473**	68.910
Total do ativo		**94.518**	90.426	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**94.518**	90.426

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma*

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	11	**1.664**	992
Custo dos produtos e serviços vendidos		**(78)**	–
Lucro bruto		**1.586**	992
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e Gerais	12	**(468)**	(271)
Depreciações e Amortizações	12	**(137)**	(130)
Equivalência Patrimonial		**5.502**	3.488
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13	**1.071**	141
		5.968	3.228
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**7.554**	4.220
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		**416**	410
Despesas financeiras		**(470)**	(96)
		(54)	314
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**7.500**	4.534
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		**(259)**	(229)
Lucro líquido do exercício		**7.241**	4.305
Quantidade ponderado de ações do capital social		**6.465**	6.465
Lucro básico e diluído por ação – R$		**1.120,03**	665,89

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**15.000**	**827**	**48.826**	**–**	**617**	**65.270**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	4.305	–	4.305
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	10 c)	–	215	–	(215)	–	–
Ajuste de avaliação Patrimonial	10 b)	–	–	–	–	332	332
Dividendos propostos	10 d)	–	–	(962)	(41)	–	(1.003)
Reserva de capital de giro	10 e)	–	–	4.055	(4.049)	–	6
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**15.000**	**1.042**	**51.919**	**–**	**949**	**68.910**
Aumento de capital		35.000	–	(35.000)	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	7.241	–	7.241
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	10 c)	–	362	–	(362)	–	–
Ajuste de avaliação Patrimonial	10 b)	–	–	–	–	(402)	(402)
Dividendos propostos	10 d)	–	–	(959)	(69)	–	(1.028)
Reserva de capital de giro	10 e)	–	–	6.562	(6.810)	–	(248)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**50.000**	**1.404**	**22.522**	**–**	**547**	**74.473**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**7.241**	**4.305**
Outros Resultados Abrangentes	**547**	949
Resultado abrangente do exercício	**7.788**	**5.254**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**7.241**	4.305
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial		**(5.502)**	(3.488)
Depreciação e Amortização		**137**	130
Ganho na baixa de propriedade para investimento		**(29)**	(1)
		1.847	946
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber – partes relacionadas		**190**	(481)
Estoques		**(290)**	(327)
Impostos a recuperar		**(1)**	(6)
Outros ativos		**71**	(43)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**27**	(1)
Obrigações fiscais		**234**	213
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		**351**	960
Caixa gerado nas atividades operacionais		**2.429**	1.261
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		**(212)**	(211)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**2.217**	1.050
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Propriedades para investimento		**(172)**	(63)
Aquisições de imobilizado		**(80)**	–
Venda de imobilizado		**50**	26
Investimentos		**(216)**	(134)
Dividendos recebidos		**2.745**	1.618
Ajustes de avaliação patrimonial		**(402)**	332
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**1.925**	1.779
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Dividendos pagos	10 d)	**(2.667)**	(1.139)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(2.667)**	(1.139)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**1.475**	1.690
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		**6.522**	4.832
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		**7.997**	6.522

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A Kid Participações S.A. ("Companhia") com sede em São Paulo-SP, tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, locação de bens, loteamento e incorporação de bens. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual.
2. Aspectos Societários – O maior investimento em participação societária está vinculado ao controle acionário das empresas Rer Participações S/A e Rkbens Participações e Empreendimentos S/A. Em 31 de outubro de 2013, a Kid Participações S/A, constituiu uma Sociedade em Conta de Participação (SCP's), denominada SCP-Empreendimento Loteamento São Rafael, cujo objeto social é a compra, venda, locação, desmembramento e loteamentos, incorporações imobiliárias e construções de imóveis.
3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e sumário das principais práticas contábeis – 3.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **c) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **d) Estoques:** Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **e) Propriedades para investimentos: i) Imóveis acabados:** São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. **ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade:** São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **f) Tributação:** A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60. **g) Créditos e obrigações:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **h) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **h.1) Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **i)** Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **ii)** Empréstimos concedidos e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **h.2) Passivos financeiros:** São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **i) Arrendamentos – grupo como arrendador:** Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **j) Reconhecimento de receitas:** A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas. Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, como terrenos e outros imóveis para revenda. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. **k) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **l) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

4. Caixa e Equivalentes de caixa e outros ativos financeiros

	2021	2020
Caixa e bancos	**27**	75
Investimentos em ações (a)	**7.970**	6.447
	7.997	6.522

(a) Investimentos em ações: Compõem-se substancialmente de ações com disponibilidade imediata de negociação na BM&FBOVESPA. A carteira de ações está custodiada na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC. Estão demonstrados pelo valor de mercado com base na média das cotações do último dia de pregão em que tenha havido maior volume de negociações.

5. Contas a Receber de Clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes nacionais	**4**	1

Para determinar a recuperação do contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

6. Estoques

	2021	2020
Imóveis para comercialização	**6.954**	6.664

São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

7. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia controla ou participa em outras sociedades cujo contexto operacional é resumido a seguir: RER Participações S/A, participação de 30% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura. Rkbens Participações e Empreendimentos S/A, participação de 40% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação imobiliária e locação de bens. Sociedade em Conta de Participação Empreendimento Loteamento São Rafael, participação de 50% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/ SP, tem como objeto social a compra, venda, locação, desmembramento e loteamentos, incorporações imobiliárias e construções de imóveis. As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são as seguintes:

	Qt de Cotas 2021	Part. (%) no Capital Social 2021	Part. (%) no Capital Social 2020	Capital Social 2021	Patrimônio Líquido 2021	Patrimônio Líquido 2020	Lucro (prejuízo) Período 2021	Lucro (prejuízo) Período 2020
RER Participações S/A	**7.000.000**	**30**	30	**120.000**	**160.794**	148.500	**15.349**	9.632
Rkbens Partic. e Empr. S/A	**40.000.000**	**40**	40	**40.000**	**45.389**	29.642	**2.373**	1.545
SCP-Empr. Lot. S. Rafael	**872**	**50**	50	**2.748**	**2.754**	2.465	**(105)**	(39)

Movimentação dos investimentos em controladas avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	31/12/2020	Integralização AFAC	Equivalência Patrimonial	Dividendos aprovados	Outros	31/12/2021
Investimento:						
RER Participações S/A	44.551	–	4.605	(916)	–	48.240
Rkbens Particip. e Empr. S/A	11.858	6.000	949	(650)	–	18.157
SCP-Empr. Lot S. Rafael	1.230	216	(53)	(19)	–	1.374
Total	**57.639**	**6.216**	**5.501**	**(1.585)**	**–**	**67.771**
Controlada	**31/12/2019**	**Integralização AFAC**	**Equivalência Patrimonial**	**Dividendos aprovados**	**Outros**	**31/12/2020**
Investimento:						
RER Participações S/A	42.565	–	2.890	(904)	–	44.551
RkBens Particip. e Empr. S/A	11.631	–	618	(397)	6	11.858
SCP-Empr. Lot S. Rafael	1.136	134	(20)	(20)	–	1.230
Total	**55.332**	**134**	**3.488**	**(1.321)**	**6**	**57.639**

8. Propriedades para investimento – De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar critério de mensuração a valor justo. Em 2021, a Companhia manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor de custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

	2021	2020
Terrenos	**5.577**	5.577
Edifícios e Construções	**2.080**	1.885
Obras em andamento	**–**	175
Total	**7.657**	7.637

A movimentação do custo das propriedades para investimento ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Terrenos	5.577	–	–	–	5.577
Edifícios e Construções	3.206	–	–	306	3.512
Obras em andamento	175	173	(348)	–	–
	8.958	**173**	**(348)**	**306**	**9.089**
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Terrenos	5.577	–	–	–	5.577
Edifícios e Construções	3.206	–	–	–	3.206
Obras em andamento	112	63	–	–	175
	8.895	**63**	**–**	**–**	**8.958**

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Edifícios e Construções	(1.321)	(132)	–	21	(1.432)
	Saldo 2019	**Adições**	**Transf.**	**Baixas**	**Saldo 2020**
Edifícios e Construções	(1.193)	(128)	–	–	(1.321)

O que se refere ao valor justo, em 31 de dezembro de 2017, o valor em relação ao valor justo, com base em avaliações realizadas pela empresa Mynarski International Valuation, avaliadores independentes, representa R$82.392 milhões.

9. Transações com Partes Relacionadas

	2021	2020
Ativo circulante (alugueis a receber):		
Facchini S/A	**131**	108
Ativo não circulante:		
Rkbens Participações e Empreendimentos S/A	**2.541**	7800
Transações:		
Serviços:		
Aluguéis à Facchini S/A	**1.358**	971

As transações referem-se a aluguel de imóveis industriais junto à Facchini S/A.

10. Patrimônio Líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital social subscrito e integralizado é composto por 6.465 de ações ordinárias

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

Kid Participações S/A

... continuação

nominativas, sem valor nominal. Em 30 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$35.000, referente a parte do saldo da conta "Reserva de retenção de lucros". **b) Ajustes de avaliação patrimonial:** Correspondem aos ativos financeiros (aplicações financeiras), avaliados a valor justo, destinadas à negociação ou disponíveis para venda. **c) Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**7.241**	4.305
(-) Reserva legal	**(362)**	(215)
Lucro líquido do exercício ajustado	**6.879**	4.090
Dividendos mínimos obrigatórios – (1%)	**69**	41
Dividendos adicionais aprovados	**959**	962
Saldo de dividendos do ano anterior	**2.612**	2.748
(-) Dividendos pagos no exercício	**(2.667)**	(1.139)
Saldo de dividendos a pagar	**973**	2.612

e) Reserva para Capital de Giro: Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

11. Receita Operacional Liquida

	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – Receita de aluguéis	**1.727**	1.030
(-) Impostos sobre aluguéis	**(63)**	(38)
Receita operacional líquida	**1.664**	992

12. Gastos por Natureza – A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Despesas por natureza:		
Despesas c/ pessoal	**(97)**	(80)
Impostos, taxas e contribuições	**(117)**	(112)
Despesa de depreciação e amortização	**(137)**	(130)
Serviços de terceiros	**(40)**	(43)
Outras despesas	**(214)**	(36)
Total	**(605)**	(401)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	**(468)**	(271)
Depreciações e amortizações	**(137)**	(130)
Total	**(605)**	(401)

13. Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas

	2021	2020
Ganho (perda) líquido na venda de ativo imobilizado	**29**	1
Dividendos recebidos	**839**	47
Juros sobre capital Próprio	**190**	93
Outros	**13**	–
	1.071	141

14. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras:		
Ganhos c/ investimentos	**416**	403
Receita sobre aplicação financeira	**–**	7
	416	410
Despesas Financeiras:		
Perdas c/ investimentos	**(468)**	(94)
Juros Passivos	**–**	(1)
Despesas Bancárias	**(2)**	(1)
	(470)	(96)
Total	**(54)**	314

15. Instrumentos Financeiros – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	**7.997**	6.522
Empréstimos concedidos e recebíveis	**2.676**	7.909
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**(20.045)**	(21.516)
	(9.372)	(7.085)
Curto prazo	**(11.913)**	(14.885)
Longo prazo	**2.541**	7.800
	(9.372)	(7.085)

16. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

Euclides Facchini Neto – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Aguas de Mandaguahy S.A

CNPJ/MF nº 01.468.492/0001-07

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)*

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A Diretoria está a inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações que julgarem necessárias. As demonstrações Contábeis completas junto com o Parecer dos Auditores Independentes encontra-se disponiveis na sede da Companhia.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2021	2020
Ativo circulante	**2.769**	**2.278**
Disponibilidades	238	164
Contas a receber de clientes	2.353	1.847
Creditos diversos	178	267
Ativo não circulante	**14.328**	**17.163**
Depósitos judiciais	94	36
Contas a receber de clientes	7.530	9.450
Imobilizado líquido	775	834
Intangivel	5.929	6.843
Total do ativo	**17.097**	**19.441**

PASSIVO	2021	2020
Passivo circulante	**6.420**	**8.260**
Fornecedores	85	178
Obrigações trabalhistas e tributarias	1.184	1.140
Contas a pagar partes relacionadas	292	242
Dividendos a pagar	4.815	6.651
Outras contas a pagar	44	49
Patrimonio liquido	**10.677**	**11.181**
Capital social	3.032	3.032
Reserva legal	606	606
Reservas de lucros	2.423	7.543
Reservas especial de div.Obrigatorios	4.616	-
Total do passivo	**17.097**	**19.441**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Discriminação	Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva esp. Dividendos	Luc/prej.Ac	Total
Saldo em 31/12/2019	**3.032**	**606**	**3.683**	**-**	**-**	**7.321**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.147	**5.147**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.287)	**(1.287)**
Retenção de lucros	-	-	3.860	-	(3.860)	-
Saldo em 31/12/2020	**3.032**	**606**	**7.543**	-	-	**11.181**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	**(504)**	**(504)**
Absorvção de reserva com prejuízo	-	-	(504)	-	504	-
Retenção de lucros	-	-	(4.616)	4.616	-	-
Saldo em 31/12/2021	**3.032**	**606**	**2.423**	**4.616**	-	**10.677**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2021	2020
Receita operacional bruta	**17.392**	**21.245**
Receitas de produtos/serviços	17.392	21.245
Custo dos serviços vendidos	**(637)**	**(775)**
Impostos incidentes	(637)	(775)
Receita operacional líquida	**16.755**	**20.470**
Custo dos serviços prestados	**11.569**	**12.035**
Lucro operacional bruto	**5.186**	**8.435**
Despesas operacionais	**(5.155)**	**(2.580)**
Desp. administrativas, comerciais e gerais	(5.017)	(2.784)
Outras receitas/despesas operacionais	70	228
Despesas financeiras	(211)	(24)
Receitas financeiras	3	-
Resultado operacional líquido	**31**	**5.855**
Resultado antes das provisões tributarias	**31**	**5.855**
Provisões	**(535)**	**(708)**
IRPJ/CSLL - Corrente	(535)	(708)
Lucro liquido do exercicio	**(504)**	**5.147**

DIRETORIA

Walter Roberto de Freitas

Diretor Presidente - CPF 282.046.977-91

Elcias de Sousa - CRC - 1SP93521/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Das atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido do exercício	31	5.855
Depreciações /amortizações	1.035	1.013
Provisão cred.De liq. Duvidosa	1.920	-
Decrés.(Acrés.) Em ativos		
Clientes	(506)	(964)
Créditos diversos	89	(43)
Desp.Exec.Seguinte/dep.Judiciais	(58)	85
Decrés.(Acrés.) Em passivos		
Fornecedores	(93)	88
Obrigações tributárias e trabalhista	68	(528)
Demais ctas a pagar/partes relac.	50	16
Irpj e csll pagos	(559)	(199)
Outros passivos circulantes	(5)	29
Dividendos pagos a acionistas	(1.836)	(6.134)
Caixa líq. Das ativ. Operacionais	**136**	**118**
Aquisição de imobilizado	(62)	(117)
Caixa liq. Nas ativ. De invest.	**(62)**	**(117)**
Caixa equivalente	**74**	**1**
Disponibilidades		
No início do exercício	164	163
No fim do exercício	238	164
Caixa equivalente	**(74)**	**(1)**
Aumento (reduc.)Cap circ liq	**74**	**1**

Fraqueza externa, Eletrobras e tensão política pesam no Ibovespa

Percepção renovada de que o planeta terá de conviver com taxas de juros maiores e por mais tempo do que o imaginado antes enfraquece os ativos de risco no exterior. Na quinta-feira, quando a B3 ficou fechada por conta do feriado de Tiradentes, os mercados internacionais já reagiram à nova indicação do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Jerome Powell, de aceleração do juro para 0,50 ponto porcentual em maio. "Após breve intervalo no calendário, a semana se encerra com cara de segunda-feira, e em meio a (ainda mais) discussões sobre inflação e juros ao redor do mundo", afirma Rachel de Sá, chefe de economia da Rico, em relatório.

Este cenário favorece o dólar ante moedas emergentes e penaliza o Ibovespa, que já contabiliza quatro pregões seguidos de queda, com a perda semanal chegando a 3,10% até o momento.

O Ibovespa cai acima de 1,50% nesta sexta-feira e já testando o nível dos 112 mil pontos, visto pela última vez no dia 18 de março (mínima a 112.474,76 pontos.

Além das questões externas por causa da perspectiva de aceleração dos juros nos EUA, a questão inflacionária interna também segue no radar, avalia Flávio Aragão, sócio da 051 Capital. "Há indicação por parte do presidente do Banco Central Roberto Campos Neto de a Selic pode avançar um pouco mais, depois de ter sugerido que a alta poderia terminar em 12,75%, em maio. Então, o mercado está devolvendo um pouco a alta acumulada do ano", avalia.

Além disso, acrescenta Aragão, dúvidas a respeito dos preços do aço no momento em que a China tenta impedir arrefecimento maior da sua economia e ruídos políticos internos geram temores. "O político local começa a fazer mais preço. O presidente Jair Bolsonaro parece que vai voltar à postura anterior, é um retrocesso de bater de frente com o STF", cita.

Às 10h13, o Ibovespa caía 1,60%, aos 112.512,87 pontos, na mínima diária. Eletrobras perdia 3,95% (PNB) e 3,55% (ON), enquanto Vale caía 2,61% e Petrobrás entre 2,26% (PN) e 1,57%). Apenas seis ações sobem.

A derrota do governo no TCU no processo sobre privatização da Eletrobras pesa, bem como a nova afronta do presidente da República ao STF no caso Daniel Silveira. Além disso, a liquidez tende a ser reduzida, dado que muitos investidores podem ter emendado a folga de ontem com o fim de semana. Na sexta-feira, o índice Bovespa fechou em baixa de 0,62%, aos 114.343,78 pontos.

Sobre o assunto, pode-se "depreender alguns fatos em comum", segundo avalia em nota a Terra Investimentos. "a) aumento do acirramento da disputa entre o Presidente da República, seus correligionários e o STF e b) o indulto não deverá devolver a elegibilidade ao deputado. Portanto, com o provável movimento reativo do STF, é lógico concluir que mais capítulos dessa novela inusitada ainda estão por vir.".

O presidente Jair Bolsonaro concedeu perdão institucional ao deputado Silveira, 24 horas após sua condenação pelo o STF por incitar agressões a ministros e atentar contra a democracia.

Já em relação à Eletrobras, a suspensão do julgamento da segunda etapa da privatização da companhia por 20 dias pelo TCU representa uma derrota para o governo, que tenta avançar o tema, já que a disputa eleitoral tende a colocar ainda mais risco na operação. Com a decisão, o processo só deve voltar à pauta no dia 11 do mês que vem, o que inviabiliza os planos do governo de realizá-lo até 13 de maio.

Atenção ainda em relação a Petrobras, que finalizou a venda para a empresa Ubuntu Engenharia da totalidade de sua participação nos blocos PAR-T-198 e PAR-T-218, localizados na Bacia do Paraná. As ações da empresa caem, seguindo o recuo de cerca de 2% nas cotações do petróleo, ao passo que o recuo do minério de ferro na China por problemas de demanda pesa nos papéis do setor metálico no Ibovespa.

Isto é Dinheiro

Bolsas da Europa fecham em baixa, com quadro na China impulsionando cautela

Os mercados acionários da Europa registraram queda, nesta segunda-feira, 25, com o apetite por risco em geral nos mercados globais prejudicados pelo noticiário da China. O fato de que autoridades locais realizam testes em massa contra covid-19 e limitam movimentações em algumas localidades gerava temor sobre eventuais impactos econômicos.

O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em queda de 1,81%, em 445,11 pontos.

A partir da imprensa estatal, a Reuters reportou que moradores de uma área do distrito de Chaoyang, em Pequim, não devem deixar o local, exceto por razões essenciais.

A emissora local CGTN disse que Pequim expandiu os testes em massa contra a covid-19 para outros 11 distritos, além do citado.

A presença do vírus na China e a política local de "covid zero" geram preocupações sobre o impacto econômico desse quadro entre investidores, o que pressionava mercados acionários pelo mundo nesta segunda-feira.

A Stifel afirma que há o temor de um lockdown mais abrangente em Pequim, mas nota que as restrições nas áreas afetadas devem ser relaxadas após o regime de testes previsto para até o dia 27 de abril.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

Rkbens Participações e Empreendimentos S.A

CNPJ nº 10.541.160/0001-00

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma*

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante		**9.196**	16.741
Caixa e equivalentes de caixa	4	**892**	9.496
Contas a receber de clientes	5	**-**	10
Contas a receber - partes relacionadas	9	**668**	275
Estoques	6	**6.981**	6.960
Outros ativos		**655**	-
Não circulante		**55.512**	47.797
Investimento	7	**2.469**	3.327
Propriedade para investimento	8	**53.043**	44.470
Total do ativo		**64.708**	64.538
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		**14.623**	26.181
Empréstimos e financiamentos		**3.683**	1.307
Fornecedores		**23**	-
Obrigações fiscais		**226**	108
Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	11	**2.482**	3.847
Outras Obrigações		**7.849**	20.919
Não circulante		**5.056**	8.715
Empréstimos e financiamentos		**5.056**	8.715
Patrimônio líquido	11	**45.389**	29.642
Capital social		**40.000**	25.000
Reserva de lucros		**5.389**	4.642
Total do passivo e patrimônio líquido		**64.708**	64.538

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	12	**4.688**	2.577
Custo dos produtos e serviços vendidos		**-**	-
Lucro bruto		**4.688**	2.577
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e Gerais	13	**(228)**	(86)
Depreciações e Amortizações	13	**(862)**	(812)
Equivalência Patrimonial		**(13)**	183
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		**-**	3
		(1.103)	(712)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**3.585**	1.865
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		**194**	35
Despesas financeiras		**(835)**	(76)
		(641)	(41)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**2.944**	1.824
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		**(571)**	(279)
Lucro líquido do exercício		**2.373**	1.545
Quantidade ponderado de ações do capital social		**40.000.000**	25.000.000
Lucro básico e diluído por ação - R$		**0,06**	0,06

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**2.373**	1.545
Resultado abrangente do exercício	**2.373**	1.545

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2019		**25.000**	**476**	**3.601**	**-**	**29.077**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.545	1.545
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	11 d)	-	78	-	(78)	-
Dividendos propostos	11 c)	-	-	(980)	(15)	(995)
Reserva de capital de giro	11 e)	-	-	1.467	(1.452)	15
Saldos em 31/12/2020		**25.000**	**554**	**4.088**	**-**	**29.642**
Aumento de capital social	11 b)	15.000	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.373	2.373
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	11 d)	-	119	-	(119)	-
Dividendos propostos	11 c)	-	-	(985)	(23)	(1.008)
Reserva de capital de giro	11 e)	-	-	1.613	(2.231)	(618)
Saldos em 31/12/2021		**40.000**	**673**	**4.716**	**-**	**45.389**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**2.373**	1.545
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência Patrimonial		**13**	(183)
Depreciação e amortização		**862**	812
Baixa de ativo imobilizado		**-**	549
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados		**831**	75
		4.079	2.798
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		**10**	1
Contas a receber – partes relacionadas		**(393)**	(106)
Estoques		**(135)**	(172)
Outros ativos		**(655)**	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**23**	(182)
Obrigações fiscais		**545**	273
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		**1.927**	171
Caixa gerado nas atividades operacionais		**5.401**	2.783
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos		**(427)**	(238)
Juros pagos durante o exercício		**(806)**	(53)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**4.168**	2.492
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Venda de imobilizado		**-**	(268)
Adições propriedades para investimento		**(9.321)**	(3.045)
Adições investimentos		**228**	(233)
Recebimento de dividendos		**-**	155
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(9.093)**	(3.391)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos - captações		**-**	10.000
Empréstimos e financiamentos - pagamentos		**(1.306)**	-
Dividendos pagos	11	**(2.373)**	(395)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(3.679)**	9.605
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**(8.604)**	8.706
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		**9.496**	790
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		**892**	9.496

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Rkbens Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia") com sede em São Paulo-SP tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação imobiliária e locação de bens. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual. **2. Aspectos Societários:** Em maio de 2014, a Rkbens Participações e Empreendimentos S.A. juntamente com a INCORP – Empreendimentos Imobiliários de Votuporanga Ltda, constituíram uma Sociedade Limitada de Proposito Específico (SPE), denominada Empreendimentos Imobiliários Barcelona Votuporanga SPE Ltda, cujo objeto social é a incorporação imobiliária. A Rkbens Participações e Empreendimentos S.A. participa do capital social da empresa IBF Indústria Brasileira de Farmoquímicos S.A, que tem como objeto social a industrialização e comercialização de produtos farmoquimicos e preparações farmacêuticas para radiofarmácia. Rkbens Participações e Empreendimentos S.A, participa do capital social da empresa R2 IBF Participações S.A, pois a IBF Indústria Brasileira de Farmoquímicos S.A, integralizou uma parte de suas ações na constituição da empresa R2 IBF Participações S.A, que tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e sumário das principais práticas contábeis: 3.1 Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e no 11.941/09 e os Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.2 Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **c) Estoques:** Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. **d) Propriedades para investimento: i)Móveis acabados:** São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. **i) Custos subsequentes à aquisição da propriedade:** São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **e) Tributação:** A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60. **f) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **f.1) Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **ii) Empréstimos concedidos e recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **f.2) Passivos financeiros:** São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **g) Arrendamentos - grupo como arrendador:** Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. **h) Reconhecimento de receita:** A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas. Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, como terrenos e outros imóveis para revenda. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. **i) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **j) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	2021	2020
Caixa e bancos	5	1
Aplicações financeiras - Renda Fixa (a)	887	9.495
Caixa e equivalentes de caixa	892	9.496

(a) Aplicações financeiras - Renda Fixa: Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 99% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações possuem liquidez imediata, ainda que, em certas situações pontuais, o resgate dentro do período de carência resultaria em perdas de rendimentos financeiros. Conforme circular n°. 3.086 do Banco Central do Brasil, de 15 de fevereiro de 2002, tais aplicações financeiras são marcadas a mercado diariamente pelas instituições financeiras.

5. Contas a Receber de Clientes	2021	2020
Contas a receber de clientes nacionais	-	10

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

6. Estoques:	2021	2020
Imóveis para comercialização	6.981	6.960

São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida. **7. Investimentos: Coligadas:** A Companhia participa em outras sociedades cujos contextos operacionais são resumidos a seguir: • Empreendimentos Imobiliários Barcelona SPE Ltda, Sociedade Limitada de Propósito Específico, participação de 33,33% no capital social, sediada na cidade de Votuporanga/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária. • IBF Indústria Brasileira de Farmoquímicos S.A, Sociedade Anônima de Capital Fechado, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a industrialização e comercialização de produtos farmoquímicos e preparações farmacêuticas para radiofarmácia. Movimentação dos investimentos em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Investimento em Coligada:	2020	Equivalência patrimonial	Redução Integralização Capital	Dividendos Distribuídos	Outros	2021
Empr. Imobiliários Barcelona SPE LTDA	685	187	(383)	-	-	489
IBF Ind. Brasileira de Farmoquímicos S.A	366	68	(331)	-	-	103
R2 IBF Participações S.A	2.277	(268)	486	-	(618)	1.877
	3.327	**(13)**	**(228)**	**-**	**(618)**	**2.469**

Investimento em Coligada:	2019	Equivalência patrimonial	Redução Integralização Capital	Dividendos Distribuídos	Outros	2020
Empr. Imobiliários Barcelona SPE LTDA	637	187	-	(155)	15	685
IBF Ind. Brasileira de Farmoquímicos S.A	149	(16)	233	-	-	366
R2 IBF Participações S.A	2.265	12	-	-	-	2.277
	3.051	**183**	**233**	**(155)**	**15**	**3.327**

8. Propriedades para Investimento: De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar o método do valor justo ou o método do custo. Em 2021, a Companhia manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor do custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação é calculada de acordo com a Lei Fiscal em vigor.

	2021	2020
Terrenos	32.813	23.502
Edifícios e Construções	18.284	17.805
Obras em Andamento	425	2.454
Cessão de Crédito	1.521	1.521
Total	**53.043**	**44.470**

A movimentação do custo das propriedades para investimento no período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Terrenos	23.502	9.236	75	-	32.813
Edifícios e Construções	20.294	-	2.154	-	22.448
Obras em Andamento	2.454	85	(2.114)	-	425
Cessão de Crédito	1.521	-	-	-	1.521
	47.770	**9.321**	**115**	**-**	**57.207**

	Saldo 2019	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2020
Terrenos	22.055	1.728	-	(281)	23.502
Edifícios e Construções	20.294	-	-	-	20.294
Obras em Andamento	1.136	1.318	-	-	2.454
Cessão de Crédito	1.521	-	-	-	1.521
	45.006	**3.045**	**-**	**(281)**	**47.770**

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Edifícios e Construções	(3.301)	(863)	-	-	(4.164)

	Saldo 2019	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2020
Edifícios e Construções	(2.489)	(812)	-	-	(3.301)

No que se refere ao valor justo, em 31 de dezembro de 2017, com base nas avaliações realizadas pela Mynarski International Valuation, avaliadores independentes, as propriedades para investimentos representam R$120.688 milhões. **9. Partes Relacionadas:**

Saldos Ativos:	2021	2020
Circulante (alugueis a receber):		
Facchini S.A	668	275
Transações:		
Receitas:		
Alugueis Facchini S.A	1.358	2.465

As transações referem-se a aluguéis de imóveis junto a Facchini S.A. **10. Empréstimos e Financiamentos:**

Tipo	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento final	2021	2020
Capital de giro e outros (a)	Pós + CDI	4,03 a 4,66%	11/2024	**8.739**	10.022
				8.739	10.022
Circulante				**3.683**	1.307
Não circulante				**5.056**	8.715
				8.739	10.022

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2021	2020
2022	**-**	3.674
2023	**3.516**	3.507
2024	**1.540**	1.534
	5.056	8.715

Resumo das características dos empréstimos: a) *Capital de giro e outros:* Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 33 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	**10.022**	-
Apropriação de juros e variações	**829**	75
Novos empréstimos	**-**	10.000
Pagamento de juros	**(806)**	(53)
Pagamento de principal	**(1.306)**	-
Saldo final	**8.739**	10.022

11. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é composto por 40.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Aumento:** Em 30 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$15.000, referente a conta "Reserva de retenção de lucros". **c) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	2.373	1.545
(-) Reserva Legal	(119)	(78)
Lucro líquido do exercício ajustado	2.254	1.467
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	23	15
Dividendos propostos	985	980
Dividendos de anos anteriores	3.847	3.247
(-) Dividendos pagos	(2.373)	(395)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	2.482	3.847

Em 2021 e em 2020 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio. **d) Reserva Legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **e) Reserva de Lucros:** Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

12. Receita Operacional Liquida	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Locações e venda de imóveis	4.866	2.674
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(178)	(97)
Receita operacional líquida	4.688	2.577

13. Gastos por Natureza: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

Despesas por natureza:	2021	2020
Impostos e Taxas	(52)	(35)
Serviços de terceiros	(52)	(31)
Despesa de depreciação e amortização	(862)	(812)
Outras despesas	**(124)**	**(20)**
Total	(1.090)	(898)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(228)	(86)
Depreciações e amortizações	(862)	(812)
Total	(1.090)	(898)

14. Resultado Financeiro	2021	2020
Receitas Financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	194	35
	194	35
Despesas Financeiras:		
Juros Passivos	(831)	(74)
Despesas Bancárias	(4)	(1)
Descontos Concedidos	-	(1)
	(835)	(76)
Total	(641)	(41)

15. Instrumentos Financeiros: As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	892	9.496
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	668	285
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	(19.319)	(34.896)
	(17.759)	(25.115)
Curto prazo	(12.703)	(16.400)
Longo prazo	(5.056)	(8.715)
	(17.759)	(25.115)

16. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

DIRETORIA:

Rubens Facchini - Diretor Presidente

Euclides Facchini Filho - Diretor Superintendente

Maria Jislaine Isaias Bento - Contadora - CRC 1SP159.572/O-2

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 42.579.834/0001-43

Demonstrações Financeiras referentes ao período de 05 de julho a 31 de dezembro de 2021 ***(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)***

Balanços patrimoniais

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.934	163.688
Contas a receber		-	388
Adiantamento a fornecedores		-	515
Tributos e contribuições a compensar		70	211
Ativo de contrato	6	-	45.865
Outros ativos circulantes		-	7.391
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**13.004**	**218.058**
NÃO CIRCULANTE			
Ativo de contrato	6	-	397.425
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	3.375	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		431	431
Investimentos	7	205.649	-
Intangível	8	-	9.766
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**209.455**	**407.622**
TOTAL DO ATIVO		**222.459**	**625.680**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	-	27.732
Empréstimos e financiamentos	11	55.934	241.173
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		7	2.268
Outros passivos circulantes		5	607
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**55.946**	**271.780**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	-	136.999
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	13.294
PIS e COFINS diferidos	12	-	16.351
Outros passivos não circulantes		-	30
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**-**	**166.674**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	44.011	44.011
Reserva de capital		9.902	9.902
Reserva de lucros		112.600	112.600
Atribuído à participação dos controladores		**166.513**	**166.513**
Participação dos não controladores		-	20.713
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**166.513**	**187.226**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**222.459**	**625.680**

Demonstração do valor adicionado

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Receitas		
Receita de construção	-	385.441
Remuneração dos ativos de contrato	-	27.169
Receita de operação e manutenção	-	178
Receita Operacional	**-**	**412.788**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de construção da infraestrutura da concessão	-	(269.631)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(541)	(1.324)
	(541)	**(270.955)**
Valor adicionado bruto	**(541)**	**141.833**
Depreciação e Amortização	**(182)**	**(185)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(723)**	**141.648**
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	77.984	(24.521)
Receitas financeiras	343	520
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**77.604**	**117.647**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	-	502
Benefícios	-	98
FGTS	-	66
	-	**666**
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(415)	30.535
	(415)	**30.535**
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.055	1.055
Aluguéis	-	11
Outras	-	51
	1.055	**1.117**
Remuneração de capitais próprios		
Lucro atribuído aos acionistas controladores	76.964	76.964
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	8.365
	76.964	**85.329**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**77.538**	**117.581**

Demonstrações de resultados

	Nota	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	14	**-**	**397.478**
Custo operacionais	15	-	(269.631)
LUCRO BRUTO		**-**	**127.847**
Administrativas e gerais		(541)	(2.154)
Outras despesas		(182)	(182)
Resultado de equivalência patrimonial		77.984	(24.521)
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS		**77.261**	**(26.857)**
RESULTADO OPERACIONAL		**77.261**	**100.990**
Receita financeira	16	343	520
Despesa financeira	16	(1.071)	(1.398)
		(728)	**(878)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**76.533**	**100.112**
IRPJ e CSLL corrente	**11**	-	(2.965)
IRPJ e CSLL diferido		431	(11.818)
Lucro líquido do exercício		**76.964**	**88.294**
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos controladores		76.964	76.964
Participação dos não controladores		-	8.365
		76.964	**85.329**

Demonstrações de resultados abrangentes

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**76.964**	**85.329**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Total do resultado abrangente do exercício	**76.964**	**85.329**
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Empresa	76.964	76.964
Não controladores	-	8.365
	76.964	**85.329**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora 2021	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício		**76.964**	**85.329**
Ajustes por:			
Encargos de empréstimos e financiamentos	11	1.055	14.592
Remuneração dos ativos de contrato	6	-	(21.653)
Margem de construção	6	-	(85.809)
Receita de operação e Manutenção	6	-	(132)
Depreciação e amortização		182	185
PIS e COFINS diferidos	12	-	11.139
IRPJ e CSLL diferidos	12	(431)	8.629
Variação cambial		-	1.404
Resultado da equivalência patrimonial	7	(77.984)	-
Participação de não controladores		-	2.325
		(214)	**16.009**
Redução nos ativos			
Contas a receber		-	3.187
Adições do ativo de contrato	6	-	(197.711)
Impostos a recuperar		(70)	(110)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		(3.375)	-
Outros créditos		-	(2.531)
		(3.445)	**(197.165)**
Aumento nos passivos			
Fornecedores	9	-	21.728
Obrigações sociais e trabalhistas		7	1.846
Outras obrigações		5	215
		12	**23.789**
Variações em ativos e passivos operacionais		**(3.433)**	**(173.376)**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(3.647)**	**(157.367)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital em controladas	7	(53.303)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(53.303)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de Empréstimos	11	55.000	285.000
Pagamentos de empréstimos e financiamentos, principal e juros	11	-	(107.812)
Custo de captação	11	(121)	(1.744)
Aumento de capital	13	15.005	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**69.884**	**175.444**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**12.934**	**18.077**
Caixa e equivalentes de caixa em 05 de julho de 2021		-	145.611
Caixa e equivalentes no fim do exercício		12.934	163.688
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**12.934**	**18.077**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 05 DE JULHO DE 2021		-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de participações societárias		29.006	9.902	-	-	35.636	74.544	-	**74.544**
Aumento de capital	**13**	15.005	-	-	-	-	15.005	-	**15.005**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	76.964	76.964	8.365	**85.329**
Reserva Legal		-	-	5.630	-	(5.630)	-	-	**-**
Reserva lucros a realizar		-	-	-	106.970	(106.970)	-	-	**-**
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	12.348	**12.348**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**44.011**	**9.902**	**5.630**	**106.970**	**-**	**166.513**	**20.713**	**187.226**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Informações Gerais: A MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade Anônima de Capital Fechado, controlada pela MEZ Energia e Participações Ltda., constituída em 05 de julho de 2021 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N – Anexo 1761 – CJ 151 Parte - 15° Andar – Indianápolis – São Paulo – SP. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades atuantes no setor de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. **Investimentos em Transmissão de Energia Elétrica**

Empresa	Atividades	Participação	Vigência da concessão	RAP*
MEZ 1 Energia S.A.	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia	100%	20/03/2050	37.062
MEZ 2 Energia S.A.	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia	100%	20/03/2050	5.380
MEZ 3 Energia S.A.	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia	91%	21/09/2048	4.988
MEZ 4 Energia S.A.	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia	91%	21/09/2048	5.209
MEZ 5 Energia S.A.	Concessão de serviços públicos de transmissão de energia	75%	31/03/2051	52.981

A Receita Anual permitida (RAP) das investidas é atualizada anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifaria que ocorrera no 5°, 10° e 15° ano da concessão. **Transferência de participação societária:** Em 05 de julho de 2021, houve transferência da participação societária que a MEZ Energia e Participações Ltda, detinha nas Companhias MEZ 1, MEZ 2, MEZ 3, MEZ 4 e MEZ 5, com a finalidade de separar este cluster para fins de Captação de recursos, conforme NE 7.1. **Capital Circulante Líquido - CCL:** A Entidade apresentou em 31 de dezembro de 2021 capital circulante líquido negativo no montante consolidado de R$53.722, bem como na controladora de R$ 42.941.O principal fator deste cenário se deu em virtude da captação de empréstimo ponte (notas promissórias de curto prazo) em abril de 2021 na controlada MEZ 05 para ser empregado na construção da linha de transmissão com o intuito de antecipação do cronograma das obras, visando a antecipação da entrada em operação, bem como, a captação na controladora MEZ T1 também de empréstio ponte. Em decorrência deste contexto, para o ano de 2022, a Administração da Entidade está realizando o próximo passo do seu Project Finance, o alongamento das dívidas provenientes de capital de terceiros. Tal alongamento conta com a contratação de debêntures de longo prazo, durante o exercício de 2022. A Administração da Entidade, seguindo o seu project finance, entende que possui liquidez satisfatória, e com a concretização do alongamento da dívida e a iminente entrada antecipada em operação, espera suprir a liquidez com recursos após a entrada completa em operação. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as normas internacionais de contabilidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda fucional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são: (a) Ativo de contrato: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de contratoenvolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão. (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 17 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: ***Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tantono modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros,quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **(i) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos,com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15. A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*. **2.8. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela companhia. Nas demonstrações contábeis individuais (Controladora) as informações contábeis das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2021 a participação da Companhia nas controladas e coligada, se apresentava da seguinte maneira.

Empresa	Participação
MEZ 1 Energia S.A.	100%
MEZ 2 Energia S.A.	100%
MEZ 3 Energia S.A.	91%
MEZ 4 Energia S.A.	91%
MEZ 5 Energia S.A.	75%

As demonstrações contábeis consolidadas abragem os saldos e transações da Companhia e suas Controladas. Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir: - Eliminação das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas; - Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre empresas consolidadas; e - Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados; Dessa forma, a MEZ T1, exerce o controle significativo na Companhia controlada, bem como realiza a consolidação da investida em suas demonstrações financeira consolidadas. **2.9. Ativo de contrato e reconhecimento de receita:** As Controladas daCompanhia possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura. Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa. Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato . Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho. **(a) Reconhecimento e mensuração de receita:** As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: • **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente. • **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato. • **Passo 3:** Determinar o preço da transação. • **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato. • **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo: (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção. (ii) Receita de remuneração do Ativo de contrato: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. As taxas de remuneração do ativo de contrato variamentre 7,40% e 10,74 % ao ano. (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.12. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **2.13. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.13. Encargos setoriais:** ***a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):*** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. ***a. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):*** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. **2.14. Investimentos:** Os investimentos da Companhia contabilizados pelo método de equivalência patrominial compreendem suas participações em suas controladas (nas demonstrações financeiras individuais. **3. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras: • Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **3.1. IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. **3.2. IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado:** Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Caixa e bancos	11	333
Aplicações financeiras em CDB	12.923	163.355
	12.934	**163.688**

(a) As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 60% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Banco Itaú	CDB	85%	-	2.496
XP Investimentos	CDB	97%	12.923	160.313
Banco do Bradesco	CDB	101%	-	529
Banco do Brasil	CDB	60%	-	17
			12.923	**163.355**

5. Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas: A companhia efetuou aporte em 29 de outubro de 2021 para sua controlada MEZ 3, no montante de R$ 3.375. Os termos desses adiantamentos para futuro aumento de capital em controladas, não estabelecem a quantidade do número de ações a serem integralizadas. Dessa forma, não atende os critérios para classificação dos AFAC´s no patrimônio líquido das controladas e no Investimento na controladora. **6. Ativo de contrato:** Refere-se ao ativo contratual a receber pelas controladas na companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. **Consolidado:**

Empresas	05/07/21	Adições	Remuneração	Faturamento RAP	Receita de O&M	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/ COFINS	31/12/21
MEZ 1	53.058	75.503	10.382	-	-	4.294	46.787	5.189	**195.213**
MEZ 2	9.703	1.862	1.696	-	-	2.025	2.810	318	**18.414**
MEZ 3	23.174	13.990	2.015	-	-	982	2.467	737	**43.365**
MEZ 4	22.096	17.526	2.030	-	-	1.133	3.554	918	**47.257**
MEZ 5	32.696	78.556	4.740	(2.741)	132	1.841	19.840	3.977	**139.041**
	140.727	**187.437**	**20.863**	**(2.741)**	**132**	**10.275**	**75.458**	**11.139**	**443.290**

	31/12/2020
Circulante	45.865
Não circulante	397.425
	443.290

	Consolidado 31/12/2021
Implementação de infraestrutura	
Receita de Construção	385.441
Custo de Construção	269.631
Margem	**115.810**
Margem de construção	**25,93%**
Remuneração dos ativos da concessão	**27.169**
Taxa de desconto dos ativos contratuais	**De 7,40 a 10,72%**

7. Investimentos em Controladas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a companhia apresentava os investimentos nas controladas mencionadas abaixo: **MEZ 1 Energia S.A.:** SPE formada por 100% de MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., para a implantação dos projetos mencionados abaixo, oriundos do lote 10 do Leilão de transmissão de Energia 02/2020. LT 500 kV Sapeaçu – Camaçari IV C1; LT 230 kV Camaçari IV – Pirajá C1/C2 e SE 230/69 kV Pirajá; e SE Camaçari II (Novo Pátio 69kV e Transformação 230/69 kV). Atualmente este empreendimento encontra-se em fase pré operacional. **MEZ 2 Energia S.A.**.: SPE formada por 100% de MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., para a implantação dos projetos mencionados abaixo, oriundos do lote 02 do Leilão de transmissão de Energia 02/2020. SE Olindina (Novos Pátios 230 kV e 69kV) e Seccionamento das LTs 230 kV Cícero Dantas – Catu C1/C2 na SE Olindina. A Companhia foi adquirida da Montago Construtora Ltda em 2020. Atualmente este empreendimento encontra--se em fase pré operacional. **MEZ 3 Energia S.A.**: SPE formada por 90,75% de MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., 6% Marcelo Macedo da Fonseca e 3,25% Pacto Comercializadora de Energia e Gas Natural Ltda, para a implantação dos projetos mencionados abaixo, oriundos do lote 13 do Leilão de transmissão de Energia 01/2018. SE 230/138 kV Rio Claro 2 e seccionameto da LT 230 kV Rondonópolis – Rio Verde. A Companhia foi adquirida da Ausato Investimento e Participações Ltda, Ronny Borges Pighini e Eduardo Machado Silva Filho no ano de 2020. Atualmente este empreendimento encontra-se em fase pré operacional. **MEZ 4 Energia S.A.:** SPE formada por 91,15% de MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., 6% Marcelo Macedo da Fonseca e 2,85% Pacto Comercializadora de Energia e Gas Natural Ltda, para a implantação dos projetos mencionados abaixo, oriundos do lote 14 do Leilão de transmissão de Energia 01/2018. SE 230/69 kV Cruz Alta 2 e seccionamento em 230 kV. A Companhia foi adquirida da Ausato Investimento e Participações Ltda, Ronny Borges Pighini e Eduardo Machado Silva Filho no ano de 2020. Atualmente este empreendimento encontra-se em fase pré operacional. **MEZ 5 Energia S.A.:** SPE formada por 75% de Participação da MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. e 25% do MEZ Fundo de Investimentos em Participações em Infraestrutura, para a implantação dos projetos mencionados abaixo, oriundos do lote 4 e 5 do Leilão de transmissão de Energia 02/2020. SE 230/69 kV Cruz Alta 2 e seccionamento em 230 kV. LT 230 kV Porto Alegre 1 – Porto Alegre 9 C1, LT 230 kV Capivari do Sul – Osório 3 C1, LT 230kV Guaíba 3 – Pólo Petroquímico C1, SE Guaíba 3 - Compensador Estático, SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 1, SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 2, SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 3, SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 4, SE Porto Alegre 4 – Transformação e setor de 13,8kV – Subsetor 5, Módulo de Interligação de Barras em 230kV da SE Porto Alegre 4. Atualmente este empreendimento encontra-se parcialmente em operação. **7.1. Transferência de Participação Societária:** Em 05 de julho de 2021, por questões de planejamento estratégico da Companhia houve a transferência das Participações Societárias detidas pela MEZ Energia e Participações Ltda, nas Companinas MEZ 1, MEZ 2, MEZ 3, MEZ 4 e MEZ 5, para a MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. **7.2. Movimentação dos investimentos:** Na controladora:

	Saldo em 05/07/21	Transferência de participação societária	(Amortização do direito de concessão)	Aumento de capital em controladas	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/21
MEZ 1 Energia S.A.	-	22.020	-	29.500	51.847	103.367
MEZ 2 Energia S.A.	-	6.738	-	-	4.254	10.992
MEZ 3 Energia S.A.	-	7.784	-	-	3.416	11.200
MEZ 4 Energia S.A.	-	6.253	-	8.203	4.290	18.746
MEZ 5 Energia S.A.	-	21.847	-	15.600	14.177	51.624
Total	**-**	**64.642**	**-**	**53.303**	**77.984**	**195.929**
Direito de concessão						
MEZ 2 Energia S.A.	-	128	(2)	-	-	126
MEZ 3 Energia S.A.	-	5.111	(94)	-	-	5.017
MEZ 4 Energia S.A.	-	4.663	(86)	-	-	4.577
	-	**9.902**	**(182)**	**-**	**-**	**9.720**
Total	**-**	**74.544**	**(182)**	**53.303**	**77.984**	**205.649**

8. Intangível:

a. Composição:

	Consolidado 31/12/2021
Direito de uso (IFRS 16/CPC 06)	47
Direito de concessão	9.719
	9.766

b. Movimentação 2021:

Movimentação do ativo intangível:	31/12/20	Adições	Amortização	31/12/21
Direito de uso (IFRS 16/CPC 06)	-	49	(3)	46
Direito de concessão	-	9.902	(182)	9.720
	-	**9.951**	**(185)**	**9.766**

A aquisição do direito de concessão refere-se a transferência de participação societária mencionada na NE 7.1.

9. Fornecedores:

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Materiais	-	23.247
Serviços	-	4.423
Outros	-	62
	-	**27.732**

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.

10. Remuneração da Alta Administração: No Exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve pagamentos a título de remuneração da Alta Administração.

11. Empréstimos e Financiamentos: a. Composição:

Controladora	Instituiçãoes Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	31/12/2020
MEZ T1 Energia S.A.	Banco Itaú - NP	BRL	27/04/2022	27/04/2022	Taxa = 100% CDI + 2,85% 252 D.U.	55.934
						55.934

Consolidado	Instituiçãoes Financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa de juros a.a.	Taxa de juros a.a.	31/12/2021
MEZ 1 Energia S.A.	Banco BTG - Debentures	BRL	30/01/2023	30/01/2023	Taxa = 100% CDI + 2,55% 252 D.U.	133.249
MEZ 1 Energia S.A.	Banco Safra - CCB	BRL	30/10/2023	30/10/2023	Taxa = 3,79% por 360 dias + (TR 100% média diária CDI)	9.175
MEZ 2 Energia S.A.	Banco ABC Brasil -CCB	BRL	20/09/2022	20/09/2022	Taxa = 3,10% por 360 dias (TR 100% DI-OVER-CETIP)	20.529
MEZ 3 Energia S.A.	Banco Itaú - CCB	BRL	16/12/2022	16/12/2022	Taxa = 3,50% por 360 dias (TR 100% DI-OVER-CETIP)	7.248
MEZ 3 Energia S.A.	Banco ABC - CCB	BRL	23/05/2022	23/05/2022	Taxa = 100% CDI + 3,75%	21.077
MEZ 4 Energia S.A.	Banco Itaú - CCB	BRL	16/12/2022	16/12/2022	Taxa = 3,50% por 360 dias (TR 100% DI-OVER-CETIP)	7.248
MEZ 4 Energia S.A.	Banco Bradesco - USD	BRL	31/05/2022	31/05/2022	Taxa = 100% CDI + 3,25%	21.819
MEZ 5 Energia S.A.	Banco Itaú - NP	BRL	18/02/2022	18/02/2022	Taxa = 100% CDI + 2,85% 252 D.U.	101.893
MEZ T1 Energia S.A.	Banco Itaú - NP	BRL	27/04/2022	27/04/2022	Taxa = 100% CDI + 2,85% 252 D.U.	55.934
						378.172

b. Movimentação 2021:

Controladora Instituições Financeiras	Saldos em 05/07/2021	Adições	Variação cambial	Custo de captação	Juros	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2021
-	-	55.000	-	(121)	1.055	-	-	55.934
	-	55.000	-	(121)	1.055	-	-	55.934

Instituições Financeiras	Saldos em 05/07/2021	Adições	Variação cambial	Custo de captação	Juros	Amortização de juros	Amortização de principal	Saldos em 31/12/2021
Banco BTG - Debentures - MEZ 1	-	130.000	-	(1.579)	4.828	-	-	133.249
Banco Safra - CCB - MEZ 1	9.966	-	-	-	528	(486)	(833)	9.175
Banco Itaú - CCB - MEZ 1	51.212	-	-	-	1.095	(2.787)	(49.520)	-
Banco ABC Brasil -CCB - MEZ 2	20.297	-	-	(18)	960	(710)	-	20.529
Banco Itaú - CCB - MEZ 3	7.602	-	-	-	376	(50)	(680)	7.248
Banco ABC - CCB - MEZ 3	20.052	-	-	-	1.327	(302)	-	21.077
Banco Itaú - CCB - MEZ 4	7.602	-	-	-	376	(50)	(680)	7.248
Banco Bradesco - USD - MEZ 4	20.000	-	1.404	-	415	-	-	21.819
Banco Itaú - NP - MEZ 5	-	100.000	-	(26)	1.919	-	-	101.893
Banco Itaú - LOAN 4131 - MEZ 5	50.000	-	-	-	1.713	(1.713)	(50.000)	-
Banco Itaú - NP - MEZ T1	-	55.000	-	(121)	1.055	-	-	55.934
	186.731	285.000	1.404	(1.744)	14.592	(6.098)	(101.713)	378.172

CCB Banco Itaú: A Companhia MEZ T1, celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 2,85%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***CCB Banco Itaú:*** A Companhia MEZ 1, celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 2,80%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. Este financiamento foi quitado em 29 de novembro de 2021. ***CCB Banco Safra:*** A Companhia MEZ 1, celebrou junto ao Banco Safra o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,79%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***Debêntures Banco BTG:*** A Companhia MEZ 1, celebrou junto ao Banco BTG a debeture CVM 476, não conversível, com taxas de 100% CDI + Spread 2,50%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***CCB Banco ABC:*** A Companhia MEZ 2, celebrou junto ao Banco ABC o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,10%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***CCB Banco Itaú:*** A Companhia MEZ 3, celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,50%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***CCB Banco ABC:*** A Companhia MEZ 3, celebrou junto ao Banco ABC o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,75%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***CCB Banco Itaú:*** A Companhia MEZ 4, celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,50%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***CCB Banco Bradesco:*** A Companhia MEZ 4, celebrou junto ao Banco Bradesco o contrato de de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 3,25%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. ***Banco Itaú 4131:*** A Companhia MEZ 5, celebrou junto ao Banco Itaú o contrato de de empréstimo 4131 "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 2,80%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. O financiamento não tem obrigações de comprovação de *Covenants*. Este financiamento foi quitado em 20 de dezembro de 2021. ***NP Banco Itaú:*** A Companhia MEZ 5, celebrou junto ao Banco Itaú uma NP de empréstimo "ponte" com taxas de 100% CDI + Spread 2,85%, para arcar com os fluxos iniciais do projeto até a estruturação do empréstimo de longo prazo. Todos os financiamentos das controladas não tem obrigações de comprovação de *Covenants.* Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

Consolidado	
2022	241.173
2023	136.999
	378.172

12. Impostos diferidos:

	Nota	Passivo Não Circulante
Pis e Cofins	12.1	16.351
Imposto de renda e Contribuição social	12.2	13.294
		29.645

12.1. PIS e COFINS diferidos: Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%, das companhias controladas.

	31/12/2021
Saldo PIS E COFINS (Controladas) 05/07/2021	**1.284**
Receita de construção	385.441
Receita de Remuneração do ativo contratual	27.169
Receita de operação e manutenção	178
Base de cálculo	**412.788**
Aliquotas PIS e COFINS	3,65%
PIS e COFINS diferidos	**15.067**
Saldo em 31/12/2021	**16.351**

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12, são reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Composição:	2021 IRPJ	CSLL	TOTAL
Base IR e CS Diferidos	30.101	47.700	
Aliquota utilizadas para o cálculo	25%	9%	
	7.525	**4.293**	**11.818**

12.3. Imposto de renda e contribuição social correntes: A base de calculo do limposto de renda e da contribuição social correntes, refere-se a recuperação da RAP (Receita Anual Permitida) durante o periodo provenientes do regime de incidência de lucro presumido. A base de calculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no resultado do exercício refere-se a movimentação do ativo de contrato do período, provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

	2021 IRPJ	CSLL	TOTAL
Base IR e CS Diferidos	8.601	8.601	
Aliquota utilizadas para o cálculo	25%	9%	
	2.180	**785**	**2.965**

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R$ 44.011, dividido em 44.011 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2021 Quantidade de quotas	R$ mil	% do capital social
MEZ Energia e Participações Ltda.	44.010.943	44.011	100,00%
	44.010.943	**44.011**	**100,00%**
*Direito de concessão	-	9.902	-
Total capital social	**44.010.943**	**53.913**	**-**

O valor de R$44.011 é compostos pela Transferência de Participação Societária no montante de R$29.006 que ocorreu em 05 de julho de 2021 e o aumento de Capital no montante de R$15.005 durante o exercício de 2021. **b. Destinação do lucro:** A destinação do lucro da Companhia,conforme contrato social, será decidida pelos acionistas na AGO.

	31/12/2021
(=) Lucro do exercício	112.600
(-) Constituição da reserva Legal (5% do lucro líquido)	(5.630)
(-) Constituição da reserva de lucros a realizar/ Absorção de prejuízos	(106.970)
	-

Reserva Legal: A reserva legal é constituída em 5% do lucro líquido do exercício, apurada em cada exercício social, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo desta reserva é de R$ 5.630. **Reserva de lucros a realizar:** O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76. Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2021 o montante desta reserva é de R$ 106.970.

14. Receita operacional líquida

Consolidado	31/12/2021
Receita de construção	385.441
Receita de operação e manutenção	178
Remuneração dos ativos de contrato	27.169
	412.788
(-) PIS sobre Receitas - Corrente	(34)
(-) COFINS sobre Receita - corrente	(156)
(-) PIS sobre Receita - diferido	(2.683)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(12.383)
(-) Encargos regulatórios	(54)
	(15.310)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**397.478**

15. Custo de construção

	Controladora 31/12/2021 Despesa	Consolidado 31/12/2021 Custo	Despesa	Total
Custo de construção	-	269.631	-	**269.631**
Pessoal	-	-	828	**828**
Material	-	-	114	**114**
Serviços de terceiros	538	-	1.187	**1.187**
Arrendamentos e aluguéis	-	-	11	**11**
Tributos	3	-	11	**11**
Amortização	-	-	3	**3**
	541	**269.631**	**2.154**	**271.785**

16. Resultado Financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	354	354
PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(11)	(11)
Outras receitas financeiras	-	177
	343	**520**
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.055)	(1.055)
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(16)	(60)
Outras despesas financeiras	-	(283)
	(1.071)	**(1.398)**
	(728)	**(878)**

17. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. **a. Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (iv) Risco de crédito. (i) Risco de mercado. (ii) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. ***(i) Riscos de crédito:*** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. **Contas a receber - Ativo de Contrato** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ***(i) Risco de mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:* A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Controladora

Operação	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	(25%) Cenário A	(50%) Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	12.923	Queda da taxa CDI	571	428	286
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**(25%)**	**(50%)**
CDI %			4,42%	3,32%	2,21%

Consolidado

Operação	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	(25%) Cenário A Cenário A	(50%) Cenário B Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	163.688	Queda da taxa CDI	7.235	5.426	3.618
Referência para ativos financeiros			**Cenário provável**	**(25%)**	**(50%)**
CDI %			4,42%	3,32%	2,21%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 4,42% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Controladora

Operação	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	(25%) Cenário A	(50%) Cenário B
Passivos Financeiros					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	55.934	Aumento da taxa CDI	2.472	3.090	3.708
Referência para passivos financeiros			**Cenário provável**	**25%**	**50%**
CDI %			4,42%	5,53%	6,63%

Consolidado

Operação	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	(25%) Cenário A	(50%) Cenário B
Passivos Financeiros					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	378.172	Aumento da taxa CDI	16.715	20.894	25.073
Referência para passivos financeiros			**Cenário provável**	**25%**	**50%**
CDI %			4,42%	5,53%	6,63%

Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. ***(ii) Riscos operacionais:*** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. (iii) Categorias de instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. **Ativos Financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **Passivos Financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. (iv) Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Nível	Nota	Controladora 31/12/2021 Valor contábil	Valor justo	Consolidado 31/12/2021 Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo através do resultado:						
Caixas e equivalentes de caixa	2	4	12.933	12.933	163.688	163.688
Passivos Financeiros					-	-
Custo amortizado:					-	-
Fornecedores	-	9	-	-	27.732	27.732
Empréstimos e financiamentos	-	11	55.934	53.137	378.172	359.263

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **18. Seguros:** A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Controladas	Seguradora	Apólice	Tipo	Modalidade	Valor segurado	Valor do prêmio	Período de vigência
MEZ 1 Energia	Swiss Re Corporate Solutions Brasil seguros S.A.	059912020005107750015257000000	Executante construtor	Seguro Garantia	R$ 25.893.000,00	R$ 1.019.403,86	20/03/2020 a 18/06/2025
MEZ 1 Energia	Berkley International do Brasil Seguros S.A.	1006700042593	Riscos operacionais	Responsabilidade civil	R$ 187.230.361,62	R$ 61.365,80	01/03/2021 a 31/12/2022
MEZ 1 Energia	Berkley International do Brasil Seguros S.A.	1006700042593	Riscos operacionais	Riscos de engenharia	R$ 187.230.361,62	R$ 167.584,92	01/03/2021 a 31/12/2022
MEZ 3 Energia	Pottencial Seguradora S.A.	0306920189907750234069000	Riscos operacionais	Responsabilidade civil	R$ 3.207.300,00	R$ 77.110,00	21/09/2018 a 23/02/2023
MEZ 3 Energia	Pottencial Seguradora S.A.	0306920189907750234069000	Riscos operacionais	Riscos de engenharia	R$ 3.207.300,00	R$ 77.110,00	21/09/2018 a 23/02/2023
MEZ 4 Energia	Pottencial Seguradora S.A.	0306920189907750234073000	Riscos operacionais	Riscos de engenharia	R$ 2.926.050,00	R$ 70.350,00	21/09/2018 a 18/08/2023
MEZ 4 Energia	Pottencial Seguradora S.A.	0306920189907750234073000	Riscos operacionais	Responsabilidade civil	R$ 2.926.050,00	R$ 70.350,00	21/09/2018 a 18/08/2023
MEZ 4 Energia	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692021100103510006162	Riscos operacionais	Responsabilidade civil	R$ 30.191.323,97	R$ 26.845,00	27/01/2021 a 08/04/2022
MEZ 4 Energia	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692021100101670002171	Riscos operacionais	Riscos de engenharia	R$ 37.191.323,97	R$ 36.709,30	27/01/2021 a 08/04/2023
MEZ 5 Energia	BMG Seguros S.A.	017412021000107750031591	Riscos operacionais	Riscos de engenharia	R$ 45.100.600,00	R$ 1.751.707,30	05/03/2021 a 29/06/2026
MEZ 5 Energia	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692021100103510006651	Riscos operacionais	Riscos de engenharia	R$ 10.000.000,00	R$ 29.252,93	13/07/2021 a 14/08/2023
MEZ 5 Energia	FairFax Brasil Seguros Corporativos S.A.	046692021100103510006651	Riscos operacionais	Responsabilidade civil	R$ 113.519.221,00	R$ 106.604,91	13/07/2021 a 14/08/2023

19. Compromissos assumidos: Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45: Contratos de EPC : Em 30 de Outubro de 2020 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 1 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do contrato é de R$ 54.906. Em 05 de Janeiro de 2021 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 2 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do contrato é de R$ 7.530. Em 20 de Agosto de 2020 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 3 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do contrato é de R$ 7.525. Em 04 de Janeiro de 2021 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 4 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do contrato é de R$ 9.088. Em23 de Agosto de 2021 a MEZ Contruções Ltda e a MEZ 5 Energia S.A., celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), o valor total do contrato é de R$ 90.211. **20. Transações que não afetaram o Caixa:** Em 05 de julho de 2021, houve transferência da participação societária que a MEZ Energia e Participações Ltda, detinha nas empresas MEZ 1, MEZ 2, MEZ 3, MEZ 4 e MEZ 5, com a finalidade de separar este cluster para fins de Captação de recursos, conforme NE 7.1. Nesta transação não houve impacto no Caixa da Companhia.

	2021
Transferência de participação societária	64.642
Transferencia do direito de concessão	9.902
	74.544

DIRETOR
Marcos Ernesto Zarzur - CPF: 084.742.748-00

CEO
Mauricio Zarzur - CPF: 367.159.508-65

CONTADOR
Pablo Fernandes da Silva - CPF: 376.870.978-74 - CRC: 1SP 292416/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MEZ T1 Transmissora e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 05 de julho a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da MEZ T1 Transmissora e Participações S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 05 de julho a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do período de 05 de julho a 31 de dezembro de 2021. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Mensuração do ativo contratual:** Veja as notas explicativas 2.9 e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Assunto:** O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 apresenta o saldo de ativo contratual no montante de R$ 443.290 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo contratual. A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato inclui entre outros elementos, a determinação de custos e consequentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo contratual, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP. Devido à relevância do saldo do ativo de contrato e ao grau de julgamento para a determinação da margem de lucratividade de construção da infraestrutura de transmissão, de operação e manutenção e para a determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, a mensuração do ativo contratual foi considerada significativa para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo contratual; • Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado; • Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação no momento inicial, da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para a mensuração do ativo contratual incluindo avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas, especificamente a margem de lucratividade da receita de construção e de operação e manutenção, assim como, a taxa de desconto; • Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativo contratual, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período de 05 de julho a 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referente ao período de 05 de julho a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras individuais e consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do periodo de 05 de julho a 31 de dezembro de 2021 e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda - CRC SP014428/O-6, Fabian Junqueira - Contador CRC 1SP235639/O-0.

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

MEZ 9 Energia S.A.

CNPJ/MF nº 40.215.384/0001-84

Demonstrações Financeiras referentes ao período de 15 de junho até de dezembro de 2021 ***(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando de outra forma indicado)***

Balanços patrimoniais

	Nota	2021
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.332
Outros ativos circulantes		106
TOTAL ATIVO DO CIRCULANTE		**1.438**
NÃO CIRCULANTE		
Ativo de contrato	6	1.988
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**1.988**
TOTAL DO ATIVO		**3.426**

	Nota	2021
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	7	113
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		6
Outros passivos circulantes		13
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**132**
NÃO CIRCULANTE		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	59
PIS e COFINS diferidos	8	73
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**132**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	9	2.795
Reserva de lucros		367
		3.162
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**3.426**

Demonstrações de resultados

	Nota	2021
RECEITA LÍQUIDA	11	**1.915**
Custo operacionais	12	(1.452)
LUCRO BRUTO		**463**
Administrativas e gerais		(29)
DESPESAS OPERACIONAIS		**(29)**
RESULTADO OPERACIONAL		**434**
Despesa financeira		(3)
		(3)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		**431**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(5)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	(59)
Lucro líquido do período		**367**

Demonstrações de resultados abrangentes

	2021	2020
Lucro líquido do período	**367**	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	**367**	-

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31/12/2020		-	-	-	-	-
Aumento de capital	9	2.795	-	-	-	2.795
Lucro líquido do período		-	-	-	367	367
Reserva Legal	9	-	18	-	(18)	-
Reserva lucros a realizar	9	-	-	349	(349)	-
SALDOS EM 31/12/2021		**2.795**	**18**	**349**	**-**	**3.162**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		**367**	-
Remuneração dos ativos de contrato	6	(68)	-
Receita de construção	6	(468)	-
PIS e COFINS diferidos	8	73	-
IRPJ e CSLL diferidos	8	59	-
		(37)	-
Redução nos ativos			
Ativo de Contrato		(1.452)	-
Outros créditos		(106)	-
		(1.558)	-
Aumento nos passivos			
Fornecedores	7	113	-
Obrigações sociais e trabalhistas		6	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	1.761	-
Outras obrigações		13	-
		1.893	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**298**	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	9	1.034	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**1.034**	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**1.332**	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	5	-	-
Caixa e equivalentes no fim do exercício	5	1.332	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**1.332**	-

Demonstração do valor adicionado

Receitas	2021
Receita de Construção	1.920
Remuneração dos Ativos de Contrato	68
Receita Operacional	**1.988**
Insumos adquiridos de terceiros	
Custo de construção	
Pessoal	(37)
Material	(10)
Serviços de terceiros	(1.155)
Juros capitalizados	21
Adiantamento a fornecedores	(174)
Tributos	(48)
Outros	(49)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29)
	(1.481)
Valor adicionado bruto	**507**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**507**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**507**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Impostos, taxas e contribuições	
Federais	137
	137
Remuneração de capitais de terceiros	
Outras	3
	3
Remuneração de capitais próprios	
Lucro do período	367
	367
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**507**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A MEZ 9 Energia S.A. ("Companhia" ou "Transmissora"), controlada pela MEZ T2 Transmissora e Participações Ltda., é uma sociedade Anonima de Capital Fechado, constituída em 29 de dezembro de 2020 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N - Anexo Altura do N 1753 Andar 15 Sala 4 Parte – Indianápolis – São Paulo – SP. A Companhia não possui saldos comparativos, pois iniciou suas operações no exercício de 2021. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 7/2021 - ANEEL, datado de 31 de março 2021, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • SE 230/138 kV Iguatemi 2 e seccionamentos em 230 kV; Atualmente a Companhia encontra-se em fase de Construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 5.235 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5°, 10° e 15° ano da Concessão. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia: Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. • **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa n° 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamentos obtidos junto as instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 19 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Moeda fucional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado; **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6, e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: ***Instrumentos financeiros:*** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: ***Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros,quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. **(i) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** O teste de impairment do ativo de contrato é realizado de acordo os requerimentos do CPC 48/IFRS 9, conforme previsto no parágrafo 107 do CPC 47/IFRS 15. A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment.* **2.8. Ativo de contrato e reconhecimento da Receita:** A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura. Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da CompanhiaCompanhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa. Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato . Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho. **(a) Reconhecimento e mensuração de receita:** As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: • **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente. • **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato. • **Passo 3:** Determinar o preço da transação. • **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato. • **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo: (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção. (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 8,37% ao ano. Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal. **2.9 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro presumido. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **2.11. Receita e despesas financeiras:** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. **2.12. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.13. Encargos setoriais:** ***a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Companhia de Pesquisa Energética (EPE):*** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. ***b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):*** Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. ***c. Ministério de Minas e Energia (MME):*** Recolhimeto a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. **3. Mudanças nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2021 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras: • Alterações no IFRS 16/CPC 06 (R2), IFRS 4/CPC 11, IAS 39/CPC 38, CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência; • Alterações no IFRS 16/CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. **4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **4.1. IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.** Especificação de quais custos uma Companhia deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis. **4.2. IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.** Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2021
Caixa e bancos	50
Aplicações financeiras em CDB	1.282
	1.332

As aplicações estão representadas por CDB de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 75% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	31/12/2021
Banco Itaú	775
Banco Banco do Brasil	507
	1.282

6. Ativo de Contrato: Refere-se ao ativo contratual a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

Saldos em 2020	Adições	Remuneração	Juros capitalizados	Margem de construção	PIS/COFINS
-	1.473	66	-22	398	73

	31/12/2021
Circulante	-
Não circulante	1.988
	1.988

* As receitas de construção e remuneração do ativo de contrato incluem o gross-up de PIS e COFINS na alíquota de 3,65% aplicadas as Companhias de lucro presumido.

	31/12/2021
Implementação de infraestrutura	
Receita de Construção	1.920
Custo de Construção	1.453
Margem	**467**
Margem de construção	**21,50%**
Remuneração dos ativos da concessão	**68**
Taxa de desconto dos ativos contratuais	**8,37%**

7. Fornecedores

	31/12/2021
Serviços	113
	113

8. Impostos diferidos

	Nota	Passivo Não Circulante
Pis e Cofins	8.1	73
Imposto de renda e Contribuição social	8.2	59
		132

8.1. Pis e Cofins diferidos: Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

	31/12/2021
Receita de construção	1.920
Receita Remuneração do Ativo de Contratual	68
Base de cálculo	**1.988**
Aliquotas PIS e COFINS	(3,65%)
PIS e CONFINS diferidos	**(73)**

8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados , de acordo com as disposições do CPC 32/IAS 12 São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Composição

	31/12/2021
Base de cálculo IRPJ	153
Aliquota IRPJ	25%
IRPJ diferido	**38**
Base de cálculo CSLL	230
Aliquota CSLL	9%
CSLL diferido	**21**
	59

9. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito é de R$ 1.034.181, dividido em 1.034.181 ações ordinárias no valor nominal de R$ 1,00 cada. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2021		
	Quantidade de ações	R$ mil	% do capital social
MEZ T2 Transmissora e Participações Ltda	2.096.103	2.096	75,00%
MEZ Energia Fundo de Investimentos em Participações	698.727	699	25,00%
	2.794.830	**2.795**	**100,00%**

10. Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possui saldo em aberto com partes relacionadas. A Remuneração da Alta Administração é paga pela MEZ Energia e Participações Ltda, e cobrado das investidas conforme regras de Rateio da Resolução Normativa 699 ANEEL. A Companhia efetuou o pagamento de R$32 a título de remuneração da Alta Administração no exercício de 2021.

11. Receita operacional líquida:	31/12/2021
Receita de construção	1.920
Remuneração dos Ativos de Contrato	68
	1.988
(-) PIS sobre Receita - diferido	(13)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(60)
	(73)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**1.915**

12. Custo de construção

	2021
Pessoal	37
Material	10
Serviços de terceiros	1.308
Tributos	48
Outros	50
	1.453

13. Instrumentos financeiros: sta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. **a. Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (iii) Risco de crédito. (i) Risco de mercado. (ii) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. ***(i) Riscos de crédito:*** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir: • **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • **Contas a receber - Ativo de Contrato** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. ***(ii) Risco de mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. *Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:* A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. • **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	1.282	Queda da taxa CDI	57	42	28

Referência para ativos financeiros	Cenário provável	-25%	-50%
CDI %	4,42%	3,32%	2,21%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 4,42% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. • **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. ***(iii) Riscos operacionais:*** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhiarial. • **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). • **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **b. Categorias de instrumentos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil. Ativos Financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

MEZ 9 Energia S.A.

base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: - Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e - Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Passivos Financeiros: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **c. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31/12/2021			
	Nível	Nota	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Valor justo através do resultado:				
Caixas e equivalentes de caixa	2	5	1.332	1.332
Passivos Financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores	-	7	113	113

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **14. Seguros:** A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2021 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir: * Os valores abaixo referentes a valor segurado e valor do prêmio estão apresentados em Reais.

Descrição da garantia	
Seguradora:	BMG Seguros S.A.
Apólice:	0174120210001077500315 81
Tipo:	Executante construtor
Modalidade:	Seguro Garantia
Valor segurado*:	R$ 4.689.300,00
Valor do prêmio*:	R$ 130.831,47
Período de vigência:	05/03/2021 a 29/12/2024

DIRETOR
Marcos Ernesto Zarzur
CPF: 084.742.748-00

CEO
Maurício Zarzur
CPF: 367.159.508-65

Contador
Pablo Fernandes da Silva
CPF: 376.870.978-74 - CRC: 1SP 292416/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da **MEZ 9 Energia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 9 Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da MEZ 9 Energia S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente o período de 09 de abril a 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja não é requerida companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de abril de 2022. São Paulo, 19 de abril de 2022. KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP014428/O-6, Fabian Junqueira Sousa - Contador CRC 1SP235639/O-0.

Reserva Paulista Administradora de Parques S/A.

CNPJ/MF nº 42.768.967/0001-68 – NIRE 35.237.477.393

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de abril de 2022

Aos 04 dias do mês de abril do ano de 2022, em reunião virtual realizada através do aplicativo "Zoom", reuniram-se em assembleia geral extraordinária os acionistas da **Reserva Paulista Administradora de Parques S/A.** ("Companhia"), onde foi realizada reunião em Assembleia Geral Extraordinária, a qual compareceram pela acionista **Livepark Entretenimento e Participações Ltda**., pessoa jurídica direito privado, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.545, conj. 155 e 157, parte, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 38.731.473/0001-31, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.236.373.225, neste ato representada na forma de seu contrato social pelo Sr. Rogério Dezembro, brasileiro, casado, publicitário, portador da Carteira de Identidade nº 14.494.669-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 104.986.958-32 e o Sr. Rodrigo Bertho Mathias, brasileiro solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG, nº 30.093.896-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 336.088.928-26, ambos com endereço profissional da sede da empresa**;** pela acionista **Oceanic Atrativos Turísticos S/A.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 4.000, nº 133, Centro, CEP 88330-180, Balneário Camboriú/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.071.677/0001-44, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42300047538, neste ato representada na forma de seu estatuto social pelo Sr. Cristiano Schaefer Buerger Filho, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5.358.432 SESP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº 055.712.299-69, com endereço profissional da sede da empresa que ora representa; pela acionista **Turita Participações Ltda**., com sede à Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 4.777, 5 andar, Cj Sul, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05.477-902, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.546.713/0001-20, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.222.262.434, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seus sócios administradores, Sr. Marco Antônio Salvoni, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 8.757.374-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 041.857.968-70, e Sr. Gustavo Assumpção, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 7.604.011-SSP/SP e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 064.999.808-11, ambos com endereço profissional da sede da empresa, pela acionista **Egypt Engenharia e Participações Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Bento de Andrade, nº 458, Jd. Paulista, São Paulo/SP, CEP 04.503-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.167.562/0001-97, neste ato representada na forma de seu contrato social por Mario Tadeu Shkair Farhat, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.907.270-SSP/SP e do CPF nº 035.559.728-47, com endereço profissional da sede da empresa; pela acionista **Era-Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.035.222/0001-95; com sede na Rua Antônio do Campo, nº 191, Bairro Pedreira, São Paulo/SP, CEP04.459-000, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo com o NIRE 35.212.170.693, neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos por seus sócio administrador Sr. Reinaldo Kawaoka Miyake, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 11.239.376-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 714.716.428-28, e por seu procurador Sr. André Margarido Pacheco, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador de cédula de identidade e RG nº 12.923.880 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 129.097.868-97, ambos com endereço comercial na sede da empresa que ora representam; e pela sócia **Pavienge Terraplenagem e Pavimentação Ltda**., pessoa jurídica direito privado, com sede na Avenida Vida Nova, nº 28, sala 404 lado B, Jd Maria Rosa, CEP 06764-045, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.355.988/0001--02, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.206.349.202, neste ato representada na forma de seu estatuto social, pelo Sr. Eduardo Kalil Jorge, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 21.175.125-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 267.997.838-67, com endereço profissional da sede da empresa que ora representa. Portanto, compareceu a totalidade da participação acionária da Companhia, que se faz com o objetivo de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia, qual seja: a) deliberar sobre alteração e/ou constituição de garantia de alienação fiduciária em operação no valor de R$ 25.200.000,00 (vinte e cinco milhões e duzentos mil reais), em substituição à aplicação financeira aprovada por garantia real em imóveis. Indicado pela maioria dos presentes como Presidente da Assembleia, o Sr. Rogerio Dezembro, já qualificado, convidou para secretariá-lo o Sr. Cristiano Schaefer Buerger Filho, acima qualificado. Diante da exposição dos assuntos da ordem do dia, passou-se à proposta da Diretoria, que fora lida pelo Presidente da Assembleia, conforme a seguir transcrito: Item "A" da ordem do dia: **Proposta da Diretoria** – a) deliberar sobre alteração e/ou constituição de garantia de alienação fiduciária em operação no valor de R$ 25.200.000,00 (vinte e cinco milhões e duzentos mil reais), em substituição à aplicação financeira aprovada por garantia real através de imóveis relativa à Cédula de Crédito Bancário firmada junto ao Banco Itaú S.A., tendo em vista que a presente proposta vem ao encontro dos interesses sociais, somos de parecer que a mesma deve ser aprovada por essa Assembleia sem qualquer restrição. Após a leitura da proposta, o Presidente da Assembleia colocou a matéria em discussão a fim de que se manifestassem os interessados. Com a decorrência do tempo necessário e como os presentes não desejaram fazer uso da palavra no tocante ao assunto em tela, submeteu-se a mesmo à votação, tendo sido aprovado, sem restrições, por unanimidade pela totalidade dos acionistas. A seguir o Presidente da Assembleia franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso para discorrer sobre outros assuntos de interesse social. Ninguém tendo se manifestado, o Presidente da Assembleia deu por encerrado os trabalhos, determinando a lavratura da presente Ata, a qual lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente da Assembleia, por mim, – Secretário, e pelos demais presentes à Assembleia, os quais representaram 100% do Capital Social. Livepark Entretenimento e Participações Ltda., Oceanic Atrativos Turísticos S/A, Turita Participações Ltda., Egypt Engenharia e Participações Ltda, Era-Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda., Pavienge Terraplenagem e Pavimentação Ltda., – Acionistas. A presente ata retrata fielmente todos os fatos havidos. Nada havendo a acrescentar. São Paulo, 04 de abril de 2022. **Rogério Dezembro** – Presidente da Assembleia e Diretor da Companhia; **Cristiano Schaefer Buerger Filho** – Secretário. **Livepark Entretenimento e Participações Ltda.** por Rogerio Dezembro e Rodrigo Bertho Mathias; **Oceanic Atrativos Turísticos S/A.** por Cristiano Schaefer Buerger; **Turita Participações Ltda.** por Marco Antônio Salvoni e Gustavo Assumpção; **Egypt Engenharia e Participações Ltda.** por Mario Tadeu Shkair Farhat; **Era-Técnica Engenharia Construções e Serviços Ltda.** por Reinaldo Kawaoka Miyake e André Margarido Pacheco; **Pavienge Terraplenagem e Pavimentação Ltda.** por Eduardo Kalil Jorge.

Grupos de direitos humanos citam preocupação sobre discurso de ódio em compra do Twitter por Musk

Grupos de direitos humanos levantaram nesta segunda-feira preocupações sobre discurso de ódio no Twitter e o poder que a venda da empresa dará ao bilionário Elon Musk depois que o autoproclamado "absolutista da liberdade de expressão" acertou acordo para comprar a rede social e torná-la empresa de capital fechado.

Musk, que também é presidente-executivo da fabricante de carros elétricos Tesla, e tem criticado as políticas do Twitter de moderar conteúdo na plataforma.

O bilionário, que tem cerca de 84 milhões de seguidores no Twitter, disse que a empresa precisa se tornar um fórum genuíno para a liberdade de expressão. Em um comunicado após garantir o acordo de compra da plataforma nesta segunda-feira, Musk descreveu a liberdade de expressão como "a base de uma democracia em funcionamento".

O Twitter não é apenas mais uma empresa, observaram os defensores dos direitos humanos. "Independentemente de quem controla o Twitter, a empresa tem como responsabilidade o respeito aos direitos das pessoas ao redor do mundo que confiam na plataforma. Mudanças em suas políticas, recursos e algoritmos, grandes e pequenas, podem ter impactos desproporcionais e às vezes devastadores, incluindo violência offline", disse Deborah Brown, pesquisadora de direitos digitais e defensora da Human Rights Watch, à Reuters.

"A liberdade de expressão não é um direito absoluto e é por isso que o Twitter precisa investir em esforços para manter seus usuários mais vulneráveis seguros na plataforma", acrescentou.

O Twitter não respondeu imediatamente a um pedido de comentário sobre as preocupações levantadas pelos grupos defensores dos direitos humanos.

Reuters

Empresas se unem para popularizar o carro elétrico no País

Nove empresas ligadas ao setor automobilístico anunciaram nesta segunda-feira, 25, uma aliança para estimular o desenvolvimento do mercado de veículos com zero emissões de carbono no País. Entre as metas do grupo, formado por companhias como 99, Caoa Chery, Unidas, Movida, Raízen, Tupinambá Energia, Zletric e Ipiranga, estão o aumento da participação de carros elétricos para 10% das vendas totais no mercado nacional – hoje, a modalidade representa menos de 2% do mercado – e a criação de 10 mil estações públicas de carregamento.

"O carro elétrico é o futuro, mas o processo de transformação da frota começa agora e não queremos fazer isso sozinhos. A aliança serve justamente para unir as pontas dessa cadeia para estimular a demanda e a oferta", afirmou ao Broadcast Thiago Hipólito, diretor do centro de inovação da 99, chamado DriverLab. A empresa, que planeja eletrificar 100% de sua frota até 2030, lidera a aliança em prol do carro elétrico. Para este ano, a companhia prevê 300 veículos eletrificados em sua frota, com foco em São Paulo.

Embora a 99 não abra valores de investimento na aliança, Hipólito relata que a companhia está investindo, em 2022, cerca de R$ 100 milhões em uma estratégia para tornar o veículo mais acessível para o motorista de aplicativo e contribuir para tornar suas finanças mais "saudáveis".

Apesar da ambição da empresa de transporte por aplicativo, as montadoras vêm afirmando publicamente que, sem uma política concreta de estímulos à fabricação de carro elétrico, o Brasil terá dificuldades para aumentar a participação desse tipo de veículo no mercado.

Reuters

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A.

CNPJ/MF nº 61.603.387/0001-65

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	**3.322**	**293**
Aplicações financeiras	3	18.666	682
Contas a receber de clientes	4	50.402	51.645
Estoques		1.629	1.903
Impostos a recuperar		392	1.086
Partes relacionadas	5	42.359	41.359
Outros créditos		2.564	2.165
Total ativo circulante		**119.334**	**99.133**
Não circulante			
Contas a receber de clientes	4	516	792
Depósitos judiciais	12	7.224	6.462
Precatórios a receber	6	35.113	53.035
Impostos diferidos	11	6.215	3.791
Outros créditos		2.134	2.267
		51.202	**66.347**
Propriedades para investimentos	7	7.100	7.100
Imobilizado	8	20.855	20.462
Intangível	8	242	342
Total do ativo não circulante		**28.197**	**27.904**
Total do ativo		**198.733**	**193.384**

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores		6.074	5.710
Empréstimos e financiamentos		42	–
Salários, férias e encargos sociais a pagar	9	25.544	21.825
Impostos a pagar	10	13.423	10.256
Dividendos a pagar		–	2.494
Imposto diferido	11	8.402	8.497
Outras contas a pagar		225	232
Total do passivo circulante		**53.710**	**49.013**
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	10	8.522	8.522
Passivo fiscal diferido	11	11.111	11.145
Provisões para riscos trabalhistas	12	2.744	3.037
Outras Provisões	13	19.366	11.734
Total do passivo não circulante		**41.744**	**34.438**
Patrimônio líquido	**14**		
Capital social		36.886	36.886
Reservas de capital		48.817	48.817
Reservas legal		4.579	4.127
Ajustes avaliação patrimonial		5.906	5.906
Reservas de lucros		7.091	14.198
Total do patrimônio líquido		**103.279**	**109.934**
Total dos passivos		**95.454**	**83.451**
Total do passivo e patrimônio líquido		**198.733**	**193.384**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de serviços	15	291.168	264.329
Custo dos serviços prestados	16	(243.044)	(212.286)
Lucro bruto		48.124	52.043
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas	16	(28.850)	(26.643)
Outras despesas	17	(992)	(570)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos		18.282	24.830
Receitas financeiras	18	772	315
Despesas financeiras	18	(882)	(637)
Resultado financeiro líquido		(110)	(322)
Resultado antes dos impostos		18.172	24.508
Imposto de renda e contribuição social – correntes	11	(10.754)	(11.705)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	11	2.552	2.977
Resultado líquido		9.970	15.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido	9.970	15.780
Constituição e reversão de provisão	7.513	4.674
Depreciação e amortização	2.335	2.190
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	627
(Reversão) constituição de provisões para riscos trabalhistas	(293)	(1.751)
Resultado na venda do ativo imobilizado	(5)	18
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	(2.552)	(2.943)
Juros provisionados empréstimos e financiamentos	42	–
	17.009	**18.595**
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber de clientes	1.519	6.461
Estoques	274	(570)
Impostos a recuperar	695	883
Depósito judiciais	(762)	121
Outros créditos	16.657	1.553
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	364	(1.929)
Salários, férias e encargos sociais a pagar	3.719	(4.858)
Impostos e contribuições a recolher	6.757	592
Outras contas a pagar e provisões	(7)	1.332
Caixa provenientes das atividades operacionais	**46.225**	**22.181**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.590)	1.298
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	–	327
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**42.635**	**23.806**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Valor recebido por venda de bens do ativo imobilizado	16	–
Aquisição de imobilizado	(2.639)	(3.134)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	**(2.623)**	**(3.134)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	(18.998)	(17.501)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	–	(5.420)
Caixa líquido consumido pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(18.998)**	**(22.921)**
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**21.013**	**(2.249)**
Demonstração do aumento (da redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	975	3.224
No fim do exercício	21.988	975
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**21.013**	**(2.249)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**36.886**	**48.817**	**2.811**	**5.906**	**19.729**	**114.149**
Resultado do exercício	–	–	–	–	15.780	15.780
Destinações:						–
Reserval legal	–	–	1.315	–	(1.315)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(19.995)	(19.995)
Realização de lucros a destinar	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**36.886**	**48.817**	**4.127**	**5.906**	**14.198**	**109.934**
Resultado do exercício	–	–	–	–	9.970	9.970
Destinações:						–
Reserval legal	–	–	452	–	(452)	–
Distribuição de lucros	–	–	–	–	(16.625)	(16.625)
Realização de lucros a destinar	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**36.886**	**48.817**	**4.579**	**5.906**	**7.091**	**103.279**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	9.970	15.780
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado do exercício em período subsequente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	9.970	15.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A. ("Companhia") está sediada em Alameda Surubiju, 1770, Alphaville Industrial, no município de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil, e possui filiais nos Municípios de Campinas-SP, São Paulo-SP, Palmas -TO, Imperatriz-MA, Recife-PE, Porto Alegre-RS, Fortaleza-CE, João Pessoa-PB, Rio Largo-AL, Rio de Janeiro-RJ, Aracaju- SE e Belo Horizonte--MG. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços de limpeza e conservação de imóveis de qualquer natureza, especialmente técnica hospitalar, limpeza industrial, leitura de medidores com ou sem emissão simultânea de contas envolvendo água, energia elétrica, gás, paisagismo e urbanismo, realizando projetos de execução, conservação e manutenção de áreas verdes, controle de operações e fiscalização de portarias e demais serviços complementares e afins. A Companhia iniciou suas operações no ano de 1957. Atualmente aproximadamente 63% das receitas da Companhia advém de contratos firmados com entidades públicas, e o restante advém de empresas privadas. **2. Sumário das políticas contábeis** – **2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros a valor justo e por meio do método de ajuste a valor presente, análise de risco para determinar a provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Em 2021 a Companhia analisou e alterou a classificação entre curto e longo prazo dos valores apresentados na rubrica de Impostos e contribuições a recolher (nota 10). Os valores da mesma rubrica do exercício anterior foram reclassificados para melhor comparabilidade como segue:

			31/12/2020
	original apresentado	**reclas-sificação**	**reapre-sentado**
Impostos e contribuições a recolher	18.778	–	18.778
Parcela longo prazo	(1.597)	(6.925)	(8.522)
Parcela curto prazo	**17.181**	**(6.925)**	**10.256**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. **2.2. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. **2.3. Reconhecimento da receita:** Serviços prestados: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, com base em suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e a especificação de cada serviço prestado. Os serviços prestados até o encerramento das demonstrações financeiras, porém não faturados, são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações financeiras. As receitas, em geral, são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, as mesmas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado no período em que a Administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas da Companhia compreendem juros sobre aplicações financeiras; juros ativos sobre empréstimos; descontos concedidos; tarifas bancárias; e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas nos balanços pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos que não apresenta diferença relevante para o valor presente destes. A provisão para perda do valor recuperável é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em critérios consistentes e estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.6. Estoques:** Os estoques são incialmente avaliados ao custo médio ponderado histórico. Porém, a cada encerramento de exercício, a Companhia promove ajustes para que os seus estoques sejam apresentados nas demonstrações financeiras ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor. **2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são definidos no momento de seu reconhecimento inicial. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. **2.9. Provisões:** Geral: As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.10. Tributação:** Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
Imposto sobre serviços (ISS)	2% a 5%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	1,65%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Imposto de renda e contribuição social correntes: A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$60 mil no trimestre, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03(R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **2.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A verificação do valor residual de um ativo pode ser elaborada de maneira individual ou por meio de um agrupamento em unidades geradoras de caixa. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **2.13. Instrumentos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. Mensuração subsequente: A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. **2.14. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados:** Instrumentos Financeiros (CPC 48) A norma CPC 48 substituiu a partir de 1º de janeiro de 2018 a norma vigente CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças: classificação e mensuração de ativos financeiros; redução do valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas"); e contabilidade de *hedge*. A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do CPC 38. Receita de contratos com clientes (CPC 47) A norma CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A norma CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 – Receitas. As alterações entraram em vigor para os períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou as novas normas na data efetiva, e não identificou nenhum impacto significativo destas alterações em suas demonstrações financeiras. Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A Companhia possui um número reduzido de contratos de arrendamento e, com base nas regras definidas no CPC 06 (R2) está desobrigada a proceder ao reconhecimento de arrendamentos no ativo imobilizado.

3. Caixa e equivalentes de caixa	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	3.322	293
Aplicações financeiras	18.666	682
	21.988	975

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber de clientes	**2021**	**2020**
Clientes – faturados	28.127	30.457
Clientes – *a faturar*	22.950	22.172
	51.077	52.628
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(675)	(984)
	50.402	51.645
Classificado ativo não circulante	516	792
	50.918	52.437

Em 31 de dezembro de 2021, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2021
A vencer	**50.359**
Vencidos	
Até 90 dias	**587**
De 91 a 180 dias	**–**
De 181 a 360 dias	**63**
Mais de 360 dias	**584**
	51.593

As contas a receber de clientes são mantidas em sua totalidade em Reais (R$). A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia. A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2021
Saldo inicial	**983**
(Constituição)/reversão líquida	**(308)**
Saldo final	**675**

5. Transações com partes relacionadas – Operações com pessoal chave da administração: Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas administrativas". Remuneração de pessoal chave da Administração: O pessoal chave da Administração é composto pela Diretora. A remuneração paga aos diretores é definida na Reunião dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R$3.672 mil em 2021 (R$3.370 mil em 2020). Transações com partes relacionadas

Saldos	**2021**	**2020**
Ativo circulante		
Adiantamentos com Sócios minoritários	36.185	36.185
Conta corrente com Sócios minoritários	6.174	5.174
	42.359	41.359

6. Precatórios a receber – Decorrente de créditos do contrato com o Hospital das Clínicas da Universidade do Estado de São Paulo (decorrentes de parte dos créditos junto ao Poder Público de competência de 1994 e 1997), sendo que o Governo do Estado reconheceu os créditos a medida de conversão destes em precatórios, sendo que a Companhia recebeu 07 das 10

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

… continuação

Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A.

parcelas anuais. Os saldos em aberto correspondem as parcelas vencidas entre 2010 e 2013 encontram-se atualizados com o índice determinado pelo tribunal de justiça do Estado de São Paulo, em 2021 foram recebidos R$ 17.922. A Administração da Companhia está pleiteando junto com seus assessores jurídicos o recebimento do saldo remanescente. **7. Propriedade para investimento** – Durante o ano de 2013 a Companhia reuniu condições suficientes para calcular o valor justo de seus imóveis urbanos para investimento. A administração da Companhia adotou o método de valor justo das propriedades para melhor refletir o valor de realização de suas propriedades (imóveis urbanos) em seu negócio. A avaliação pelo valor justo das propriedades para investimentos foi realizada por método proprietário, suportado por taxas e evidências do mercado. Dessa forma, o valor justo das propriedades para investimentos baseou-se em avaliação interna realizada por profissionais que possuem experiências nas propriedades que foram avaliadas.

8. Imobilizado e intangível

	Custo				Depreciação				Saldo liquido	
	2020	Adições	Baixas	2021	2020	Adições	Baixas	2021	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	429			429				–	429	429
Prédios e contruções	11.316	–	(261)	11.055	(1.785)	(178)	261	(1.702)	9.353	9.531
Máquinas e equipamentos	22.340	2.129	(1.695)	22.774	(12.740)	(1.791)	1.686	(12.845)	9.929	9.600
Móveis e utensilios	2.093	244	(524)	1.813	(1.385)	(126)	521	(990)	823	708
Veículos	1.608	266		1.874	(1.414)	(140)	1	(1.553)	321	194
Total imobilizado	37.786	2.639	(2.480)	37.945	(17.324)	(2.235)	2.469	(17.090)	20.855	20.462
Intangivel	850	–	(2)	848	(508)	(100)	2	(606)	242	342

9. Salários, remunerações e encargos sociais

	2021	2020
Salários a pagar	8.226	7.252
Provisão de ferias	10.266	8.486
Encargos a pagar	6.739	5.428
Outros	313	659
	25.544	21.825

10. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
Pis/Cofins a pagar	5.325	3.888
IRPJ/CSLL	6.033	7.772
Impostos indiretos sobre serviços a faturar	2.786	2.675
IOF	2.000	2.002
Parcelamentos tributários	5.154	1.803
Outros	647	638
	21.945	18.778
Longo prazo	(8.522)	(8.522)
	13.423	**10.256**

11. Imposto de renda – a) Corrente: A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e sua conciliação entre a alíquota nominal e efetiva estão demonstradas a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.172	24.508
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(6.178)	(8.333)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes dos anos anteriores	(1.664)	–
Outras diferenças	(360)	(395)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(8.202)	(8.728)
Alíquota efetiva	-45%	-36%

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.754)	(11.705)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.552	2.977
	(8.202)	(8.728)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Impostos diferidos ativos		
Ativo não circulante		
Provisão para dissidio férias	526	174
Provisão para demandas judiciais	933	1.032
Provisão para INSS sistema S	4.247	1.673
Outras provisões	509	912
	6.215	**3.791**
Impostos diferidos passivos		
Passivo circulante		
Diferencias temporárias	8.402	8.497
	8.402	**8.497**
Passivo não circulante		
Custo atribuído	3.405	3.439
Sociedade em conta de participação (precatórios)	7.706	7.706
	11.111	**11.145**

12. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais – Depósitos judiciais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido por advogados externos. Quando requeridos legalmente são efetuados depósitos judiciais que totalizam em 31 de dezembro de 2021 R$ 7.224 mil (R$6.462 mil em 31 de dezembro de 2020). A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua a análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Contingências judiciais (Trabalhista)

	2021	2020
Trabalhista	2.744	3.037

Movimentação das contingências

	Trabalhista
Em 31 de dezembro de 2020	3.037
Reversão	(293)
Em 31 de dezembro de 2021	**2.744**

A Companhia tem 753 ações de natureza trabalhista no montante de R$53.772 mil classificado como provável e possível de perda. O valor da provisão é calculado em base de percentual do total de ações pagas, sobre sua quantidade representativa, ticket médio por ação. **13. Outras Provisões**

	2021	2020
Provisões honorários SCP (Precatórios)	3.621	3.621
INSS sistema S	12.488	4.921
Diversos	3.257	3.192
Em 31 de dezembro de 2021	**19.366**	**11.734**

14. Patrimônio líquido – a) Capital social: *Ações ordinárias:* O capital social está representado por 36.886.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Onet Sormiou Participações Ltda.	**25.820.200**	**70%**	25.820.200	70%
Emiliano Abrão Sampaio Novais	**5.532.900**	**15%**	5.532.900	15%
Fernando Sampaio Novais	**5.532.900**	**15%**	5.532.900	15%
	36.886.000	**100%**	36.886.000	100%

Ações preferenciais: A Companhia emitiu 10 ações preferenciais todas nominativas e sem valor nominal preço total de R$10,00 (dez reais). Essas ações: (i) não tem direito a voto nas Assembleias Gerais; (ii) têm direito de receber dividendos fixos, podendo ser com determinados ativos da Companhia, anuais e cumulativos com prioridade no recebimento, se determinados índices forem atendidos e mediante aprovação do Conselho de Administração, e (iii) as ações preferenciais de determinada pode ser convertida em ação ordinária, a razão de 1 (um) para (1) um. b) Reserva de lucros: *Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Ajustes de avaliação patrimonial: É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27. *Reservas de lucros a destinar:* A destinação será estabelecida por meio de assembleia de acionistas, mediante aprovação das demonstrações financeiras.

15. Receita operacional líquida

	2021	2020
Serviços prestados	330.895	300.399
Impostos sobre receitas	(39.727)	(36.070)
	291.168	264.329

16. Custos e despesas por natureza

	2021	2020
Salários e encargos	197.379	170.329
Benefícios a funcionários	39.510	33.510
Material	15.943	15.982
Serviços terceiros	12.494	11.948
Depreciação	2.335	2.190
Honorários	462	998
Outros	3.771	3.972
	271.894	238.929

17. Outras despesas

	2021	2020
Receitas		
Lucro/Prejuízo na venda de bens	(5)	153
	(5)	153
Despesas		
Baixa depósitos judiciais	–	(723)
Outras despesas	(987)	
	(987)	(723)
	(992)	**(570)**

18. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas		
Rendimento de aplicações	377	226
Outros	395	89
	772	**315**
Despesas		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(247)	(437)
IOF	(137)	(51)
Outros	(498)	(149)
	(882)	(637)
Resultado Financeiro	**(110)**	**(322)**

19. Seguros (não auditado) – A Empresa mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros aos quais seu imobilizado e estoques estão expostos. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2021 é considerado suficiente pela Administração, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos dos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Empresa e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros** – As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Marcelo Alexandre de Castro Coimbra Orpinelli – Diretor Presidente
Rita de Cassia P. Silverio – Contadora CRC 1SP 333.509/O-0

Ouro fecha em queda de 1,98%, com China e Fed no radar

O contrato mais líquido do ouro fechou em baixa robusta nesta segunda-feira, 25, mesmo tendo sido uma sessão marcada pela aversão ao risco e queda dos rendimentos dos Treasuries, devido a preocupações renovadas com a expansão da covid-19 na China. Além disso, pesaram sobre o metal amarelo a alta do dólar e a expectativa por um Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) mais hawkish diante da escalada inflacionária.

O ouro para junho encerrou a sessão com perda de 1,98%, a US$ 1.896,00 a onça-troy, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex). Esse foi o menor nível em 2 meses.

A capital da China, Pequim, ordenou nesta segunda-feira que os moradores de uma área do distrito de Chaoyang, afetado pela covid-19, não deixem o local e não saiam de suas residências por razões não essenciais, informou a Reuters. Investidores estão preocupados que as políticas chinesas para combater a covid-19 perturbem ainda mais as cadeias de suprimentos globais, aumentando a inflação. "Muitas cadeias de suprimentos são diretamente impactadas pela China", disse Brian Price, chefe de gestão de investimentos da Commonwealth Financial Network. "Quanto mais tempo eles estiverem offline, mais isso alimentará a inflação em todo o mundo."

A situação da China aumentou a aversão ao risco, o que impulsionou a demanda pelo dólar e Treasuries, prejudicando o ouro.

Para o Commerzbank, o Fed agora vê a inflação como um problema urgente que deve ser resolvido em primeiro lugar. "Após um breve período de estabilização, as expectativas de inflação baseadas no mercado também aumentaram recentemente para mais de 3% pela primeira vez", disse o banco, em relatório enviado a clientes. "Aparentemente, os participantes do mercado têm dúvidas de que o Fed conseguirá controlar a inflação com os aumentos esperados das taxas de juros", completou.

De acordo com ferramenta do CME Group, o mercado embute hoje 97,6% de chances de alta de 50 pontos-base em maio, enquanto que, em março, era 72,7%.

O Commerzbank ainda destaca que como o ouro se sairá depende de quanto tempo a guerra na Ucrânia continuará e como os bancos centrais reagirão ao aumento da inflação nos próximos meses. "Eles vão decidir combater as taxas de inflação impulsionadas pelo aumento dos preços da energia e dos alimentos com fortes aumentos das taxas de juros ou hesitarão porque temem um enfraquecimento significativo da economia devido à guerra na Ucrânia e uma possível crise energética? O primeiro impediria que o ouro subisse, enquanto o último ajudaria a alta dos preços.

Isto é Dinheiro

Aversão ao risco dá o tom e Ibovespa cai e volta ao nível dos 109 mil

O Índice Bovespa iniciou o pregão desta segunda-feira em baixa firme, de volta ao patamar dos 109 mil pontos, o que não se via desde 16 de março. A queda é puxada principalmente pelas ações ligadas a commodities, em sintonia com a aversão ao risco no mercado internacional. Os riscos econômicos associados ao aumento de caso de covid-19 na China incentivam o investidor a buscar ativos de proteção, o que leva à apreciação do dólar em todo o mundo e queda das bolsas.

As commodities são os ativos mais afetados pela nova onda de covid-19 na China, devido ao temor de desaceleração econômica no país asiático.

O minério de ferro fechou em queda de quase 10% em Cingapura e os preços do barril petróleo despencam mais de 5% nos futuros de Nova York e Londres. A bolsa de Xangai fechou com perda de 5,1%, porcentual que não se via desde 2020. O sinal é de baixa nas bolsas da Europa e os índices acionários em Nova York confirmaram a tendência de queda na abertura.

A China divulgou hoje diretrizes para explorar mais o potencial de consumo doméstico, com medidas detalhadas de como lidar com gargalos de oferta no curto prazo e impulsionar a vitalidade do consumo no longo prazo, segundo a agência de notícias oficial chinesa Xinhua. O país planeja construir uma série de armazéns nos arredores de cidades grandes e de tamanho médio para garantir o fornecimento de produtos de necessidade diária em casos de emergência.

Às 10h30, o Ibovespa tinha 109.829,49 pontos, em queda de 1,12%. Perobras ON e PN perdiam 1,92% e 2,52%, nesta ordem, enquanto Vale ON recuava 2,26%. A queda é praticamente generalizada na B3. No câmbio, o dólar à vista era negociado a R$ 4,8581, em alta de 1,10%. No mercado futuro, a divisa para liquidação em maio subia 1,21%, aos R$ 4,8680. Na renda fixa, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2025 tinha taxa de 12,12%, contra 12,14% do ajuste de sexta-feira.

No noticiário da última hora, o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, e o secretário de Defesa, Lloyd Austin, disseram hoje, após uma visita envolta em segredo a Kiev, que os EUA fornecerão mais de US$ 300 milhões em financiamento militar à Ucrânia.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Unibens Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.360.554/0001-98

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**10.291**	7.938	Fornecedores		**2**	–
Contas a receber – partes relacionadas	9	**249**	159	Obrigações fiscais		**112**	52
Estoques	5	**27.237**	29.739	Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	10	**2.257**	4.004
Dividendos e JCP a receber		**3.400**	5.857	Outras Obrigações		**17.901**	16.340
Outros ativos		**1.143**	1	Total do passivo circulante		**20.272**	20.396
Total do ativo circulante		**42.320**	43.694	Não circulante			
Não circulante				Exigível a Longo Prazo		**–**	–
Contas a receber – Partes Relacionadas	9	**4.407**	11.567	Total do passivo não circulante		**–**	–
Investimento	7	**95.474**	80.964	Patrimônio líquido	10		
Propriedade para investimento	8	**9.793**	7.951	Capital social		**100.000**	49.022
Imobilizado	6	**71**	106	Reserva de lucros		**31.793**	74.864
Total do ativo não circulante		**109.745**	100.588	Total do patrimônio líquido		**131.793**	123.886
Total do ativo		**152.065**	144.282	Total do passivo e patrimônio líquido		**152.065**	144.282

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

			Reserva de lucros			
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**49.022**	**2.338**	**67.820**	**–**	**119.180**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	5.694	5.694
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	10 c)	–	285	–	(285)	–
Dividendos propostos	10 d)	–	–	(944)	(54)	(998)
Reserva de capital de giro	10 e)	–	–	5.365	(5.355)	10
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**49.022**	**2.623**	**72.241**	**–**	**123.886**
Aumento do capital social	10 b)	50.978	**–**	(50.798)	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	9.313	9.313
Destinação do lucro líquido do exercício:		–	–	–		–
Reserva legal	10 c)	–	466	–	(466)	–
Dividendos propostos	10 d)	–	–	(946)	(88)	(1.034)
Reserva de capital de giro	10 e)	–	–	8.387	(8.759)	(372)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**100.000**	**3.089**	**28.704**	**–**	**131.793**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	11	**3.458**	1.298
Custo dos produtos e serviços vendidos		**(899)**	–
Lucro bruto		**2.559**	1.298
Receitas (Despesas) Operacionais			
Administrativas e Gerais	12	**(691)**	(172)
Depreciações e Amortizações	12	**(157)**	(159)
Equivalência		**7.511**	4.760
Outras receitas operacionais líquidas		**29**	(21)
		6.692	4.408
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**9.251**	5.706
Resultado financeiro	13		
Receitas financeiras		**524**	200
Despesas financeiras		**(1)**	(1)
		523	199
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**9.774**	5.905
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		**(461)**	(211)
Lucro líquido do exercício		**9.313**	5.694
Quantidade de Ações no Final do Período		**23.766**	23.766
Lucro por Ação		**391,86**	239,58

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**9.313**	5.694
Resultado abrangente do exercício	**9.313**	5.694

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**9.313**	5.694
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência patrimonial		**(7.511)**	(4.760)
Depreciação e amortização		**157**	159
Perda (Ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		**(29)**	21
		1.930	1.114
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		**7.070**	(1.754)
Estoques		**517**	(4.677)
Impostos a recuperar		**–**	1
Outros ativos		**(1.142)**	7
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**2**	(6)
Obrigações fiscais		**388**	176
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		**1.561**	3.798
Caixa originário das atividades operacionais:		**10.326**	(1.341)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(328)**	(183)
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais		**9.998**	(1.524)
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Valor recebido na venda de imobilizado		**50**	500
Adições ao ativo imobilizado		**–**	(5)
Adições de investimentos		**(9.216)**	(134)
Adições propriedades para investimento		**–**	(521)
Recebimento de dividendos		**4.302**	2.009
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(4.864)**	1.849
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Dividendos pagos	10 d)	**(2.781)**	(1.403)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(2.781)**	(1.403)
Aumento (Redução) de caixa e equivalente de caixa		**2.353**	(1.078)
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		**7.938**	9.016
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		**10.291**	7.938

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – A Unibens Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, locação de bens e loteamento e incorporação de bens. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual.

2. Aspectos Societários – O maior investimento em participação societária está vinculado ao controle acionário das empresas RER Participações S.A. e Rkbens Participações e Empreendimentos S.A. Em 31 de outubro de 2012, a Unibens Participações S.A. juntamente com a Kid Participações S.A., constituíram uma Sociedade em Conta de Participação (SCP's), denominada SCP-Empreendimento Loteamento São Rafael, cujo objeto social é a compra, venda, locação, desmembramento e loteamentos, incorporações imobiliárias e construções de imóveis. Em 09 de abril de 2014, a Unibens Participações S.A. juntamente com a Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários SPE TN Ltda, RER Participações S.A. e RM Participações S.A., constituíram uma Sociedade em Conta de Participação (SCP's), denominada Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, cujo objeto social é a incorporação imobiliária. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia para constituição de uma nova companhia (NR Participações S.A). O montante total do acervo cindido foi de R$2.272, dividido entre imóveis para investimentos R$2.253 e R$19 em espécie, sendo redução no capital social da Companhia no valor de R$978 e redução da reserva de lucros acumulados em R$1.294.

Relação dos ativos cindidos	**R$**
Imóveis para investimento	1.398
Imóveis para investimento em andamento	855
Dinheiro em espécie	19
Valor do acervo líquido apurado por meio de livros contábeis	2.272

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras e sumário das principais práticas contábeis – 3.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. c) Estoques: Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado ao valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. d) Propriedades para investimento: i) Imóveis acabados: São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. ii) Custos subsequentes à aquisição da propriedade: São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. e) Imobilizado: Está demonstrado ao valor de custo, deduzidos da depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. f) Grupo como arrendador: Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos. g) Tributação: A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre, é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60. h) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. h.1) Ativos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. ii) Empréstimos concedidos e recebíveis: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. h.2) Passivos financeiros: São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. i) Reconhecimento de receita: A receita nas atividades de administração e locação de imóveis é reconhecida no período a que se refere o esforço de administrar o bem, ou de colocá-lo à disposição do locatário, e compreende o valor da taxa de administração ou do aluguel, independentemente do recebimento do valor contratado. As receitas, custos e despesas são reconhecidos mensalmente, respeitando, em especial, os Princípios da Oportunidade, Competência e Confrontação das Receitas e Despesas. Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, como terrenos e outros imóveis para revenda. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. j) Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. k) Lucro por ação: Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Aplicações financeiras – Renda Fixa (a)	10.291	7.938
Caixa e equivalentes de caixa	10.291	7.938

(a) Aplicações financeiras – Renda Fixa: Referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimentos em renda fixa, mantidas em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Sociedade ao custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 99% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Estoques

	2021	2020
Imóveis para comercialização	27.237	29.739

São ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.

6. Imobilizado

	2021	2020
Móveis e utensílios	71	106

A movimentação do custo do ativo imobilizado ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Móveis e utensílios	359	–	–	–	359
Total	359	–	–	–	359

	Saldo 2019	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2020
Móveis e utensílios	353	6	–	–	359
Total	353	–	–	–	359

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Móveis e utensílios	(253)	(35)	–	–	(288)
Total	(253)	(35)	–	–	(288)

	Saldo 2019	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2020
Móveis e utensílios	(217)	(36)	–	–	(253)
Total	(217)	(36)	–	–	(253)

7. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade controla ou participa em outras sociedades cujo contexto operacional é resumido a seguir: RER Participações S/A, participação de 40% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura. Rkbens Participações e Empreendimentos S/A, participação de 60% no capital social, sediada na cidade de São Paulo/ SP, tem como objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, compra e venda de imóveis, loteamento e incorporação imobiliária, e locação de bens. As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são as seguintes:

	Qt de Cotas 2021	Part. Capital Social (%) 2021	2020	Capital Social 2021	Patrimônio Líquido 2021	2020	Lucro do Período 2021	2020
RER Participações S/A	7.000.000	40	40	**120.000**	**160.794**	148.500	**15.349**	9.632
Rkbens Particip. e Empr. S/A	40.000.000	60	60	**40.000**	**45.389**	29.642	**2.373**	1.545

Movimentação dos investimentos em controladas avaliada pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	Saldo 31/12/2020	Integralização AFAC	Equivalência Patrimonial	Dividendos Aprovados	Outros	Saldo 31/12/2021
Investimento:						
RER Participações S/A	59.400	–	6.139	(1.222)	–	64.317
Rkbens Particip. e Empr. S/A	17.785	8.629	1.424	(605)	–	27.233
SCP-Empr. Lot S. Rafael	1.232	216	(52)	(19)	–	1.377
TOTAL	78.417	8.845	7.511	(1.846)	–	92.927

Controlada	Saldo 31/12/2019	Integralização AFAC	Equivalência Patrimonial	Dividendos Aprovados	Outros	Saldo 31/12/2020
Investimento:						
RER Participações S/A	56.753	–	3.853	(1.206)	–	59.400
Rkbens Particip. e Empr. S/A	17.447	–	926	(597)	9	17.785
SCP-Empr. Lot S. Rafael	1.136	134	(20)	(18)	–	1.232
TOTAL	75.336	134	4.759	(1.821)	9	78.417

Coligadas: • Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, Sociedade em Conta de Participação, participação de 11,82% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária. • Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TS SPE Ltda, Sociedade em Conta de Participação, participação de 10% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária. Movimentação dos investimentos em coligadas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

	31/12/2020	Integralização AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2021
Investimento em Coligada:				
SETPAR TN SPE LTDA	2.507	–	–	2.507
SETPAR TS SPE LTDA	40	–	–	40
	2.547	–	–	2.547

	31/12/2019	Integralização AFAC	Equivalência patrimonial	31/12/2020
Investimento em Coligada				
SETPAR TN SPE LTDA	2.506	–	1	2.507
SETPAR TS SPE LTDA	40	–	–	40
	2.546	–	1	2.547

8. Propriedades para Investimentos – De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar o método do valor justo ou o método do custo. Em 2021, a Companhia manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor do custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação é calculada de acordo com a Lei Fiscal em vigor.

	2021	2020
Terrenos	7.684	6.117
Edifícios e construções	1.833	1.834
Imobilizado em andamento	275	–
Total	9.793	7.951

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

... continuação

Unibens Participações S.A.

A movimentação do custo das propriedades para investimentos ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Terrenos	6.117	–	1.567	–	7.684
Edifícios e construções	3.073	–	143	(42)	3.174
Imobilizado em andamento	–	–	275	–	275
Total	9.190	–	1.985	(42)	11.133

	Saldo 2019	Adições	Transf.	*Cisão Baixas	Saldo 2020
Terrenos	6.117	521	–	(521)	6.117
Edifícios e Construções	3.073	–	–	–	3.073
Imobilizado em Andamento	–	–	–	–	–
Total	9.190	521	–	(521)	9.190

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo 2020	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2021
Edifícios e Construções	(1.239)	(123)	–	21	(1.341)
Total	(1.239)	(123)	–	21	(1.341)

	Saldo 2019	Adições	Transf.	Baixas	Saldo 2020
Edifícios e Construções	(1.116)	(123)	–	–	(1.239)
Total	(1.116)	(123)	–	–	(1.239)

Em 31 de dezembro de 2017, o valor em relação ao valor justo, com base em avaliações realizadas pela empresa Mynarski International Valuation, avaliadores independentes, representa R$110.543 milhões. * O saldo de baixas realizadas no exercício refere-se: um terreno e um imóvel (galpão comercial) conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2019 e até está data os bens estavam registrados como propriedades para investimentos. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia para a constituição de Companhia NR Participações S.A, e estes ativos foram cindidos do balanço patrimonial da Companhia.

9. Transações com partes relacionadas

Ativos	2021	2020
Circulante (alugueis a receber):		
Facchini S/A	249	159
Não Circulante:		
RKBens Participações e Empreendimentos S/A	4.407	11.567
Transações		
Serviços:		
Aluguéis à Facchini S/A	2.389	1.304

As transações referem-se a aluguel de imóveis industriais junto à Facchini S/A.

10. Patrimônio Liquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado é composto por 23.766 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia com Versão do Acervo Cindido para Companhia constituída a partir desta, e consequentemente a redução do capital social da Companhia, no montante de R$978 equivalente ao acervo cindido, cancelando 474 ações ordinárias nominativas. b) Aumento: Em 30 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$50.978, referente a parte da conta "Reserva de retenção de lucros". c) Reserva legal: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. d) Dividendos: De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**9.313**	5.694
(-) Reserva Legal	**(466)**	(285)
Lucro líquido do exercício ajustado	**8.847**	5.409
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	**88**	54
Dividendos propostos	**946**	944
Dividendos de anos anteriores	**4.004**	4.409
(-) Dividendos pagos	**(2.781)**	(1.403)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	**2.257**	4.004

Em 2021 e em 2020 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio. e) Reserva para capital de giro: Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Sociedade, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2019, foi aprovada a Justificação da Cisão Parcial da Companhia com Versão do Acervo Cindido para Companhia constituída a partir desta, e consequentemente a redução da reserva de lucros da Companhia, no montante de R$1.294 equivalente ao acervo cindido.

11. Receita Operacional Liquida

	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – Receita de aluguéis	**2.389**	1.347
Mercado interno – Receita de venda de imóveis para comercialização	**1.200**	–
(-) Impostos – Aluguéis e Venda de imóveis	**(131)**	(49)
Receita operacional líquida	**3.458**	1.298

12. Gastos por Natureza – A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Despesas por natureza		
Despesa de depreciação e amortização	**(157)**	(159)
Despesas c/ impostos, taxas e contribuições	**(98)**	(48)
Serviços de Terceiros	**(75)**	(47)
Outras despesas	**(518)**	(77)
Total	**(848)**	(331)
Classificadas como		
Despesas administrativas e gerais	**(691)**	(172)
Depreciações e amortizações	**(157)**	(159)
Total	**(848)**	(331)

13. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras:		
Receita com aplicações financeiras	**524**	200
	524	200
Despesas Financeiras:		
Despesa Bancária	**(1)**	(1)
	(1)	(1)
Total	**523**	199

14. Instrumentos Financeiros – As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	**10.291**	7.938
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	**4.656**	11.726
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**(20.272)**	(20.396)
	(5.325)	(732)
Curto prazo	**(9.732)**	8.097
Longo prazo	**4.407**	(8.829)
	(5.325)	(732)

15. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Grupo de acionistas do Credit Suisse favorável a ação climática mais rápida duplica de tamanho

O grupo de investidores do Credit Suisse que pressiona por uma ação climática mais rápida do banco suíço mais que dobrou de tamanho, elevando a pressão sobre a instituição antes da assembleia anual de investidores marcada para sexta-feira.

O Credit Suisse, junto com outros grandes bancos, está sob pressão de investidores para interromper o financiamento a projetos que utilizem combustíveis fósseis como forma de limitar o impacto das mudanças climáticas e ajudar as empresas a se afastarem de uma economia dependente de alta emissões de carbono.

Onze acionistas do Credit Suisse apresentaram uma resolução em março pedindo ao banco que reduza a exposição a ativos vinculados a combustíveis fósseis. Esse grupo, com 2,4 trilhões de dólares em ativos, inclui a maior gestora da Europa, a Amundi.

O Credit Suisse decidiu estabelecer novas metas para redução de emissões relacionadas à carteira de empréstimos, mas os investidores disseram que isso não é suficiente.

Agora, outros acionistas, incluindo Legal & General Investment Management e Aviva Investors, juntaram-se ao grupo anterior, planejando apoiar a resolução climática.

O total agora é de 31 investidores, com ativos combinados sob gestão de mais de 5 trilhões dólares, que pré-declararam apoio à medida.

"Dado o risco sistêmico representado pelas mudanças climáticas, é essencial que empresas como o Credit Suisse adotem ações mais rápidas para garantir que sejam parte da solução", disse Jane Firth, chefe de investimento responsável da Border to Coast.

"Ao apoiar esta resolução de acionistas, esperamos ver o Credit Suisse tomando medidas tangíveis para assegurar que suas divulgações e metas cubram todas as atividades do mercado de capitais, garantindo que (o banco) esteja em um cronograma consistente com o acordo de Paris."

O segundo maior banco da Suíça enfrentará questões em várias frentes na assembleia de sexta-feira. Empresas que prestam assessoria a investidores recomendaram a rejeição do pedido do conselho de livrar diretores da responsabilidade legal em relação ao ano financeiro de 2020 por uma série de escândalos vividos pelo grupo financeiro. Outro grupo de acionistas busca uma auditoria especial sobre as ações tomadas pelo banco.

O Credit Suisse também alertou que reportará prejuízo de primeiro trimestre. Os resultados serão divulgados na quarta-feira.

O Norges Bank Investment Management, o fundo soberano da Noruega, disse que apoiará a auditoria especial e rejeitará a isenção de responsabilidade dos executivos do Credit Suisse em 2020.

Reuters

Governo reedita programa emergencial de crédito e inclui Casa Verde e Amarela em fundo garantidor

O governo publicou medida provisória para reeditar e ampliar o escopo do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) e incluir o programa Casa Verde e Amarela na cobertura do Fundo Garantidor de Habitação Popular.

O conjunto de ações, batizado de Crédito Brasil Empreendedor, terá capacidade de alavancar financiamentos em até 23 bilhões de reais, informou o Ministério da Economia. Se agrupadas a outras ações que estão em fase final de análise no Congresso, o impacto projetado chega a 87 bilhões de reais, segundo a pasta.

A MP, assinada no dia 20 de abril e publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União, amplia para microempreendedores individuais (MEIs) a garantia oferecida pelo Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), antes voltado a pequenas e médias empresas.

Criado durante a pandemia de Covid-19 para facilitar e baratear a liberação de crédito, o Peac teve vigência encerrada em dezembro de 2020. Agora, com a edição da MP, o programa será reaberto e terá validade até o fim de 2023.

O texto, que tem vigência imediata e depende de aval do Congresso para seguir em vigor, também muda regras do Fundo Garantidor de Habitação Popular. Pela nova norma, as operações contratadas no âmbito do programa Casa Verde e Amarela poderão contar com a cobertura do fundo.

De acordo com o Ministério da Economia, as garantias serão operacionalizadas a partir de recursos que já haviam sido disponibilizados anteriormente. Portanto, não haverá novo aporte do Tesouro Nacional para alimentar os fundos e programas.

Segundo a pasta, a alavancagem de financiamentos é estimada em 21 bilhões de reais no Peac e 2 bilhões de reais com a mudança no fundo de habitação.

As medidas anunciadas nesta segunda se somarão a outras ações que estão em fase final de tramitação no Congresso.

Projeto aprovado há duas semanas pela Câmara libera novos empréstimos, até dezembro de 2024, no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) –voltado a empresas com faturamento de até 4,8 milhões de reais ao ano.

O texto, que ainda depende de análise do Senado, pode alavancar até 50 bilhões de reais em novos financiamentos pelo Pronampe, segundo a pasta.

O mesmo projeto também reedita o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), destinado a pessoas físicas ou jurídicas com receita bruta anual de até 300 milhões de reais. A estimativa do ministério é que o novo prazo, até 31 de dezembro de 2022, permitirá a contratação de 14 bilhões de reais em operações.

De acordo com a secretária especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Daniella Marques, a expectativa é que o texto seja colocado na pauta de votação do Senado ainda nesta semana. A operacionalização completa dos programas pelos bancos deve levar três meses, segundo ela.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

RF & N Participações S/A

CNPJ/MF nº 32.248.590/0001-62

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2021	2020
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	3	–	–	Contas a pagar – partes relacionadas		**65**	30
Dividendos a receber	5	**3.164**	604	Dividendos Juros s/ Capital Próprio a Pagar	6	**3.224**	664
Total do ativo circulante		**3.164**	**604**	**Total do passivo circulante**		**3.289**	**694**
				Não circulante		**–**	**–**
Não circulante				**Total do passivo não circulante**		**–**	**–**
Investimento	4	**59.944**	36.312	**Patrimônio líquido**	**6**		
Outros ativos		**–**	–	Capital social		**27.000**	15.001
Total do ativo não circulante		**59.944**	**36.312**	Reserva de lucros		**32.819**	21.221
				Total do patrimônio líquido		**59.819**	**36.222**
Total do ativo		**63.108**	**36.916**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**63.108**	**36.916**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**15.001**	**641**	**11.893**	**237**	**–**	**27.772**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	9.594	9.594
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6 d)	–	480	–	–	(480)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	–	–	–	2.705	(2.705)	–
Dividendos propostos	6 c)	–	–	(1.080)	–	(64)	(1.144)
Reserva de capital de giro	6 f)	–	–	6.345	–	(6.345)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**15.001**	**1.121**	**17.158**	**2.942**	**–**	**36.222**
Aumento de capital social		11.999	–	(9.102)	(2.897)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	26.760	26.760
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6 d)	–	1.179	–	–	(1.179)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	–	–	(3.199)	6.379	(3.183)	(3)
Dividendos propostos	6 c)	–	–	(2.936)	–	(224)	(3.160)
Reserva de capital de giro	6 f)	–	–	22.174	–	(22.174)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**27.000**	**2.300**	**24.095**	**6.424**	**–**	**59.819**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida		**26.795**	**9.624**
Custo dos produtos e serviços vendidos		**–**	–
Lucro bruto		**26.795**	9.624
Receitas (Despesas). Operacionais			
Administrativas e gerais		**(35)**	(30)
		(35)	(30)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**26.760**	9.594
Resultado financeiro			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**26.760**	9.594
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Corrente			
Lucro líquido do exercício		**26.760**	9.594
Quantidade ponderado de ações do capital social		**15.001.000**	15.001.000
Lucro básico e diluído por ação – R$		**1,78**	0,64

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**26.760**	9.594
Resultado abrangente do exercício	**26.760**	9.594

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Lucro líquido do exercício		**26.760**	9.594
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Equivalência Patrimonial		**(26.795)**	(9.624)
		(35)	(30)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**35**	30
		35	30
Caixa gerado nas atividades operacionais		**–**	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**–**	–
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Recebimento de dividendos		**600**	599
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**600**	599
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Dividendos pagos		**(600)**	(600)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		**(600)**	(600)
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa		**–**	(1)
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		**–**	1
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		**–**	–

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – A RF & N Participações S/A ("Companhia") com sede em São Paulo-SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bem próprios. A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que tem como controlada a Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. Aos 26 dias do mês de novembro de 2019, foi realizada uma escritura pública de permuta de ações ordinárias nominativas sem torna ou reposição de qualquer espécie, onde os primeiros permutantes acionistas da companhia RF & N Participações S/A e os segundos permutantes acionistas da Companhia NR Participações S/A, cederam e transmitiram uns aos outros todos os domínios, posses, direitos e ações ordinárias nominativas que tinham e vinham exercendo. *Impactos Covid-19:* No final de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19), no entanto, o primeiro caso confirmado no território brasileiro, foi no final do mês de fevereiro, e com o aumento significativo do número de infectados nas semanas seguintes, se iniciou uma jornada de combate e prevenção à Covid-19, que esteve presente durante todo o ano. A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou pandemia apenas em 11 de março de 2020, deste modo, a Companhia concedeu férias a vários funcionários e adotou o trabalho em *home office* na área administrativa dando prioridade aos colaboradores que fazem parte do grupo de risco. Deste modo, a pandemia trouxe impacto aos negócios, porém ainda conseguimos garantir a sustentabilidade da Companhia e os bons resultados. Ao longo do ano também priorizamos a saúde financeira da Companhia através de revisão do orçamento anual. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e sumário das principais práticas contábeis – 2.1 Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de Elaboração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$) e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise das contas a receber em atraso, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas na sua realização. **c) Tributação:** A base de cálculo do imposto de renda em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 8% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R$ 60. A base de cálculo da contribuição social em cada trimestre é determinada mediante aplicação do percentual de 32% especificada no art. 15, X, "c" da Lei 9.249/95 e o percentual de 12% na venda de imóveis art.15, V da Lei 9.249/95. Ajustada na forma legal, calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável excedente a R$60. **d) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. **d.1) Ativos financeiros:** São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. **ii) Empréstimos concedidos e recebíveis:** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. **d.2) Passivos financeiros:** São classificados de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos, sendo somente da categoria passivos financeiros não mensurados ao valor justo os passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **e) Reconhecimento de receita:** A receita gerada vem somente de lucros oriundos da participação em outras sociedades, como também juros sobre o capital próprio, bem como o resultado positivo da avaliação dos investimentos pela equivalência patrimonial. **f) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **g) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Caixa e bancos	–	–
Aplicações financeiras – Renda Fixa (a)	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–

4. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui uma coligada cujo contexto operacional é resumido a seguir: Facchini Participações S.A. (participação de 6% no capital social): sediada na cidade de São Paulo-SP, tem por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. As principais informações da coligada, em 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

	Quantidade de cotas		Participação no capital social (%)		Capital social		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
Facchini Participações S.A	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	2.290.000	2.290.000	**6,00**	6,00	**400.000**	250.000	**999.070**	605.202	**446.588**	160.424

Movimentação dos investimentos em controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

Controlada	2020	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Dividendos aprovados	Outros	2021
Facchini Participações S/A.	**36.312**	**26.795**	**–**	**(3.160)**	**(3)**	**59.944**
Controlada	**2019**	**Equivalência patrimonial**	**Aumento de capital**	**Dividendos aprovados**	**Outros**	**2020**
Facchini Participações S/A.	**27.784**	**9.624**	**–**	**(1.096)**	**–**	**36.312**

5. Partes Relacionadas

Saldos Ativos:	2021	2020
Circulante (dividendos a receber):		
Facchini Participações S/A	3.164	604

6. Patrimônio Liquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é composto por 15.001.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Aumento:** Em 30 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$11.999, sendo R$2.897 referente ao saldo da conta "Reserva de incentivos fiscais" e R$9.102 referente a parte da conta "Reserva de retenção de lucros". **c) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	26.760	9.594
(-) Reserva Legal	(1.179)	(480)
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(3.183)	(2.705)
Lucro líquido do exercício ajustado	22.398	6.409
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	224	64
Dividendos propostos	2.936	1.080
Dividendos de anos anteriores	664	120
(-) Dividendos pagos	(600)	(600)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.224	664

Em 2021 e em 2020 a Companhia optou por não pagar juros sobre o capital próprio. **d) Reserva Legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **e) Reserva de incentivos fiscais:** A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Companhia apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, devera tal constituição ocorrer nos períodos subsequentes. Em 31 de dezembro de 2021, a coligada destinou para a reserva de incentivo uma parte do seu lucro, que correspondem aos incentivos fiscais de sua controlada nos seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul – "MS Forte – Indústria", no Estado da Bahia – "Programa Desenvolve" e "SUDENE", no Estado do Pará – "SUDAM" e no Estado de Pernambuco – "PROIND". As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos. (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos. (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. **f) Reserva para capital de giro:** Conforme requerido pelo Art. 202, Parágrafo 6º. da Lei 6.404/76, complementada pela Lei 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2021, tivemos um excesso de saldo na reserva de lucros que será deliberado e destinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2021. **7. Instrumentos Financeiros –** As transações financeiras ocorridas são pertinentes às atividades econômicas da Companhia, envolvendo basicamente saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e leasing mercantil financeiro. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm valor de mercado similar a seus saldos contábeis. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. Os instrumentos financeiros da Companhia reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão distribuídos como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros calculados ao valor justo por meio do resultado	–	–
Empréstimos (concedidos) e recebíveis	–	–
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	(3.289)	(694)
	(3.289)	(694)
Curto prazo	(3.289)	(694)
Longo prazo	–	–
	(3.289)	(694)

8. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 31 de dezembro de 2021.

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Bolsas de NY fecham em alta, com compra do Twitter por Musk

Depois de uma sessão volátil, as bolsas de Nova York se firmaram em alta próximo ao horário de fechamento e registraram ganhos nesta segunda-feira, 25. O movimento se deu na esteira da notícia de que o Twitter aceitou a proposta de compra por Elon Musk, o que impulsionou os índices acionários, apesar dos temores sobre o impacto econômico das restrições contra a covid-19 na China. A temporada de balanços também segue no radar.

No fechamento, o Dow Jones subiu 0,70%, a 34.049,46 pontos, o S&P 500 teve alta de 0,57%, a 4.296,12 pontos, e o Nasdaq avançou 1,29%, a 13.004,85 pontos.

O Twitter aceitou hoje a proposta do CEO da Tesla, Elon Musk, para a venda da empresa por US$ 54,20 a ação. A transação custa cerca de US$ 44 bilhões e os papéis da empresa saltaram 5,66% nesta sessão. Analista da Oanda, Edward Moya aponta que as ações da empresa fecharam abaixo do valor da proposta, dada a preocupação por alguns investidores de que o acordo não será fechado. Além disso, acionistas da Tesla (-0,70%) devem não estar contentes, uma vez que esta será mais uma distração para Musk na corrida por veículos elétricos.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

TAG Tecnologia para o Sistema Financeira S.A.

CNPJ/MF nº 31.345.107/0001-03

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(valores expressos em milhares de reais, exceto valor unitário de ações)*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Em 17 de agosto de 2018, a TAG Tecnologia para o Sistema Financeira S.A. ("Companhia" ou "TAG") foi constituída. Em 19 de outubro de 2020, o Banco Central do Brasil autorizou o funcionamento da Companhia, uma infraestrutura do mercado financeiro que tem por objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos. Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o Banco Central do Brasil postergou a data originalmente prevista para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações, de fato, no fim do segundo trimestre de 2021, em 07 de junho, em consonância com a regulamentação instituída pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução do CMN nº 4.734/19. Com o início das operações em 07 de junho de 2021 e dadas dificuldades enfrentadas pelo sistema de interoperabilidade das registradoras nas primeiras semanas de funcionamento, a Companhia teve um aumento expressivo nos seus custos e despesas, o que resultou em uma piora do resultado líquido. A empresa segue trabalhando para oferecer uma plataforma de infraestrutura tecnológica de ponta para o mercado brasileiro. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de ativos:** Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totalizaram R$ 92,1 milhões, apresentando um aumento de R$ 82,7 milhões em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 9,4 milhões. Esse aumento se deu principalmente por rendas a receber, que se referem principalmente a valores a receber de clientes oriundos da prestação de serviços, totalizando R$ 31,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. No período registramos ativos diferidos no montante de R$ 10,0 milhões e encerramos o período com R$ 33,0 milhões em aplicações financeiras. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizou R$ 61,2 milhões, representando um aumento de R$ 53,7 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 7,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da TAG é representado por 125.841.778 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$ 75,7 milhões, totalmente subscritas e integralizadas. **Resultado:** No exercício de 2021, a TAG reportou um prejuízo de R$ 6,5 milhões, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante R$ 7,5 milhões. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: • **Receitas e custos:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de negociação de recebíveis, consulta e conciliação e anuência, totalizaram R$ 110,8 milhões, líquido de impostos. O custo dos serviços prestados de processamento de dados totalizou R$ 91,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. • **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da TAG, reflexo do crescimento da Companhia. • **Despesas administrativas:** Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 8,1 milhões deve-se principalmente ao aumento das despesas de processamento de dados e serviços técnicos especializados, um aumento de R$ 6,8 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		**72.509**	**5.243**
Caixa e equivalentes de caixa	4	**33.079**	**5.046**
Disponibilidades		30	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	33.049	5.043
Instrumentos financeiros		**31.307**	**11**
Rendas a receber	6(a)	41.449	-
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6(b)	(10.197)	-
Outros ativos		55	11
Outros créditos		**1.838**	**174**
Impostos e contribuições a compensar		1.745	96
Imposto de renda a recuperar		93	78
Outros valores e bens		**6.285**	**12**
Despesas antecipadas	7	6.285	12
Não circulante		**19.562**	**4.133**
Realizável a longo prazo		**11.146**	**60**
Instrumentos financeiros		**245**	**60**
Valores a pagar a sociedades ligadas	16	226	20
Outros ativos		19	4
Outros créditos		**10.020**	**-**
Ativos fiscais diferidos	8(b)	10.020	-
Outros valores e bens		**881**	**-**
Despesas antecipadas	7	881	-
Imobilizado de uso		**437**	**67**
Instalações, móveis e equipamentos de uso		509	74
(-) Depreciação acumulada		(72)	(7)
Intangível	9	**7.979**	**4.006**
Ativos intangíveis		8.856	4.028
(-) Amortização acumulada		(877)	(22)
TOTAL DO ATIVO		**92.071**	**9.376**
Passivo			
Circulante		**15.415**	**1.541**
Instrumentos financeiros		**1.556**	**232**
Obrigações sociais e estatutárias		836	169
Outros passivos		720	63
Outras obrigações		**13.859**	**1.309**
Impostos e contribuições a recolher		1.199	135
Provisão para pagamentos a efetuar	10	12.660	1.174
Não circulante		**15.480**	**394**
Instrumentos financeiros		**15.348**	**48**
Valores a pagar a sociedades ligadas	16	15.348	48
Outras obrigações		**132**	**346**
Provisão para pagamentos a efetuar	10	132	346
Patrimônio líquido	11	**61.176**	**7.441**
Capital social	11(a)	75.728	15.956
Reserva de capital	11(b)	965	486
Prejuízos acumulados		(15.517)	(9.001)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**92.071**	**9.376**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Receitas operacionais	12	**107.862**	**110.821**	**-**
Receita de prestação de serviços		107.862	110.821	-
Resultado bruto da intermediação financeira		**(9.903)**	**(9.725)**	**64**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		294	472	64
Provi. para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6(b)	(10.197)	(10.197)	-
Outras receitas (despesas) operacionais		**(89.477)**	**(115.027)**	**(7.530)**
Custo dos serviços prestados	13	(87.327)	(91.144)	(842)
Despesas de pessoal	14	(14.707)	(23.126)	(5.307)
Despesas administrativas	15	5.128	(8.131)	(1.314)
Depreciação e amortização		(856)	(920)	(29)
Despesas de provisões		36	36	-
Outras receitas operacionais		8.299	8.314	6
Outras despesas operacionais		(50)	(56)	(44)
Resultado operacional		**8.482**	**(13.931)**	**(7.466)**
Resultado antes da tributação		**8.482**	**(13.931)**	**(7.466)**
Imposto de renda e contribuição social	8(a)	**8.963**	**8.963**	**-**
Provisão para imposto de renda		6.603	6.603	-
Provisão para contribuição social		2.360	2.360	-
Participações no lucro		(966)	(1.548)	-
Lucro líquido / (Prejuízo) do período		**16.479**	**(6.516)**	**(7.466)**
Lucro líquido / (Prejuízo) por ação básico (R$)		**0,42**	**(0,09)**	**(0,47)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Lucro líquido / (Prejuízo) do período	**16.479**	**(6.516)**	**(7.466)**
Resultado abrangente do período	**16.479**	**(6.516)**	**(7.466)**
Atribuível a:			
A própria instituição	16.479	(6.516)	(7.466)
	16.479	**(6.516)**	**(7.466)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditados)		**7.156**	**36**	**(1.535)**	**5.657**
Aumento de capital		8.800	-	-	8.800
Pagamento baseado em ações		-	450	-	450
Prejuízo do exercício		-	-	(7.466)	(7.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**15.956**	**486**	**(9.001)**	**7.441**
Saldos em 01 de julho de 2021		**45.842**	**734**	**(31.996)**	**14.580**
Aumento de capital		80.000	-	-	80.000
Capital a integralizar		(50.114)	-	-	(50.114)
Pagamento baseado em ações		-	231	-	231
Prejuízo do semestre		-	-	12.495	12.495
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**75.728**	**965**	**(19.501)**	**57.192**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**15.956**	**486**	**(9.001)**	**7.441**
Aumento de capital	11(a)	109.886	-	-	109.886
Capital a integralizar		(50.114)	-	-	(50.114)
Pagamento baseado em ações	17	-	479	-	479
Prejuízo do exercício		-	-	(6.516)	(6.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**75.728**	**965**	**(15.517)**	**61.176**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Prejuízo do período		**16.479**	**(6.516)**	**(7.466)**
Ajustes ao prejuízo:		**1.157**	**1.345**	**464**
Depreciação e amortização		856	920	29
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10.020)	(10.020)	-
Receitas financeiras, líquidas		(107)	(231)	(15)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	10.197	10.197	-
Pagamento baseado em ações	17	231	479	450
Variações nos ativos e passivos		**(27.735)**	**(21.305)**	**6.085**
Títulos e valores mobiliários		133	252	5.080
Rendas a receber		(38.284)	(41.449)	-
Outros créditos diversos		121	(1.001)	(148)
Despesas antecipadas		(5.597)	(7.152)	(12)
Sociais e estatutárias		834	665	52
Impostos e contribuições a recolher		2.316	2.534	66
Outras obrigações diversas		15.104	27.208	1.047
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.362)	(2.362)	-
Caixa líquido das atividades operacionais		**(10.099)**	**(26.476)**	**(917)**
Aquisição de imobilizado		(129)	(435)	(74)
Aquisição de ativos intangíveis	9	(1.421)	(4.828)	(3.297)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(1.550)**	**(5.263)**	**(3.371)**
Aumento de capital	11(a)	29.886	59.772	8.800
Caixa líquido das atividades de financiamento		**29.886**	**59.772**	**8.800**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**18.237**	**28.033**	**4.512**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		14.842	5.046	534
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	33.079	33.079	5.046
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**18.237**	**28.033**	**4.512**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A TAG Tecnologia para o Sistema Financeira S.A. ("Companhia" ou "TAG"), constituída em 17 de julho de 2018, empresa controlada pela STNE Participações em Tecnologia S.A. ("STNE Par Tec") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"), empresa constituída nas Ilhas Cayman, com capital aberto e negociado com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ. A Companhia possui sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.581, conjuntos 903 a 905 – Vila Olimpia. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado e que tem como objeto principal a administração de plataforma eletrônica criada para validar e registrar operações, direitos creditórios que as lastreiam, bem como outros ativos. Em 19 de outubro de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União a autorização concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") para a Companhia atuar como infraestrutura do mercado financeiro. Como consequência, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às infraestruturas do mercado financeiro que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN. Devido à complexidade da operação e da inserção das registradoras como infraestrutura básica de mercado, o BACEN postergou a data originalmente prevista, de 03 de agosto de 2020, para a operacionalização das instituições enquadradas, possibilitando a adequação das registradoras às normas e aos testes homologatórios. A Companhia iniciou as suas operações no dia 07 de junho de 2021, prazo estabelecido pelo BACEN. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa das demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações e a determinação da vida útil dos ativos permanentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de abril de 2022. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. **3. Descrição das principais práticas contábeis:** Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **c) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas acima. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente e preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13. **d) Rendas a receber:** As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos da prestação de serviços de transação financeira. **e) Provisão de para perdas esperadas:** A provisão de para perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia é constituída para os títulos vencidos, com atraso superior a 30 (trinta) dias vencidos e são provisionadas em sua totalidade. A provisão também contempla clientes que tenham algum indício identificado de não recebimento (pedido de falência, cobrança judicial). **f) Despesas antecipadas:** Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada. **g) Ativo imobilizado de uso:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: • Equipamentos de informática – 10% - 20%; • Móveis e utensílios – 10%. **h) Ativo intangível:** Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: • *Software* – 20%; • Licenças de uso – 20%; **i) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do CMN nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. Não foram identificadas perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **j) Provisão para imposto de renda e contribuição social: Imposto corrente:** A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável. **Imposto diferido:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente, e não em base líquida. **k) Apuração do resultado:** (i) *Receitas operacionais:* As receitas operacionais são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e é apresentada líquida, assim como líquida dos impostos diretamente incidentes. Estão assim representadas na demonstração do resultado: "Receita de prestação de serviços", as quais incluem receitas provenientes da prestação dos seguintes serviços: • Negociação de Recebíveis: antecipação pós contratada; troca de titularidade; ônus e gravames. • Consulta e conciliação: posição, averbação e histórico de recebíveis; emissão de certidão; e, conciliação diária de agenda. • Anuência: gestão da permissão de acesso aos dados de recebíveis de estabelecimentos comerciais registrados na Plataforma da Companhia. (ii) *Resultado bruto da intermediação financeira:* "Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários": receita de juros e ganhos ou perdas provenientes da marcação a mercado das aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. **l) Pagamento baseados em ações:** A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A atividade relativa ao pagamento baseado em ações é discutida em mais detalhes na Nota 17. **m) Lucro por ação:** É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos. **n) Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram identificados os efeitos abaixo (para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não há resultado não recorrente). • Provisão para créditos de liquidação duvidosa: a Companhia registrou um montante de R$ 10.197 na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" na demonstração do resultado. Este incremento de provisão foi feito para refletir a expectativa de perda, dada a inadimplência observada no exercício de 2021. **o) Provisão para contingências: Passivos contingentes classificados como perdas prováveis:** (i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial em andamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades – em moeda nacional	30	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	33.049	5.043
	33.079	**5.046**

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

31/12/2021			
		Faixa de vencimento	
	Taxa média ponderada a.a.	De 0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Operações compromissadas	98% do DI	33.049	-	33.049

31/12/2020			
		Faixa de vencimento	
	Taxa média ponderada a.a.	De 0 a 90 dias	91 a 365 dias	Total
Operações compromissadas	75% do IPCA	5.043	-	5.043

6. Rendas a receber: a) **Composição de rendas a receber:** As rendas a receber referem-se principalmente a valores a receber de clientes, oriundos da prestação de serviços de transação financeira. O montante é de R$ 41.449 em 31 de dezembro de 2021 (em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía saldo). **b) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**-**	**-**
Provisão constituída	(10.197)	-
Reversão de provisão	**-**	**-**
Saldo final	(10.197)	-

7. Despesas antecipadas

	31/12/2021	31/12/2020
Software datacenter - operacional	5.205	-
Licença software operacional	1.379	-
Outros	582	12
	7.166	**12**
Circulante	6.285	12
Não circulante	881	-

8. Imposto de renda e Contribuição social: a) **Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social**

	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.931)
Participação nos resultados	(1.548)
	(15.479)
Alíquotas vigentes (%)	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(5.263)**
Ativo diferido anteriormente não reconhecido	(3.633)
Outras adições temporárias	(66)
Imposto de renda e contribuição social	**(8.963)**
Impostos correntes	1.057
Impostos diferidos	(10.020)
Imposto de renda e contribuição social	**(8.963)**
Taxa (%) de alíquota efetiva	(64)%

b) **Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:**

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2020	Movimentação	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	2.904	2.904
Diferenças temporárias	-	7.116	7.116
Total ativo fiscal diferido	**-**	**10.020**	**10.020**
Impostos diferidos, líquidos	**-**	**10.020**	**10.020**

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2022	7.072
2023	2.913
2024 em diante	35
Total	**10.020**

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 8.765 (31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía saldo), descontados à taxa média de captação da Companhia.

9. Intangível	Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	Adições	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Software	-	30	30	1.500	6.325	7.855
Licenças de uso	-	188	188	173	-	361
Intangível em andamento	731	3.079	3.810	3.155	(6.325)	640
Custo	**731**	**3.297**	**4.028**	**4.828**	**-**	**8.856**
Software	-	-	-	(806)	-	(806)
Licenças de uso	-	(22)	(22)	(49)	-	(71)
Amortização acumulada	**-**	**(22)**	**(22)**	**(855)**	**-**	**(877)**
Intangível, líquido	**731**	**3.275**	**4.006**	**3.973**	**-**	**7.979**

continua →

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Publicidade Legal

continua

10. Provisão para pagamentos a efetuar	31/12/2021	31/12/2020
Processamento de dados (a)	8.307	-
Salários e encargos	3.300	1.293
Outros	786	227
Interoperabilidade	399	-
	12.792	**1.520**
Circulante	12.660	1.174
Não circulante	132	346

(a) Refere-se basicamente a serviços de armazenamento de dados em nuvem. **11. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 o capital social é representado por 125.841.778 (em 31 de dezembro de 2020, 15.955.778) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$ 75.728 (R$ 15.956 em 31 de dezembro de 2020), totalmente subscritas e integralizadas. Em AGE realizada em 16 de outubro de 2020 a Companhia aumentou seu capital social em R$ 8.800, sendo 8.800 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado na data, para cumprir com a exigência de capital do BACEN para as empresas do segmento. Em AGE realizada em 29 de março de 2021, a Companhia aumentou seu capital social em R$ 29.886, totalmente integralizado na data. Em AGE realizada em 06 de agosto de 2021, a Companhia aumentou seu capital social em R$ 80.000, sendo 80.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado na data. Sendo que R$ 29.886 foram integralizados no ato e o saldo remanescente, equivalente a R$ 50.114 serão integralizados em até 12 meses. Ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **b) Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a TAG constituiu uma reserva adicional no montante de R$ 479, no total de R$ 965 (R$ 486 em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 18).

12. Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a receber de transações de pagamento	118.576	-
Impostos sobre serviços	(7.755)	-
	110.821	-

13. Custo dos serviços prestados	31/12/2021	31/12/2020
Processamento de dados	85.702	842
Despesas com serviços associados a transações de pagamento	5.336	-
Outros custos	106	-
	91.144	**842**

14. Despesas de pessoal	31/12/2021	31/12/2020
Salários e proventos	15.131	3.194
Encargos sociais	5.694	1.507
Benefícios	2.289	603
Treinamentos	12	3
	23.126	**5.307**

15. Despesas administrativas	31/12/2021	31/12/2020
Processamento de dados	2.321	683
Serviços técnicos especializados	2.960	275
Despesas tributárias	1.600	-
Viagens	731	-
Outros	290	122
Aluguéis	229	176
Manutenção e conservação de bens	-	58
	8.131	**1.314**

16. Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Equals S.A. (controlador final comum)	144	-
Cappta S.A. (controlador final comum)	40	40
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlador final comum)	32	-
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (controlador final comum)	10	-
Valores a receber de sociedades ligadas	**226**	**40**
Passivos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Stone Instituição de Pagamento S.A. (controlador final comum)	(15.342)	(48)
MNLT S.A. (controlador final comum)	(2)	-
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. (controlador final comum)	(4)	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	**(15.348)**	**(48)**

Principais operações com partes relacionadas: Valores a receber de sociedades ligadas: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referem-se a receita de serviços. **Valores a pagar a sociedades ligadas:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referem-se substancialmente a rateio de despesas. **Pessoas-chave:** A remuneração global do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$ 1.060. (R$ 1.186 em 31 de dezembro de 2020). **17. Pagamento baseado em ações:** Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas ("UARs") e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito ("*vesting period*") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. As movimentações ocorridas em 2020 e 2021 de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	UARs	Opções	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditados)	**19.874**	**4.158**	**24.032**
Outorgas	1.992	-	1.992
Emitidas	(3.369)	-	(3.369)
Transferências entre empresas do grupo	43.598	-	43.598
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**62.095**	**4.158**	**66.253**
Outorgas	10.363	-	10.363
Emitidas	(1.558)	-	(1.558)
Transferências entre empresas do grupo	(42.054)	-	(42.054)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**28.846**	**4.158**	**33.004**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas despesas com pagamento baseado em ações, incluindo encargos, no valor de R$ 635 (R$ 1.167 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), na rubrica de Despesas de pessoal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a TAG registrou na reserva de capital o montante de R$ 479 (R$ 450 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações. O valor justo de cada opção de compra de ações outorgada foi estimado na data da outorga com base no modelo de precificação Black-Scholes-Merton (com preço médio ponderado de exercício de US$ 24). **18. Gerenciamento de riscos:** A gestão de riscos na TAG conta com as seguintes frentes de atuação: Risco de Mercado, Liquidez, Capital, Cibernético e Conformidade. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos calcados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, sendo submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas: **a) Risco de mercado**: é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia: • *Risco pré (taxa de juros):* é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. • *Risco cambial:* risco relacionado com a probabilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação da taxa de câmbio. A Companhia não possui exposição significativa ao risco cambial. **b) Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável. **c) Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A Companhia gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. Gerencia os riscos da operação, usando tecnologia para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. **d) Risco de continuidade de negócio:** é a possibilidade de perdas decorrentes de eventos que podem interromper os seus serviços e atividades. A Companhia gerencia e previne possíveis interrupções de continuidade de negócio através do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios. **e) Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Circular BACEN 3.743/15. Nos termos do artigo 14, §1º, do Regulamento anexo à Circular BCB nº 3.743/15, as entidades registradoras de ativos financeiros devem manter um patrimônio líquido mínimo de R$5.000.000 (cinco milhões de reais). Para o monitoramento desta obrigação, a Companhia estabeleceu um processo de aumento de capital social sempre quando do atingimento de 115% (cento e quinze por cento) do patrimônio líquido mínimo exigido, equivalente a R$5.750.000 (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil reais). Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R$ 57.192, superior ao valor de patrimônio líquido exigido. **f) Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos, incidente este relacionado ao ambiente cibernético, que: • Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou • Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. A Companhia gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. **g) Conformidade:** o time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, ao Códigos de Ética e de Conduta. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. **19. Eventos Subsequentes:** Em 18 de janeiro de 2022 um dos nossos clientes ajuizou ação judicial pleiteando o reconhecimento da inexigibilidade de parte das notas fiscais emitidas contra ele. Em março de 2022 a TAG obteve recebimento financeiro no total de R$ 6.034, referentes aos valores incontroversos cobrados.

DIRETORIA

Breno Rolindo Lara Moreira – Diretor

Caroline Serejo Cypriano – Diretora

Carlos Fornereto – Contador – CRC – SP-266728/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Conselho de Administração da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-F

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O-8

Real despenca quase 7% em 2 pregões com exterior expondo fragilidade doméstica em ano de eleição

O real voltou a ocupar depois de um longo período o posto de pior moeda entre seus pares, perdendo quase 7% em apenas duas sessões, e analistas pontuam que, embora o exterior esteja ditando a formação de preço da taxa de câmbio, o cenário interno tampouco tem ajudado, em meio a nova tensão institucional em ano de elevada temperatura eleitoral.

Apenas na sexta-feira o dólar saltou 4%, maior alta desde que o mundo mergulhava na crise do início da pandemia dois anos atrás. Nesta segunda, o real seguia como pária global, liderando novamente a ponta negativa com perdas de quase 2% – contudo, o dia novamente é de amplo fortalecimento do dólar por preocupações com a economia global e por riscos de o Fed acelerar o ritmo de aperto monetário.

O ponto citado por analistas agora é que o cenário doméstico pode cada vez mais inspirar cautela num momento em que o panorama externo fica mais e mais avesso a estratégias que ajudaram a apreciar moedas emergentes –e o real– nos últimos meses. Esse combo e a aproximação das eleições presidenciais em outubro podem adicionar volatilidade a um mercado que historicamente em ano eleitoral já mostra intensos vaivéns.

Nos últimos dias, o mercado lidou com novas manchetes sobre chances de aumento de gastos com o Auxílio Brasil, num contexto em que investidores já questionam as políticas econômicas a serem adotadas pelo governo que tomar posse em 2023.

Paralelo a isso, a crise entre os Poderes voltou a ocupar os holofotes após o presidente Jair Bolsonaro anunciar na quinta-feira passada decreto concedendo perdão ao deputado Daniel Silveira, condenado pelo Supremo Tribunal Federal por crimes de coação no curso do processo e atentado ao Estado Democrático de Direito.

"Mais preocupante, contudo, foi a tensão criada entre o Ministro Barroso do STF e as Forças Armadas sobre a lisura das urnas eletrônicas. Este assunto cria um clima de instabilidade forte para o pleito de outubro, e este tema é central para muitos investidores internacionais que veem na estabilidade democrática um ponto fundamental pra investimentos de longo prazo", disse André Perfeito, economista-chefe da Necton Investimentos.

Para o economista, é difícil determinar se de fato as recentes questões políticas estão "formando preço" no mercado, mas ignorar estes temas não parece mais uma opção. "Está evidente que o mercado está de olho já na eleição, e as rusgas trocadas por um ministro do Supremo e as Forças Armadas não é um sinal alvissareiro", finalizou.

Analistas de mercado ressalvaram que esses eventos em si não definiram o rumo da taxa de câmbio, que depreciou arrastada pelo mau humor externo recente, mas ponderaram que um ambiente interno mais frágil potencializa uma correção do real após os fortes ganhos desde o início do ano.

Na máxima desta sessão, o dólar foi a 4,95 reais, patamar não visto em um mês. A alta corrobora apostas de departamentos econômicos de instituições financeiras de que a divisa voltaria a se aproximar de 5 reais devido à combinação de elementos como restrição de liquidez global e incertezas políticas no Brasil.

"O 'trade' estava muito carregado em real, foram semanas, meses de entradas na moeda. Mas na hora da saída a porta é sempre pequena, é sempre assim", disse Marcos Weigt, chefe de tesouraria do Travelex Bank. "Se o movimento de 'sell-off' (venda generalizada de ativos) continuar, o dólar pode ir tranquilamente para 5 reais", completou.

ELEIÇÕES À FRENTE:

Anilson Moretti, chefe de câmbio da HCI Invest, também acredita que a moeda pode voltar à casa dos 5 reais, e, embora atribua a valorização recente do dólar ao exterior arisco e a movimentos especulativos, acredita que a pauta política local ganhará cada vez mais espaço no radar do mercado a partir do fim do segundo trimestre deste ano, com a aproximação das eleições presidenciais.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.

Negócios

GM e Ford enfrentam efeitos da inflação e alta de juros

GM e Ford divulgarão resultados de primeiro trimestre esta semana, em um cenário que se tornou mais hostil do que os executivos projetaram quando discutiram em janeiro com investidores sobre as perspectivas das companhias.

O impacto econômico de longo alcance da guerra na Ucrânia, interrupções na cadeia de suprimentos, inflação e aumento das taxas de juros nos Estados Unidos representam uma ameaça às previsões feitas pelas duas montadoras de Detroit em janeiro.

As ações de ambas as empresas caíram acentuadamente desde janeiro. Os resultados negativos da semana passada dos vendedores de carros usados Carvana e Carmax assustaram os investidores preocupados com o impacto da inflação sobre os consumidores nos Estados Unidos.

A GM projetou em janeiro que poderia melhorar as vendas no atacado em 25% a 30% em relação a 2021 e que os custos com commodities e logística aumentariam em 2,5 bilhões de dólares. A empresa previu ainda lucro de 13 bilhões a 15 bilhões de dólares em lucro antes de impostos.

No início de março, o diretor financeiro da Ford, John Lawler, reafirmou a previsão da empresa de que poderia gerar de 11,5 bilhões a 12,5 bilhões de dólares em lucro antes de impostos neste ano fiscal, incluindo a divisão das operações automotivas da Ford em unidades separadas de tecnologia de combustão interna e elétrica.

As montadoras devem gerenciar os custos de lançamento de novos veículos elétricos. Na GM, a empresa está aumentando a produção dos crossovers Cadillac Lyriq e utilitários GMC Hummer. A Ford lança oficialmente a produção regular da picape elétrica F-150 Lightning na terça-feira.

As interrupções na cadeia de suprimentos estão diminuindo a produção de veículos para ambas as empresas. As vendas da GM na China, seu maior mercado, caíram 21% durante o primeiro trimestre. Nos Estados Unidos, as vendas da GM no primeiro trimestre caíram 20%. As vendas norte-americanas da Ford caíram 17% no primeiro trimestre em comparação com um ano atrás. Reuters

Vendas da Activision decepcionam com demanda fraca por 'Call of Duty'

A empresa de videogames Activision Blizzard registrou vendas ajustadas no primeiro trimestre deste ano abaixo das estimativas de analistas, prejudicada pela baixa demanda pelo mais recente título da franquia "Call of Duty", segundo números divulgados nesta segunda-feira.

O desempenho da Activision foi afetado pelas vendas premium mais baixas de "Call of Duty: Vanguard" e engajamento mais fraco em "Call of Duty: Warzone", com o retorno aos hábitos pré-pandemia levando os usuários a passar menos tempo nos consoles.

A empresa, que está sendo adquirida pela Microsoft, também enfrenta críticas por sua resposta a alegações de assédio sexual e discriminação contra funcionárias no ambiente interno da companhia.

As vendas trimestrais ajustadas da Activision ficaram em 1,48 bilhão de dólares, em comparação com as estimativas de analistas de 1,80 bilhão de dólares, segundo dados do IBES, da Refinitiv.

O lucro líquido do trimestre encerrado em 31 de março caiu para 395 milhões de dólares, ou 0,50 dólares por ação, de 619 milhões de dólares, ou 0,79 dólares por ação, um ano antes.

Excluindo itens, a Activision lucrou 0,64 dólares por ação.

Reuters

EXCLUSIVO-Enel negocia venda da distribuidora de energia Celg-D, dizem fontes

A companhia italiana Enel está em negociações para vender sua distribuidora brasileira de energia Celg-D em um acordo que pode chegar a 2 bilhões de dólares, disseram quatro fontes com conhecimento do assunto.

A Celg-D distribui energia em Goiás e atende 3,27 milhões de clientes.

As fontes disseram que, entre as empresas interessadas em adquirir a Celg-D, estão a CPFL Energia, controlada pela State Grid Corporation of China, a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, e a EDP Brasil, da qual a portuguesa EDP é a maior acionista.

Outras candidatas para a Celg-D, avaliada em cerca de 10 bilhões de reais, incluindo dívidas, são as brasileiras Energisa e Equatorial Energia. Excluindo dívida, a Celg-D vale cerca de 5 bilhões de reais.

A Enel e a Energisa não quiseram comentar. CPFL, EDP Brasil e Equatorial não responderam aos pedidos de comentários. A Neoenergia disse que não está interessada no ativo, depois de ter inicialmente se recusado a comentar.

O banco de investimento do Itaú Unibanco Holding está assessorando a Enel.

As ações da Enel subiram 1,9% nesta segunda-feira após a notícia sobre a negociação.

A Enel pagou 2,1 bilhões de reais para adquirir a Celg-D dos antigos controladores, a Eletrobras e o Estado de Goiás, em um leilão de privatização em 2016. Em 2020, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, criticou a Enel pela qualidade do serviço da Celg-D.

A Celg-D está entre as piores distribuidoras brasileiras de energia em qualidade de serviço, segundo ranking publicado pela Aneel. No ano passado, a empresa foi a terceira pior entre 29 empresas.

A Enel possui no Brasil quatro empresas de distribuição de energia nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Goiás, atendendo 18 milhões de clientes.

A EDP Brasil poderia ter sinergias se adquirisse a Celg-D. A empresa comprou no ano passado a transmissora Celg-T por 2 bilhões de reais em um leilão de privatização. O CEO da EDP Brasil, João Marques da Cruz, disse aos investidores na semana passada que a empresa avaliaria participar de processos competitivos por distribuidoras de energia à venda. Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 1C07-C348-2F72-62AE.